

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO**

Simoni Mendes

**A construção sócio-cultural dos desastres ambientais em
áreas de colonização alemã no sul do Brasil: o caso das
enchentes em Blumenau (1850 – 1957)**

Dissertação submetida ao
Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade Federal
de Santa Catarina como parte dos
requisitos para a obtenção do grau
de Mestre em História.

Orientador: Professor Dr. Sílvio
Marcus de Souza Correa

Florianópolis
2012

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

M538c Mendes, Simoni

A construção sócio-cultural dos desastres ambientais em áreas de colonização alemã no sul do Brasil [dissertação] : o caso das enchentes em Blumenau (1850 - 1957) / Simoni Mendes ; orientador, Sílvio Marcus de Souza Corrêa. - Florianópolis, SC, 2012.

151 p.: il., grafs., mapas, plantas

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. Inundações - Blumenau (SC). 3. Alemães - Colonização - Blumenau (SC). 4. Calamidades públicas. 5. Meio ambiente - História. I. Corrêa, Sílvio Marcus de Souza. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU 93/99

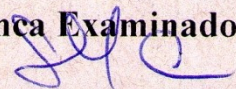
**A construção sócio-cultural dos desastres
ambientais em áreas de colonização alemã no
sul do Brasil: o caso das enchentes em
Blumenau (1850 – 1957)**

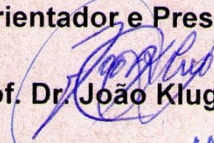
Simoni Mendes

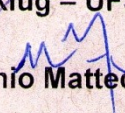
Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua
forma final para obtenção do título de

MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

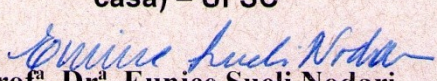
Banca Examinadora


**Prof. Dr. Sílvia Marcus de Souza
Correa(Orientador e Presidente) – UFSC**


Prof. Dr. João Klug – UFSC


Prof. Dr. Marcos Antônio Mattedi – FURB

**Prof^a. Dr^a. Eunice Sueli Nodari(suplente da
casa) – UFSC**


**Prof^a. Dr^a. Eunice Sueli Nodari
Coordenadora do PPGH/UFSC**

Florianópolis, 28 de fevereiro de 2012.

“Larga, profunda e potente, corria, em longa marcha, a bela massa de água, geralmente silenciosa. Encantadora floresta virgem refletia-se na corrente e esbeltas palmeiras inclinavam-se sobre as ondas escuras, balançando-se ligeiramente.”

Robert Avé-Lallemant, 1880.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa o encerramento de mais um ciclo da minha carreira acadêmica, porém, não o último. No entanto, muitas pessoas fizeram parte desse momento e merecem todo meu agradecimento. Gostaria de agradecer à minha família, especialmente aos meus pais, pelo apoio que sempre me deram nos estudos, me ensinando desde pequena a sua importância. Ao Bruno, meu noivo, pela força e pela confiança que sempre depositou em mim. Amo vocês.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa de estudos, que me permitiu me dedicar exclusivamente ao mestrado durante esses dois anos.

Ao professor Dr. Sílvio Marcus de Souza Correa, pela orientação, pela dedicação à minha pesquisa durante esses anos, pela disponibilidade nos atendimentos, nas conversas, enfim, muito obrigada.

Aos professores Dr. João Klug e Dr. Marcos Antônio Mattedi, por aceitarem fazer parte da minha qualificação e da banca. Obrigada pelas contribuições dadas ao meu trabalho durante a banca de qualificação.

Aos colegas e professores responsáveis (Dr. João Klug e Dra. Eunice Sueli Nodari) pelo LABIMHA, especialmente pelas trocas de experiências e ricas discussões de textos nas tardes de sexta.

Gostaria de agradecer ainda ao Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, em Blumenau, e à Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, pelo ótimo atendimento prestado durante esse tempo de pesquisa.

RESUMO

Durante o século XIX, algumas colônias foram fundadas no sul do Brasil por imigrantes alemães. Em muitos dos casos, as colônias foram instaladas ao longo do curso de rios e a combinação de determinadas características físicas com um tipo de ocupação específica acabou gerando frequentes enchentes. Esse fenômeno ocorreu nas colônias fundadas no Vale do Rio Itajaí, em Santa Catarina, e nas colônias localizadas no Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul. O exemplo mais característico foi a colônia Blumenau. Ao longo dos seus 161 anos de história, inúmeras foram as vezes que as águas do rio Itajaí-açu inundaram as plantações, casas e ruas resultando na ocorrência de grandes enchentes. Para compreender de que forma um evento natural se transforma em um grave desastre ambiental é necessário analisar a construção sócio-cultural das enchentes, objetivo principal desta pesquisa. Para alcançar esse objetivo foram utilizados aportes teóricos de diversas áreas do conhecimento, como a teoria da catástrofe e a sociologia do desastre, sempre mediada por questões oriundas da História Ambiental. Para completar a pesquisa, fontes das mais diversas procedências foram utilizadas, como os relatórios coloniais (municipais), provinciais (estaduais) e imperiais (federais), cartas de colonos, notícias publicadas em jornais, estudos produzidos ao longo do período abordado, com propostas para a diminuição do problema das enchentes, literatura, iconografias, entre outros. Assim, este trabalho mostra como se formou o problema das enchentes em Blumenau e demais áreas de colonização alemã no sul do Brasil, bem como as percepções e ações geradas a partir da ocorrência desse desastre ambiental.

Palavras-chave: Enchente, Imigração Alemã, Desastres Ambientais, História Ambiental

ABSTRACT

During the nineteenth century, some colonies were founded in southern Brazil by German immigrants. In many cases, the colonies were placed along the course of rivers and the combination of certain physical characteristics with a specific type of occupation has generated frequente flooding. This phenomenon occurred in the colonies founded in the Vale do Itajaí (Valley of Itajaí), Santa Catarina, and in colonies located in Vale do Rio dos Sinos (River Valley of the Bells), in Rio Grande do Sul. The most characteristic example was the colony Blumenau. Throughout its 161 – year history, many were the times when the Itajaí-Açu river flooded plantations, houses and streets resulting in the occurrence of floods. To understand how a natural event becomes a major environmental disaster is necessary to analyze the socio-cultural constructions werw used in different areas of knowledge such as catastrophe theory and the sociology of disaster, always mediated by issues arising from Environmental History. To complete the survey, sources from different sources were used, as the colonial reports (city), provincial (state) and imperial (federal), letters os settlers, stories published in newspapers, studies produced over the period covered, with proposals to reduce the problem of flooding in Blumenau and other areas of German colonization in southern Brazil, as well as the perceptions and actions generated from the occurrence of this environmental disaster.

Keywords: Flood, German Immigration, Environmental Disasters, Environmental History.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Imigrante abrindo caminho na mata.....	63
Figura 02 – Enchente no Rio dos Sinos em 1907.....	71
Figura 03 – Enchente do rio dos Sinos em 1941.....	73
Figura 04 - Notícia do jornal Correio Joinvillense do dia 11 de março de 1931.....	79
Figura 05 - Construção sócio-cultural do desastre ambiental.....	83
Figura 06 – Centro de Blumenau durante a enchente de 1911.....	102
Figura 07 – Enchente em 1911 – Blumenau/SC.....	105
Figura 08 – Enchente em 1948 – Blumenau/SC.....	124

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Mapa da região hidrográfica do Guaíba.....	67
Mapa 02 – Bacias hidrográficas de Santa Catarina	77
Mapa 03 – Mapa da bacia hidrográfica do rio Itajaí: sub-bacias, hidrografia principal e município.....	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Níveis do rio Itajaí-açu nas enchentes de Blumenau, entre os anos de 1850 e 1957.....	97
---	----

LISTA DE PLANTAS

Planta 01 – Planta de distribuição dos lotes na colônia Blumenau (1964).....	85
Planta 02 – Planta das áreas de inundação em Blumenau.....	129

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I - A construção dos desastres ambientais e sua abordagem nas ciências sociais.....	29
I.1 - As contribuições acadêmicas nas pesquisas de desastres ambientais	32
I.2 - A construção da vulnerabilidade social e suas implicações no Brasil	44
CAPÍTULO 11 - A implantação de colônias alemãs em regiões ribeirinhas no Brasil Meridional.....	53
II.1 - A fundação das colônias alemãs no Brasil Meridional	54
II.2 - A construção dos desastres ambientais nas colônias alemãs do sul do Brasil	64
Capítulo III: A construção sócio-cultural dos desastres ambientais na colônia Blumenau	81
III.1 A construção dos problemas ambientais na colônia Blumenau.....	81
III.2 A ocorrência de enchentes ao longo da história de Blumenau.....	92
CAPÍTULO IV - A domesticação da natureza na colônia Blumenau: como um desastre se torna parte da história	108
IV.1 A transformação da enchente em um fenômeno cultural	108
IV.2 - As iniciativas governamentais para promover o fim dos desastres ambientais da região.....	118
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	138
FONTES	148

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem o objetivo de analisar a construção sócio-cultural dos desastres ambientais ocorridos em regiões de colonização alemã no sul do Brasil, com especial atenção às ocorrências de enchentes na então colônia Blumenau (SC). A colônia Blumenau foi fundada em 1850, a partir da iniciativa privada, sob a liderança de Dr. Hermann Otto Bruno von Blumenau e seu sócio, Ferdinand Hackrad, às margens do Rio Itajaí-açu. O desenvolvimento de uma sociedade com todas as suas implicações inerentes à natureza, aliado a um rio com características físicas favoráveis à inundações fez com que se desenvolvesse na região um fenômeno que acompanha a história da colônia desde sua criação até os dias de hoje, o caso das enchentes.

A análise de problemas ambientais, como é o caso das enchentes, tem se mostrado como um novo caminho para os estudos históricos, que a partir de uma ligação fortemente interdisciplinar, tem preenchido algumas lacunas deixadas pela historiografia tradicional. Essa nova abordagem aumenta a área de atuação do historiador, mostrando novas problemáticas, antes estudadas apenas por outras áreas do conhecimento. A História Ambiental como campo historiográfico começou a se estruturar na década de 1970. A primeira sociedade científica voltada para esse tipo de pesquisa foi a *American Society for Environmental History*, criada em 1977. O primeiro curso ministrado sobre o tema ocorreu em 1972, na Universidade da Califórnia em Santa Bárbara, pelo historiador Roderick Nash.¹

Além da forte corrente norte-americana, também a escola francesa, especialmente nas contribuições dos Annales, partilhou dessa nova tendência historiográfica. Importante destacar que embora o termo “História Ambiental” tenha sido desenvolvido na década de 1970, nos anos anteriores já se fazia alguns estudos que traziam na sua essência características fundamentais da História Ambiental. Dentre esses trabalhos, tem grande destaque o livro *O Reno*² de Lucien Febvre e o trabalho de Fernand Braudel, denominado *Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II*.³ Essa iniciativa francesa se

¹ PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. In: **Revista de Estudos Avançados**. 24 (68), 2010, p. 81.

² FEBVRE, Lucien. **O Reno**: História, mitos e realidades. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

³ BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II**. São Paulo: Martins Fonte, 1989.

concretizou em 1974, com uma edição da Revista dos Annales, organizada por Emmanuel Le Roy Ladurie, integralmente dedicada à História Ambiental.

Nesse mesmo período, não só a História começou a se dedicar aos estudos ambientais, mas também outras áreas das ciências humanas. De acordo com Donald Worster, a História Ambiental teria nascido de um objetivo moral, a partir de fortes compromissos políticos, mas, que foi amadurecendo como um empreendimento acadêmico. Para o autor, o “(...) objetivo principal se tornou aprofundar o nosso entendimento como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultado”.⁴

Ainda de acordo com Worster, a História Ambiental possui três níveis, níveis estes que se enquadram perfeitamente na análise desse trabalho. O primeiro deles aponta para o entendimento da natureza, ou seja, é preciso analisar o passado desse meio ambiente, bem como as transformações sofridas por ele ao longo do tempo. O segundo analisa de que forma o domínio sócio-econômico interage com o meio ambiente. Observando de que forma os meios de produção desenvolvidos pelo homem influenciaram o meio em que estavam inseridos. O último nível diz respeito às percepções, aos valores éticos e às leis, entre outros conceitos desenvolvidos pelo ser humano sobre a natureza.⁵

Já no Brasil, alguns historiadores consideram a obra de Sérgio Buarque de Holanda a formação dos primeiros genes da História Ambiental brasileira, ainda na primeira metade do século XX. Com o livro *Caminhos e Fronteiras*⁶, Buarque promoveu um estudo diferenciado para sua época, colocando os caminhos percorridos pelos paulistas no século XVI e XVII como pano de fundo de sua obra. Já nos anos de 1990, a História Ambiental começa a ser estudada de fato, especialmente a partir da publicação do artigo *A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*⁷, de autoria do historiador José Augusto Drummond. Além de Drummond, outros estudiosos ganham

⁴ WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 199.

⁵ Ibidem, p. 202.

⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 3. ed. São Paulo (SP): Companhia das Letras, 1994.

⁷ DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 177 – 197.

destaque nessa área, como José Augusto de Pádua, Eunice Sueli Nodari, entre outros.

Dentro dessa perspectiva, esse trabalho se propõe a analisar de que forma o tipo de colonização implantada na região do Vale do Itajaí-açu e outros vales no Rio Grande do Sul, como o Vale dos Sinos e Taquari, contribuiu para a transformação da cheia de um rio em um desastre ambiental com todos os problemas que esse fenômeno implica. É importante ressaltar que qualquer rio possui como uma característica natural as cheias, que ocorrem em determinada época do ano, normalmente quando fortes precipitações assolam a região. Esse fenômeno natural se transforma em um problema ambiental, um desastre em potencial, quando essa cheia se torna mais frequente e mais acentuada devido à ação humana e, principalmente, quando essa cheia inunda a cidade e interfere em toda a sociedade que margeia o rio.

Esses problemas ambientais tão recorrentes no Vale do Itajaí são raramente abordados pela historiografia. A aproximação da história com outras áreas do conhecimento, como a geografia e a engenharia ambiental, proposta por esse tipo de temática acaba por manter os historiadores afastados dessas análises, permanecendo centrados em determinados aspectos da história da região. Normalmente, a parcela da historiografia que analisa os processos de ocupação e desenvolvimento do Vale do Itajaí se debruça sobre dois eixos temáticos: o primeiro abordando as características étnicas e culturais relacionadas ao processo de ocupação da região, na qual se destaca a força da iniciativa privada que colonizou a região, ressaltando a figura do colono pioneiro que transformou a selva em civilização; já o segundo eixo analisa o processo de desenvolvimento econômico da região, abordando especialmente a industrialização.⁸

Para compreender um fenômeno que ocorre há tantos anos, no entanto, é necessário analisar as características físicas da região, bem como as características do processo colonizador ali empreendido e desconsiderar a idéia de que esses problemas sejam fenômenos naturais produzido apenas pela ação da natureza e, portanto, inevitáveis. Sendo assim, para compreender esse fenômeno é importante analisar de que forma se desenvolveu o povoamento da região. A primeira colônia⁹

⁸ MATTEDI, Marcos Antônio. Subsídios para a Análise das Relações Sociedade-Natureza no Vale do Itajaí. In: THEIS, Ivo Marcos, et al. (org). **Nosso Passado (In)comum**: Contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau. Blumenau: Ed. da FURB: Ed Cultura em Movimento, 2000, p. 215.

⁹ Ainda no período colonial, no início do século XIX, algumas colônias alemãs já haviam sido fundadas na Bahia e no Rio de Janeiro.

alemã fundada no Brasil pós-independência foi a colônia de São Leopoldo, em 1824, as margens do Rio dos Sinos, na província de São Pedro do Rio Grande. Já em Santa Catarina, a primeira colônia foi fundada em 1829, São Pedro de Alcântara, que apresentou um fraco desenvolvimento. Em 1850, a partir da iniciativa privada, é fundada no Vale do Itajaí-açú, também na província de Santa Catarina, a colônia Blumenau.

A nova colônia teve início a partir da iniciativa privada, porém com a total aprovação do governo provincial, que tinha um grande interesse em ocupar a região considerada por eles como um “vazio demográfico”¹⁰. No primeiro momento, foram estabelecidos dezessete imigrantes de origem alemã e protestante, tendo esse número aumentado rapidamente com a chegada de mais algumas famílias. As dificuldades iniciais levaram Ferdinand Hackradt a desistir do empreendimento, fazendo com que Dr. Blumenau negociasse na corte o futuro de sua colônia, que a partir de 1860 deixa de ser um empreendimento privado e passa a ser uma colônia imperial, mas com a direção geral a cargo do Dr. Hermann Blumenau.¹¹

O crescimento econômico da região ligado diretamente ao trabalho com a terra provocou um grande impacto ambiental que ainda permanece sem maiores estudos no campo da história. A própria política imigratória proposta pelo governo, visando à implantação de núcleos de povoamentos, priorizou a instalação de colonos nas regiões conhecidas por Leo Waibel como “zonas pioneiras”¹², que tinham a intenção de estender a fronteira agrícola do país, estimulando a fixação das colônias em mata fechada, demonstrando claramente uma perspectiva civilizatória do governo. Além de danificar o meio ambiente, esses locais eram regiões de difícil acesso em virtude da intensa cobertura vegetal, além de apresentar terras pouco férteis, condenando ao fracasso boa parte das colônias fundadas na primeira metade do século XIX¹³.

Para se compreender as transformações sócio-culturais da região e, a partir de então, a constituição de desastres ambientais é necessário analisar a construção da colônia e sua relação com a natureza. Os primeiros lotes da colônia Blumenau foram demarcados ao longo das

¹⁰ Importante ressaltar que estes “vazios demográficos” na prática eram áreas habitadas por grupos indígenas, portanto não se trata de uma região desabitada.

¹¹ SEYFERTH, Giralda. Imigração, Colonização e Estrutura agrária. In: WOORTMANN, Ellen. **Significados da terra**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004, p. 109 – 110.

¹² WAIBEL, Leo. As zonas pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 4, out-dez. 1955, p. 402.

¹³ SEYFERTH, Giralda. Op. Cit, p. 84-85.

margens do ribeirão Garcia, localizado, exatamente, no ponto em que o Rio Itajaí-açú deixa de ser navegável, a região não possuía acesso por terra e era fechado de mata virgem. Esses lotes possuíam em média entre 100 e 200 metros de largura com o comprimento variando entre 1000 e 1500 metros.¹⁴

A opção por instalar a nova colônia em meio ao Vale do Itajaí seguiu uma tendência já, anteriormente, aplicada em outras colônias alemãs, como é o caso de São Leopoldo, situado às margens do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul. Essa tendência é chamada de “ocupação hidráulica”, que se baseia na instalação da população seguindo o curso do rio¹⁵. Nesse tipo de empreendimento, o rio é amplamente utilizado como via de transporte para a nova colônia, visto que a região, inicialmente, não tinha acesso por terra e o rio era o único meio de contato com as demais regiões da província, além de ser um importante meio para escoar para outras vilas as produções da colônia.

De acordo com Mattedi¹⁶, o processo de produção do espaço do vale pode ser dividido em três fases, cada uma delas afetando de alguma forma a natureza. A primeira fase corresponde ao período de 1850 a 1880, período em que se destaca a produção agrícola, especialmente em torno da *Stadtplatz*, levando ao crescimento da malha urbana nas proximidades do rio. A segunda fase (1880 – 1914) refere-se ao processo de industrialização, com a fundação de indústrias próximas ao curso do rio, aproveitando assim a força hidráulica. Já a terceira fase corresponde à pós-Primeira Guerra Mundial, quando começa uma urbanização acelerada, esse processo amplia o nível de risco da região, uma vez que há um aumento da população exposta aos impactos das enchentes, que estão ocupando áreas de riscos, aumentando a vulnerabilidade da região.

O correto número de vezes que as águas inundaram o Vale do Itajaí é incerto, cada autor aponta determinado número. O que se tem certeza, no entanto, é que não foram poucas as vezes em que a colônia ficou a mercê da ação das águas. Em média a cada dois ou três anos, a região é inundada pelas águas do rio, que sobem rapidamente, muitas vezes, fazendo com que as pessoas percam alguns dos seus bens materiais. Também se tem certeza da força das águas e do quanto ela sobe, chegando a atingir 16 metros acima de seu nível normal como ocorreu em 1852. A última ocorrência registrada foi em 2008, na qual,

¹⁴ Ibidem, p. 112.

¹⁵ MATTEDI, Marco Antônio. Op. Cit., p. 230.

¹⁶ Ibidem, p. 234.

segundo a Defesa Civil de Santa Catarina, 135 pessoas morreram no desastre.¹⁷ Já a primeira enchente desde que os colonizadores chegaram na região também é outro caso de dúvida, alguns estudiosos afirmam que ocorreu em 1852, mas de acordo com outros, há um relato de Reinoldo Gaertner, sobrinho do Dr. Blumenau, no qual é narrada uma enchente em 1851.

Apesar de muitas cidades serem banhadas pela bacia hidrográfica do Rio Itajaí e sofrerem também com o problema das enchentes, esse trabalho irá se deter mais especificamente sobre a colônia e, posteriormente, cidade de Blumenau. Essa opção se dá em virtude da riqueza de fontes que a cidade ainda mantém em seus arquivos além de que, vale lembrar que até 1934, a cidade de Blumenau agregava outros futuros municípios. Após essa data ocorreu a emancipação de vários municípios como Rio dos Cedros, Indaial, Timbó, Gaspar, entre outros, dessa forma quando se fala em colônia Blumenau, há que se ressaltar que, geograficamente, ela corresponde a outras cidades, não apenas a cidade de Blumenau. A opção por analisar outras áreas de colonização alemã no sul do Brasil ocorre pelo fato de que essas colônias também sofreram com a ocorrência das enchentes, visto que várias delas se desenvolveram às margens do Rio dos Sinos e Taquari, ambos no Rio Grande do Sul.

Quanto ao recorte temporal, ele tem início no ano de 1850, ano em que a colônia Blumenau foi fundada e se finda em 1957. A data final foi estabelecida em virtude das mudanças de atitudes e percepções que iniciada após a ocorrência de três enchentes em um mesmo ano, que acarretou no início das discussões e, posteriormente, construção da primeira barragem do Vale do Itajaí. É sabido que um trabalho que utilize a perspectiva da História Ambiental necessita de um recorte temporal mais amplo, uma vez que o tempo da natureza não corresponde ao tempo humano e para analisar uma transformação ambiental é necessário obedecer a esse tempo natural, por tanto se torna imprescindível a análise de longa duração.

Para abordar com propriedade essa problemática, o trabalho em questão se apresentará dividido em quatro capítulos. O primeiro capítulo, denominado “A construção dos desastres ambientais e sua

¹⁷DEFESA CIVIL DE SANTA CATARINA. **Enchentes 2008**. Relação de óbitos. Disponível em:

<http://www.desastre.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=91&Itemid=5> (acesso em 12 de agosto de 2010).

abordagem nas ciências sociais”, visa analisar de que forma os problemas ambientais são analisados pelas ciências sociais, especialmente pela historiografia e sociologia. Neste capítulo, será exposto o estado da arte da História Ambiental no que concerne aos desastres ambientais e em contraposição demonstrar como a sociologia do desastre e a geografia vêm tratando esses problemas, a fim de comprovar que é possível utilizar as duas perspectivas em uma pesquisa historiográfica.

Atualmente, presume-se que desastres ambientais não são fenômenos naturais e sim eventos socioambientais, ou seja, uma cheia de um rio só se caracteriza como desastre quando esta interfere de alguma forma no meio em que o homem vive esse fenômeno, por sua vez, só vai ocorrer diante de um problema ambiental originado pela ação humana.

De acordo com Pelanda¹⁸, as situações encontradas em uma comunidade no momento pós-impacto devem ser entendidas como uma extensão das condições de organização social desta comunidade no pré-impacto. Essa premissa indica que há uma responsabilidade total das organizações sociais quanto ao impacto que as mesmas vão sofrer durante o desastre, o que nem sempre está correto, visto que no caso de um terremoto, muito pouco ou quase nada a sociedade pode fazer para evitar.

Também nesse capítulo será analisada a diferença conceitual entre desastres e catástrofes. Esses dois conceitos são frequentemente, utilizados erroneamente como sinônimos, baseado em estudos como o de Enrico Quarantelli¹⁹, será possível fazer uma diferenciação dos termos e a partir de então demonstrar porque o termo desastre foi o escolhido para denominar as enchentes nas colônias alemãs no sul do Brasil.

No capítulo dois, denominado “A implantação de colônias alemãs em regiões ribeirinhas no Brasil Meridional”, foram abordadas as transformações ambientais ocorridas nas colônias de procedência alemã implantadas às margens dos rios na região sul do Brasil. Com destaque para São Leopoldo, Brusque e Dona Francisca (Joinville)

¹⁸ PELANDA, Carlo *apud* MATTEDI, Marcos Antônio; BUTZKE, Ivani Cristina. A relação entre o social e o natural nas abordagens de Hazards e de desastres. In: **Ambiente & Sociedade**, ano IV, nº 9, 2º semestre de 2001, p. 12.

¹⁹ QUARANTELLI, Enrico, L. **Catastrophes are Different from Disasters**: Some Implications for Crisis Planning and Managing Drawn from Katrina. Publicado em 11 de junho de 2006. Disponível em: <understandingkatrina.ssrc.org/Quarantelli/> (Acesso em: 20 de março de 2010).

Há uma rica produção historiográfica regional no que concerne à imigração alemã. Clássicos como Jean Roche buscaram abordar essa imigração, dando especial atenção a característica desbravadora dos pioneiros. Não se nega de forma alguma a importância desses clássicos para o entendimento do processo colonizador, apenas se percebe a lacuna aberta que começa a ser preenchida agora pela História Ambiental. Dentro dessa nova perspectiva Juliana Bublitz²⁰ traz grandes contribuições, ao abordar essas alterações ambientais que ocorreram na área de colonização alemã e italiana no Rio Grande do Sul. Apesar de não analisar as enchentes que ocorreram na região, o trabalho de Bublitz contribuirá muito para essa pesquisa, especialmente no que se refere ao problema do desmatamento, amplamente discutido a partir da noção de *Frontier thesis*, desenvolvida por Frederick Turner.

A necessidade de abordar os problemas ambientais e, consequentemente, as enchentes nas colônias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina está no fato de demonstrar que essa experiência foi comum à muitas regiões, não se restringindo apenas a Blumenau. Além disso, algumas dessas colônias foram fundadas antes de Blumenau e passaram por problemas de enchentes em décadas anteriores, o que parece não ter servido de exemplo para o governo e colonizadores que implantaram Blumenau.

O capítulo três, “A construção sócio-cultural do desastre na colônia Blumenau”, irá abordar o caso específico da colônia Blumenau. Com base em um rico acervo, as ocorrências das enchentes serão analisadas a fim de tentar compreender que de fato esse fenômeno se instaurou na região e a compromete até os dias de hoje.

Além do fator ambiental, como foi descrito brevemente no início dessa apresentação, esse capítulo irá tratar da colonização da região do Vale do Itajaí por parte dos imigrantes alemães durante a segunda metade do século XIX. Assim como a historiografia regional do Rio Grande do Sul, a catarinense também possui vários estudos que se propõe a analisar essa ocupação do Estado.

Analizando a historiografia regional, iremos nos deparar com três fases bastante distintas. A primeira delas é marcada pela publicação de historiadores tradicionais do Estado, além de memorialistas. Dentre esses nomes que se destacaram na escrita da história nas décadas de 1950 e 1960, estão Oswaldo Rodrigues Cabral e Walter Piazza. Esses

²⁰ BUBLITZ, Juliana. **Forasteiros na floresta subtropical**: uma história ambiental da colonização européia no Rio Grande do Sul. 2010. 200 f.. Tese (doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

clássicos são de grande importância para a escrita da história. Além desses nomes, o tijucano José Ferreira da Silva, que hoje empresta seu nome ao arquivo histórico da cidade, também tem grandes trabalhos desse período que analisam a imigração alemã para Blumenau à luz da análise política. Nesse tipo de obra, a imagem do fundador da cidade, Dr. Hermann Blumenau é frequentemente construída como a de um herói e os alemães são vistos como os grandes responsáveis pelo processo de “civilização” das regiões longínquas do sul do Brasil.

Esse último ponto começa a ser questionado nos trabalhos que se enquadrariam em uma segunda fase. Nesse momento, nomes como o de Giralda Seyferth e René Gertz, este último escrevendo especialmente sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul, começam a trazer um novo ponto de vista para a História da empreitada alemã no sul do Brasil. Problemas como a identidade e a assimilação étnica e cultural são analisados. A grande questão nesse momento é a perseguição aos alemães empreendida pelo governo brasileiro na época da campanha de nacionalização do país, durante a primeira metade do século XX.

Por fim, uma terceira fase identificada corresponde aos estudos que analisam a história de um novo ponto de vista, que ocorre especialmente a partir da crise dos paradigmas. Dentro dessa perspectiva, a História Ambiental ainda encontra-se distante desses estudos sobre a colonização alemã, não só no Vale do Itajaí. Sendo assim, é objetivo desse trabalho contribuir para essa terceira fase de estudos que vêm sendo desenvolvidos nos últimos anos.

O quarto e último capítulo, denominado “A domesticação da natureza na colônia Blumenau: como um desastre se torna parte da rotina de uma sociedade”, questionará de que forma ocorreu a “domesticação” da natureza na região de Blumenau. Uma vez estabelecido em uma região, é comum que a sociedade formada crie mecanismos para domesticar o meio ambiente em que está inserida. Nesse caso, a natureza em questão está diretamente relacionada com o Rio Itajaí-açu, sendo assim, alguns mecanismos culturais foram criados ao longo desses anos a fim de domesticar o rio.

No decorrer dos mais de cem anos abordados nesse estudo, muito pouco foi feito para evitar a ocorrência de enchentes na região. O mesmo ocorreu nos sessenta anos subsequentes, visto que as enchentes ainda são um problema característico na região. O que se percebe nesse período, no entanto, é que ocorreu uma domesticação do desastre ambiental, ou seja, as enchentes passaram a ser vista como um fenômeno característico da região. Hoje quando se pensa na cidade de Blumenau, pensamos imediatamente em três pontos característicos. A

primeira é a cultura alemã, mantida através da arquitetura e da culinária da região; segundo a *Oktoberfest*, festa típica alemã, criada com o objetivo de angariar fundos para a reconstrução da cidade após duas enchentes subsequentes, em 1983 e 1984. Hoje a *Oktoberfest* de Blumenau é considerada a segunda maior festa da cerveja do mundo, ficando atrás apenas da tradicional festa de Munique. A terceira característica é a enchente, tão frequente, que hoje é impossível pensar em Blumenau sem relacioná-lo com as enchentes. Dessa forma, fica evidente, que a domesticação da natureza da região foi direcionada para uma aceitação do desastre ambiental como um fenômeno puramente natural, que pouco se pode fazer para evitá-lo.

Para alcançar os objetivos propostos por esse estudo foram utilizadas fontes históricas de diversas procedências, dentre as quais se destacam os documentos oficiais, imagens, jornais e literatura. A proposta foi o cruzamento dessas variedades de fontes, a fim de analisar diversos pontos de vista de um mesmo assunto.

Como fontes oficiais entendem-se, nesse caso, os relatórios do governo do Estado e dos Ministérios, além dos relatórios da colônia Blumenau. São diversos os documentos como esse que serão discutidos no estudo. Cabe ressaltar que essas fontes encontram-se distribuídas no site da Universidade de Chicago,²¹ intitulados como relatórios de presidentes de província do Estado, no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, localizado em Florianópolis, no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, localizado em Blumenau, e no Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina.

As análises dos jornais apontaram outras percepções dos problemas com as enchentes de Blumenau, especialmente quando analisados em bloco e de diversas procedências, ou seja, não foi priorizado um único jornal, mas sim uma ampla lista de jornais que foram publicados nessa região e nesse período. Tendo as fontes em mãos, cabe ao historiador historicizá-las, no caso dos jornais é de extrema importância analisar não só o discurso impresso em suas folhas, mas também o local de onde ele é escrito, quem o escreveu, qual a relação do jornal em questão com o discurso feito, para quem ele está direcionado, entre outras questões.

Entre os jornais que foram analisados nesse estudo, destacam-se os jornais *Der Urwaldsbote*, *Blumenauer Zeitung* e *A Cidade*, de

²¹RELATÓRIOS DE PRESIDENTES DE PROVÍNCIA . Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em 30 de setembro de 2009.

Blumenau, os jornais *Gazeta de Joinville* e *Correio Joinvillense*, de Joinville, além dos jornais *O Estado* e *O Dia*, ambos publicados no início do século XX na capital do Estado, Florianópolis. Todos esses jornais podem ser encontrados no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, na Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, ou ainda em algumas compilações feitas pela revista blumenauense *Blumenau em Cadernos*.

Optou-se por utilizar também a literatura, pois através de romances e poemas é possível identificar a percepção que a população em geral tinha sobre as enchentes. Deve ficar claro que em hipótese alguma os romances foram vistos como verídicos, porém são importantes para observar os reflexos dos acontecimentos na memória da cidade. Dentre algumas obras literárias se destacam *O Guarda-roupa alemão*²², *Verdes Vales*²³ e *No Tempo das Tangerinas*²⁴, sendo o primeiro de autoria de Lausimar Laus e os dois últimos de Urda Klueger,

A última, mas não menos importante fonte utilizada nesse estudo foi a fonte iconográfica. A utilização da imagem enquanto fonte histórica, assim como os jornais, é um fenômeno relativamente recente para a historiografia e vem ganhando cada vez mais espaço nos trabalhos acadêmicos.

Mergulhar no universo iconográfico pode trazer um impressionante resultado para o historiador, que além de analisar a imagem revelada no papel, deve chegar àquilo que não foi revelado pelo olhar do fotógrafo.²⁵ O historiador deve ter sensibilidade para, através da imagem, observar os objetivos do fotógrafo quando selecionou determinada imagem para ficar impressa não só na sua memória, mas também em um papel, o que foi revelado pela imagem e acima de tudo o que não foi revelado, e por que ele não foi revelado.

A imagem fotográfica compreendida como documento revela aspectos da vida material de um determinado tempo do passado de que a mais detalhada descrição verbal não daria conta. Nesse sentido, a imagem fotográfica seria tomada como

²² LAUS, Lausimar. **O guarda-roupa alemão : romance**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1989.

²³ KLUEGER, Urda Alice. **Verde Vale**. 8. ed Florianópolis: Lunardelli, 1994.

²⁴ KLUEGER, Urda Alice. **No tempo das tangerinas**. 7.ed. Blumenau: Hemisfério Sul, 2003

²⁵ MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 405.

índice de uma época, revelando, (...) se a imagem for rural, tipo de mão-de-obra, meios de produção, instalações diversas...²⁶

As fontes iconográficas utilizadas nesse estudo retratam de maneira geral as imagens das enchentes ocorridas na região. Essas imagens fazem parte do rico arquivo iconográfico do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, além de serem encontradas nos jornais.

Deste modo, esse estudo utilizou uma grande variedade de fontes documentais a fim de enriquecer o estudo, buscando cercar de várias formas o tema, a partir de uma diversidade de olhares.

A metodologia utilizada nesse estudo, portanto, foi feita a partir da análise dos tipos de fontes mencionados acima, à luz da História Ambiental e da Sociologia do Desastre. A metodologia dessas duas áreas do conhecimento trouxe para as fontes um novo olhar, levando-nos a decidir que perguntas deveriam ser feitas as fontes para auxiliar na pesquisa.

²⁶ Ibidem, p. 406.

CAPÍTULO I - A construção dos desastres ambientais e sua abordagem nas ciências sociais

Nada mais atual do que a ocorrência de desastres ambientais. A primeira década do século XXI, por exemplo, foi marcada por terremotos, enchentes, tsunamis e outros fenômenos considerados pelo homem como um desastre ambiental. Nada mais antigo do que a ocorrência de desastres ambientais. Afinal, a bíblia traz a narrativa de um grande castigo de Deus para com os homens: a grande inundação da qual emergiu a celebre Arca de Noé. Dessa forma, o desastre ambiental é objeto de estudos das mais diversas áreas do conhecimento, seja para analisar sua ocorrência no passado ou suas implicações no presente. É sabido que duas palavras são associadas a fenômenos naturais: catástrofe e desastre. No caso desse estudo, que se propõe a analisar as enchentes ocorridas na colônia Blumenau e demais regiões de colonização alemã do sul do Brasil, optou-se por utilizar o termo desastre, justificado pela análise a seguir.

A primeira diferença entre os termos desastre e catástrofe pode ser encontrada no dicionário. De acordo com o *Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa*²⁷, um desastre é um acidente grave, uma desgraça, uma fatalidade; uma catástrofe, por sua vez, é uma grande desgraça, uma calamidade. Também no glossário da Defesa Civil²⁸ há definições para ambos os termos, assim como no dicionário, a diferença existente entre os dois está na intensidade do fenômeno. A catástrofe é caracterizada como uma grande desgraça, um desastre em grandes proporções, que envolve alto número de vítimas e/ou danos²⁹. Já o desastre é explicado detalhadamente, sendo considerado como o “(...) resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais”.³⁰ Ainda de acordo com o Glossário, esses eventos são classificados quanto a sua Intensidade, Evolução e Origem.

Etimologicamente, a palavra desastre era utilizada na antiguidade para designar fenômenos naturais enviados pelos deuses, algo como

²⁷ **Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa.** Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/>>. (Acesso em 02 de junho de 2010).

²⁸ **Glossário de defesa civil:** estudos de riscos e medicina de desastres. 3ed. Ver./Ministério da Integração Nacional. Brasília: MI, 2002.

²⁹ Ibidem, p. 57.

³⁰ Ibidem, p. 82.

uma resposta dos deuses às ações humanas. De acordo com Arito e Jacquet³¹, a palavra desastre é proveniente do latim *des* (negativo, desafortunado) e *astre* (astro, estrela), o que significa uma desgraça derivada dos astros, dos deuses, algo que está além do controle humano. Catástrofe, por sua vez, deriva do grego *cata*, que indica um movimento para baixo, um desmoronamento, o que confere a palavra catástrofe um estado de crise de maior intensidade que o desastre³².

Dadas as diferenças semânticas dos termos, o sociólogo norte-americano Enrico Quarantelli, fundador do *Disaster Research Center*, na *University of Delaware*, traz um importante e esclarecedor estudo sobre as diferenças conceituais existentes entre desastres e catástrofes. De acordo com Quarantelli³³, há mais ou menos duas décadas, estudiosos começaram a observar que havia dois tipos de desastres, os ditos “normais” e outros que vão além de “desastres típicos”. Apesar de utilizar essa definição, esses estudiosos não procuraram fazer uma diferenciação concreta dos eventos. Para o autor, diferenciar as duas categorias é mais do que um exercício acadêmico, é de extrema importância no momento de planejar de que forma a sociedade vai lidar com a catástrofe/desastre, antes e depois.

Seguindo sua análise, Quarantelli aponta seis características que diferem uma catástrofe de um desastre. (1) Em um desastre, os atingidos recorrem a organizações institucionais, como hospital, abrigos em ginásios de esporte, entre outros; já na catástrofe quase todas, se não todas, as organizações são atingidas e deixam de funcionar. (2) Grande parte dos funcionários responsáveis pelo socorro de vítimas, também são atingidos pelas catástrofes, o que impossibilita a ação dessas pessoas, que muitas vezes estão mortas ou feridas. Já em um desastre, por exemplo, bombeiros e médicos atuam normalmente, salvo algumas exceções. (3) Enquanto em um desastre muitas comunidades recorrem às comunidades vizinhas para socorrê-las, em uma catástrofe, quase sempre, o alvo não é apenas uma única comunidade, sendo assim as comunidades vizinhas também foram atingidas, tornando-se muitas vezes até uma concorrente para um eventual socorro, entrega de mantimentos ou comunicação. (4) Em uma catástrofe praticamente todas as estruturas cotidianas são destruídas, impedindo que haja um abrigo em escolas, por exemplo, como ocorre frequentemente nos desastres,

³¹ ARITO, Sandra Marcela; JACQUET, María Mónica. Emergencias, catástrofes y desastres: algunos aportes desde el trabajo social. *Savia: Revista del Departamento de Trabajo Social de la Universidad de Sonora*. Hermosillo, n. 7, nov. 2009, p. 61.

³² Ibidem, p. 62.

³³ QUARANTELLI, Enrico, L., Op. Cit.

além de que pode haver uma escassez de água, eletricidade e correio, dificultando a comunicação com o resto do mundo. (5) Nas catástrofes há um apelo midiático maior, enquanto que no desastre, a cobertura da mídia em massa dura apenas alguns dias. (6) E por fim, em um cenário de catástrofe há uma importância maior no papel da política, visto que não mais as ações da política local bastam, para socorrer uma região assolada por uma catástrofe é preciso que haja a atuação do governo federal e funcionários de altos postos são diretamente envolvidos.³⁴

Um claro exemplo de uma catástrofe ambiental, segundo a conceitualização de Enrico Quarantelli, foi o tsunami e o terremoto ocorrido em março de 2011 no Japão. Após a ocorrência de um terremoto de magnitude 8,9 na escala Richter com epicentro próximo ao Japão, um tsunami se formou e atingiu a região de Sendai, deixando cerca de 21 mil vítimas, entre mortos e desaparecidos.³⁵ Além disso, a catástrofe natural ocorrida no Japão levou ao vazamento de urânio da Usina Nuclear Daiichi, em Fukushima, agravando ainda mais as consequências da catástrofe. Esse episódio se enquadra na categoria “catástrofe”, visto que todos os estabelecimentos que poderiam auxiliar a população como hospitais, ginásios de esportes, entre outros, também foram invadidos pelas águas, bem como as cidades vizinhas.

A dita “evolução” da sociedade fortemente ligada à idéia de progresso, proporcionou ao ser humano um grande avanço tecnológico que veio para facilitar sua vida. A luz elétrica, o aumento das malhas viárias, acompanhadas de um aumento significativo na frota de carros das cidades, a industrialização, entre outros, são fenômenos desenvolvidos especialmente nos últimos séculos, que fizeram com que se sacrificassem outros sistemas bióticos e abióticos. Diante de tal perspectiva e observando as frequentes ocorrências de desastres ambientais é comum aliar a força da natureza a uma ação divina ou não, tencionada a castigar o ser humano por sua arrogância e desprendimento do meio ambiente. Não se pode negar que o efeito ocorre basicamente através de um conceito de ação e reação, porém não da forma colocada, em que o homem é castigado por uma natureza cruel. No momento em que uma sociedade sacrifica a biótica a sua volta, cria-se uma situação de vulnerabilidade, fazendo com que a região se encontre pré-disposta a ser acometida por um grande desastre.

³⁴ Idem.

³⁵ **Tsunami no Pacífico.** Disponível em <<http://g1.globo.com/tsunami-no-pacifico/noticia/2011/03/numero-de-mortos-por-terremoto-e-tsunami-passa-de-1300-no-japao.html>>. (Acesso em 18 de março de 2011).

Estranhamente, após séculos de luta contra uma natureza “retrógrada”, as sociedades após atingirem o ápice de seu desenvolvimento, acabam se tornando reféns dos problemas ambientais gerados por suas ações passadas. Para compreender essa dependência, basta analisar a situação de caos que uma sociedade se encontra em dias chuvosos, evita-se passar com os carros por dentro de túneis, que podem estar alagados, evita-se trafegar próximo a pontes e mananciais, visto que seus veículos podem ser facilmente levados pela força das águas.

Tendo em vista todos os desastres ambientais ocorridos no passado e no presente, as ciências sociais passaram a agregar aos estudos ambientais a temática do desastre, com a pretensão de auxiliar órgãos governamentais no combate à vulnerabilidade de determinadas regiões que se encontram expostas à ação desses eventos. No caso específico desse estudo, a análise dos desastres ambientais irá permitir responder questões pertinentes para o entendimento da construção sociocultural de desastres na região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, mais precisamente na colônia Blumenau.

I.1 - As contribuições acadêmicas nas pesquisas de desastres ambientais.

O interesse das ciências sociais nas questões ambientais tem crescido vertiginosamente nas últimas décadas. Esse repentino interesse está relacionado a séculos de relação entre o indivíduo e o mundo natural. Tantos anos de interação renderam a natureza danos irreversíveis, que, consequentemente, refletiram-se na sociedade. É impossível fazer História Ambiental sem colocar o ser humano dentro do cenário, nem sempre na condição de vilão destruidor, mas sim como um elemento interagindo com o funcionamento natural, bem como a natureza interferindo diretamente na construção social. O tema ambiental, que apesar de ser tratado na academia apenas nos últimos séculos, sempre esteve presente nas relações humanas, porém com percepções distintas, correspondentes a seu tempo.

No século XXI, quando se fala em “questão ambiental”, essa é constantemente associada à degradação, desastres ambientais, mudanças climáticas e entre outros fenômenos que ameaçam a existência humana, visto como um risco eminente. Mas nem sempre foi assim, historicamente é sabido que a relação do ser humano com a natureza sempre esteve relacionada a uma idéia de dominação e antagonismo

cultural. De acordo com Keith Thomas³⁶, para os seres humanos, as outras formas de vida só existiam para suprir suas próprias necessidades, ou seja, toda a natureza e as vidas que nela se desenvolvem estariam totalmente a mercê da vontade humana. Toda essa percepção tinha embasamento em determinadas interpretações dos textos bíblicos, sobre tudo no livro de Gênesis.

Até mesmo a motivação para estudar a natureza estava diretamente ligada à necessidade humana. O ser humano desenvolveu os estudos de botânica a fim de encontrar melhores maneiras para utilização das plantas de acordo com seus interesses, seja na culinária, na medicina ou na manufatura. O mesmo ocorreu com os estudos de zoologia que partiu, sobretudo, do interesse do homem em domesticar os animais para sua alimentação ou para ajudar na lida diária.³⁷

Essa histórica relação do ser humano com o mundo natural fez com que durante séculos a natureza fosse um laboratório. As experiências desenvolvidas nesse campo acabaram por construir uma complexa relação envolvendo a natureza e as sociedades sobre ela construídas. Da mesma forma que a natureza sofreu uma constante intervenção humana, as sociedades têm sofrido com desastres naturais. De forma alguma se busca aqui entender um desastre ambiental como uma reação da natureza aos ataques por ela sofridos durante séculos, mas sim compreender de que forma as ações humanas têm agravado as consequências de fenômenos até então tidos como, genuinamente, naturais.

No final do século XIX, especialmente no decorrer do XX, começa-se a perceber que esses recursos extraídos da natureza não são renováveis e uma nova noção ambientalista começa a surgir. Essa mudança de percepção do homem para com o meio ambiente fez com que a academia, aos poucos, começasse a desenvolver pesquisas sobre esse tema. No século XVIII e XIX, poucos, mas significativos, trabalhos foram realizados sobre o tema meio ambiente. Já no século XX, essa abordagem começou a ser estruturada nas ciências sociais, quando campos como a sociologia, geografia e história começam a pensar nessa relação e no que ela implica. A História foi um dos últimos campos a desenvolver esse tipo de pesquisa, que embora tenha tido um início mais significativo na década de 1970, ainda luta por espaço na historiografia.

³⁶ THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

³⁷ Ibidem, p. 35 e 36.

Segundo José Augusto Pádua³⁸, o tema ambiental entrou no campo da historiografia devido a mudanças epistemológicas consolidadas no século XX, das quais o autor destaca três: a primeira diz respeito à noção de que a ação humana produz impacto sobre o mundo natural, podendo chegar ao ponto de produzir uma degradação. O segundo se refere à visão da natureza enquanto história, que possui um processo de construção e desconstrução ao longo do tempo. O terceiro traz a questão temporal, considerando que há uma revolução dos marcos cronológicos que levam à compreensão do mundo.

É preciso ressaltar, no entanto, que embora a História Ambiental seja um conceito criado na década de 1970, muito antes disso, trabalhos com um olhar ambiental já vinham sendo realizados. Um grande exemplo disso é a obra de George Perkins Marsh, denominada *Man and nature or physical geography as modified by human action*, nessa obra o autor se propõe a analisar os efeitos da ação humana sobre o meio ambiente (nesse caso Europa, especialmente o mundo Mediterrâneo) desde a antiguidade³⁹. Exemplos como este apontam para o fato de que já no final do século XIX a visão do homem sobre o meio ambiente sofreu algumas transformações significativas.

A História Ambiental traz em seu âmago a quebra de uma premissa que por muitos séculos acompanhou os estudos históricos, a noção de que a humanidade caminha, inevitavelmente, em direção a um progresso, uma evolução positiva. Para muitos, a História Ambiental é uma espécie de inventário, termo utilizado por Warren Dean, em *A Ferro e Fogo*⁴⁰, por eleger como objeto de pesquisa um tema sabidamente fadado à morte. Mas, muito mais do que isso, essa vertente historiográfica traz consigo a virtude de poder fazer um alerta para que as sociedades não continuem lidando com a natureza como o tem feito nos últimos séculos, demonstrando claramente o que essas ações poderão acarretar em um futuro não muito distante.

Hoje já não é mais possível acreditar na premissa de que a humanidade caminha em direção a um progresso sempre positivo, estão aí as crises ambientais para desmenti-la, assim como desmente também a visão antropocêntrica do devir histórico. Segundo Molina, “Uma das tarefas principais dos historiadores deveria consistir em esclarecer as raízes da crise ecológica presente e mostrar em que condições outras

³⁸ PÁDUA, José Augusto. Op. Cit, p. 83 e 84.

³⁹ Ibidem, p. 84.

⁴⁰ DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo*: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

sociedades no passado foram capazes de lidar com a natureza e seus recursos, mantendo a estabilidade dinâmica de seus ecossistemas.”⁴¹

A História Ambiental precisa ser entendida como um campo que prioriza analisar a relação e a coevolução do ser humano e da natureza. Esses dois objetos precisam ser vistos de forma inseparável, bem como o sistema social e natural o são. Nesse campo de pesquisa não se pode pensar a formação de sistemas sociais sem localizá-lo dentro de um sistema ambiental que, inevitavelmente, sofreu algumas alterações durante o desenrolar do processo. Bem como é preciso considerar as alterações sofridas no sistema social em virtude de ações naturais. Para contemplar a relação desses dois objetos, a História Ambiental possui um caráter, impreterivelmente, interdisciplinar. É com a ajuda da geografia, sociologia, botânica, agronomia, entre outras áreas do conhecimento, que o historiador pode analisar com propriedade essa relação. Esse caráter interdisciplinar pode ser claramente comprovado nos estudos sobre desastres ambientais, em que a geografia e a sociologia são de grande importância para o entendimento do processo de formação de um desastre sócio-ambiental.

Para Molina⁴², a História Ambiental pretende rejeitar a divisão entre sociedade e natureza. Mas, não pode ser vista como uma nova forma de compreender a história pautada em uma mera tradução para o campo historiográfico de conceitos das ciências naturais. Ela não reivindica a unidade do conhecimento, mas sim a unidade indissolúvel das ciências sociais e naturais em uma ânsia pela interdisciplinaridade.

No que concerne a inter-relação entre natureza e sociedade, a História Ambiental possui três pressupostos básicos. O primeiro diz respeito à dinâmica evolutiva e os ecossistemas, portanto, ao tempo histórico que deve ser considerado. É sabido que qualquer área da historiografia é regida por um tempo histórico específico, com a História Ambiental não é diferente, sendo assim, o tempo histórico do meio ambiente deve ser levado em consideração. O segundo considera as distintas modalidades de organização produtiva das sociedades humanas que trazem consigo um trato específico com a natureza, visto que nem todas as formas de apropriação da natureza tem sido sustentável. O terceiro e último corresponde às idéias e percepções que orientam a relação homem/natureza em cada momento histórico. Como visto

⁴¹MOLINA, Manuel González de. La crisis de la modernidad historiográfica y el surgimento de la historia ecológica. In: **História e Meio-ambiente o impacto da expansão européia**. Governo Regional da Madeira, Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretária Regional de Turismo e Cultura, 1999, p. 25.

⁴²Ibidem, p. 29 – 31.

anteriormente, as percepções humanas sobre a natureza têm sofrido alterações ao longo do tempo e em cada um desses momentos possui consequências específicas.⁴³

Dentro do campo de pesquisa proposto pela História Ambiental, diversos caminhos se mostram possíveis para a análise do historiador. Dentro dessa perspectiva, a pesquisa à respeito de desastres ambientais vem ganhando cada vez mais espaço, tanto no campo da História, como nas demais ciências sociais. Esse aumento significativo nas pesquisas de desastres tem relação direta com o grande crescimento de tragédias envolvendo as forças naturais, que tem levado milhares de indivíduos ao óbito em todo o mundo. Esse crescimento vertiginoso nas consequências dos desastres naturais tem sido um elemento a mais para reforçar a preocupação da sociedade para com as questões ambientais, visto que, de acordo com o senso comum, essas ocorrências estão diretamente relacionadas com as ações do ser humano sobre a natureza durante os milênios de ocupação humana na Terra.

É preciso destacar, no entanto, que o que aumentou nas últimas décadas foi o caráter trágico dos desastres ambientais, com um aumento significativo no número de óbitos e não no número de ocorrência dos fenômenos, visto que historicamente esses fenômenos possuem ocorrências constantes. Alguns fatores que explicam esse aumento vertiginoso no nível da tragédia é o aumento das populações, que começam a se alojar em regiões de risco devido a super lotação das grandes cidades.

As enchentes são um grande exemplo de desastres ambientais antigos e que vêm ganhando intensidade nas últimas décadas. Um exemplo foram as mortes causadas pela enchente nas cidades serranas do Estado do Rio de Janeiro⁴⁴, ocorrida em janeiro de 2011. De acordo com os últimos dados da Defesa Civil, os óbitos chegam a 887, mas ainda há cerca de 500 pessoas desaparecidas.⁴⁵ Por outro lado, percebe-se como a enchente está presente nas sociedades humanas desde os primórdios. Um grande exemplo é a célebre passagem bíblica presente no livro de Gênesis, com sua narrativa sobre o dilúvio. Não se discute aqui uma possível veracidade do fato, mas sim que a estória trouxe para o imaginário das sociedades o risco das inundações, nesse momento

⁴³ Ibidem, p. 40 -50.

⁴⁴ Os municípios de Bom Jardim, Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis foram os mais atingidos nas chuvas que assolaram a serra fluminense em janeiro de 2011.

⁴⁵ SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL. **Rio: dados atualizados**. Disponível em <<http://www.defesacivil.gov.br/noticias/noticia.asp?id=5544>> (Acesso em 25 de fevereiro de 2011).

vista como um castigo de Deus em virtude dos erros humanos. De acordo com o livro, “as águas subiram cada vez mais sobre a terra, até cobrirem as montanhas mais altas que há debaixo do céu. (...) Desapareceram todos os seres que estavam no solo, desde o homem até os animais, os répteis e as aves do céu. (...) E a enchente encobriu a terra durante 150 dias.”⁴⁶

Tendo em vista a descrição contida em um dos livros mais lidos do mundo e que por muitos séculos foi visto como a verdade infalível, não é difícil entender porque os desastres naturais, sobretudo as enchentes, foram por muito tempo visto como um castigo de Deus. Assim como ocorreu com as mudanças na relação homem e mundo natural, essa percepção foi sendo alterada no decorrer dos últimos séculos e a noção de que os desastres ambientais não passavam de uma ação e reação, fez com que as pesquisas que analisam de que forma as relações socioculturais entre o ser humano e o meio ambiente interferem na ocorrência desses fenômenos ganhassem destaque.

Com essas novas percepções e a afirmação da História Ambiental junto à historiografia, o campo de pesquisa de desastres começa a dar seus primeiros passos nos estudos históricos nas últimas décadas. Na França, já no pós-guerra, alguns estudiosos passaram a se interessar pela pesquisa de desastres históricos, possivelmente, motivados pela ligação tradicional francesa à demais áreas do conhecimento, como sociologia e geografia. A história climática, por exemplo, começa a ser desenvolvida nesse período por Emmanuel Le Roy Ladurie.⁴⁷

Nos países de língua alemã, sob o termo *Katastrophe*, já no século XIX há uma iniciativa de estudar as catástrofes em localidades específicas, como é o caso dos estudos sobre os terremotos. Mas essa corrente só vai começar a se firmar após a publicação de um dos estudos pioneiros na área, de autoria do medievalista Arno Borst. Neste estudo publicado na *Historische Zeitschrift*, o autor se propõe a analisar o terremoto de Carynthian, ocorrido em 1348.⁴⁸

Apesar desses estudos protagonizados por historiadores durante as décadas mencionadas, a pesquisa do desastre histórico, no verdadeiro sentido, só se estabelece definitivamente a partir de 1990, particularmente concentrando-se em torno da *Université de Grenoble*.

⁴⁶ BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus, 1991, Gn 7, 19. p. 20. Edição pastoral.

⁴⁷ SCHENK, Gerrit Jasper. Historical Disaster Research: State of Research, Concepts, Methods and Case Studies. **Historical Social Research**, Köln, v. 32, n. 3, 2007, p. 14.

⁴⁸ Ibidem, p. 10.

Os representantes dessa área propagam uma abrangente análise de estudos culturais de desastres como a sua atribuição e objetivo, nas palavras programáticas de Jacques Berlioz e Gregory Quenet: “Une histoire ‘totale’ des catastrophes, prenant en compte leurs composants (géographique, sociale, économique, culterelle), est possible et nécessaire.”⁴⁹

Para Gregory Quenet, este estabelecimento das pesquisas de desastres históricos foi conduzido por uma convergência de questões como

(...) la volonté de réintroduire l'événement dans le discours historique, les interrogations sur la nature et l'environnement, l'intérêt renouvelé pour certains types de sources très spécifiques (les exemples, les livres de raison etc.). Notre matinée s'inscrit donc dans un mouvement plus large de retour à l'étude des catastrophes mais sans se confondre totalement avec lui: ce mouvement ne concerne que les catastrophes naturelles (en excluant par exemple les guerres qui vont faire l'objet de deux interventions), et il faut donc justifier ce choix de l'objet catastrophe.⁵⁰

É perceptível o atraso da História e demais ciências sociais no campo dos desastres. Pesquisas que já vinham sendo realizadas por outras áreas científicas há muitas décadas, só nesse momento começam a se configurar como uma opção plausível de estudo. Apesar do ingresso tardio na academia, a pesquisa de desastres históricos trouxe consigo a possibilidade de promover uma abrangência na área de conhecimento do historiador, em virtude da necessidade de dialogar com outras áreas. Além de ter se tornado uma importante ferramenta para a estruturalização de medidas que podem e devem ser tomadas pela população e pelos órgãos governamentais a fim de evitar que os

⁴⁹ Uma história “total” dos desastres, tendo em conta os seus componentes (geográfico, social, econômico, cultural), é possível e necessário. (tradução livre) BERLIOZ, Jacques; QUENET, Gregory. *apud* SCHENK, Gerrit Jasper. Op.Cit, p. 15.

⁵⁰ (...) como o desejo de reintroduzir o evento no discurso histórico, as interrogações sobre a natureza e o meio ambiente, o interesse renovado por certos tipos de fontes muito específicas (exemplos, livros da razão, etc.). é, portanto, parte de um movimento maior para retornar aos estudos de catástrofes, mas não totalmente confundida com ela: esse movimento só se aplica a catástrofes naturais (excluindo, por exemplo, as guerras que será objeto de duas intervenções), e deve, portanto, justificar a escolha do tema catástrofe. (tradução livre) QUENET, Gregory. *La Catastrophe, un objet historique?*, **Hypothèses**, 1999/1, p. 16.

desastres ocorridos ao longo da história de uma região possam voltar a acontecer.

Um importante passo dado em direção à concretização de pesquisas de desastres históricos foi a rede de pesquisa de desastre histórico com vista para o estudo comparativo cultural, criado por meio do *Deutsche Forschungsgemeinschaft*. A rede de trabalho teve início em 2005, durando cerca de três anos, promovendo ao todo seis sessões. Essas sessões trouxeram avanços significativos para a pesquisa do desastre histórico. Já na primeira sessão se definiu que era necessário um envolvimento em profundidade com instrumentos conceituais e metodológicos para que ocorra uma discussão interdisciplinar com sucesso. Outro ponto abordado em outras sessões foi a questão da vulnerabilidade juntamente com os prós e contras da formação da teoria sociológica para a pesquisa de desastres históricos. Além disso, aos poucos as sessões foram envolvendo pesquisadores de outras regiões externas à Europa, fortificando os estudos sobre o desastre histórico nas demais regiões.⁵¹

Para tornar um desastre um objeto histórico é preciso considerar que o desastre é um evento prejudicial, social e cultural, federativo e extraordinário. Um evento prejudicial quando escapa aos domínios humanos, sendo superior a sua capacidade de absorção, isso cria uma pausa e estabelece uma série de oposições entre o antes e o depois. Importante destacar que quantitativamente, nem sempre um evento que se torna prejudicial em um tempo ou espaço, teria sido visto da mesma forma em outra situação. É um evento social e cultural porque se trata de uma ameaça contra a ordem radical cultural e social na sua existência e no seu significado. Sendo assim, os fenômenos só se tornam um desastre quando interferem de alguma forma na sociedade. Um terremoto em uma terra deserta pode não ser considerado um desastre, enquanto um eclipse em 1654, que suscitou pânico geral na população pode ser visto como tal.⁵²

O desastre é um evento federativo, pois afeta um subsistema social bem definido, especialmente com um forte significado simbólico e que seja a matriz de uma identidade. É esse subsistema que deve definir os meios para evitar a ocorrência de desastres. O último conceito, o desastre é um evento extraordinário, justamente por ser um fenômeno inesperado, instantâneo e rápido.⁵³

⁵¹ SCHENK, Gerrit Jasper. Op. Cit. p. 20 – 22.

⁵² QUENET, Gregory. Op. Cit, p. 17.

⁵³ Ibidem, p. 18.

Com essas características, o desastre histórico vem se firmando e promovendo um afastamento de questões mais positivistas como números de vítimas, montante de danos, entre outros. E em troca vem se constituindo com questões mais construtivistas como percepção e interpretação de perigo e risco, relações culturais e seus efeitos em longo prazo. Dessa forma, o desastre deixa de ser visto como um evento puramente físico e biológico, mas também como uma construção sociocultural.⁵⁴

Further, certain causal connections between disasters or the coinciding of individual disaster types were examined in a certain sociocultural context: a storm sparks a city conflagration, flooding is followed by poor harvests and famines, that in turn favour uprising or wars. (...) These phenomena, too, may be studied from the specific angles of disaster research or, as appropriate, as preconditions for natural disasters, and even as their consequences.⁵⁵

Esse crescimento da pesquisa de desastre durante a década de 1990 não é exclusividade da historiografia. Vários campos começaram a dar mais atenção para essa problemática. Um grande exemplo disso foi que durante a quadragésima sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas, ficou decretado que esta década seria a International Decade for Natural Disaster Reduction – IDNDR. “A iniciativa visava reduzir os danos sociais e materiais provocados por ‘calamidades naturais’, priorizando as atividades pré-impacto: planejamento, prevenção e previsão.”⁵⁶

No campo das ciências sociais como um todo, várias áreas começaram a dirigir seus olhares para o problema dos desastres ambientais na segunda metade do século XX, como é o caso das

⁵⁴ SCHENK, Gerrit Jasper, Op. Cit. p. 13.

⁵⁵ Além disso, certas conexões causais entre desastres ou a coincidência de tipos de desastres individual foram analisados em um contexto socio-cultural: uma tempestade desencadeia uma conflagração na cidade, inundação é acompanhada por uma má colheita e fome, que por sua vez favorece a revoltas ou guerra. Aqui, como com destruições causadas por indústrias, guerras ou golpes de estado e mais desastres como epidemias, fome e mudanças climáticas, há uma interligação inconfundível entre fatores naturais e sociais. Estes fenômenos, também, podem ser estudados de ângulos específicos de pesquisa do desastre ou, como apropriado, como uma condição para desastres naturais, e sempre como suas conseqüências. (tradução livre) SCHENK, Gerrit Jasper. Op. Cit, p.13.

⁵⁶ BUTZKE, Ivani Cristina; MATTEDI, Marcos Antônio. Op. Cit, p. 1.

pesquisas de *Hazard*, na geografia, e os trabalhos sobre sociologia do desastre, na sociologia. Essas duas vertentes são de extrema importância para que se faça uma pesquisa de desastre histórico com qualidade. Foi através da junção dos conceitos e metodologias dessas três áreas de estudo que a pesquisa dos desastres têm ganho espaço nas discussões ambientais.

Um dos primeiros trabalhos que trouxe o conceito de *Hazard*⁵⁷ para os estudos de desastres e, por consequência, colocou a pesquisa de desastre nas ciências sociais, visto que até então apenas os engenheiros os estudavam, foi o geógrafo Gilbert White em seus estudos sobre enchentes. White, então, enfatizou que medidas estruturais não diminuiriam os danos, o que levou a fundação de um grupo de estudos na Universidade de Chicago, criado em 1956, visando examinar os problemas das enchentes.⁵⁸

Em sua concepção original, pautada na geografia, os *Hazards* eram vistos como fenômenos puramente físicos, prejudiciais ao homem e causados por forças externas. Os *Hazards* eram colocados como elementos físicos que prejudicavam a existência humana, algo surgido a partir do processo de ajustamento dos sistemas sociais com o meio ambiente.⁵⁹ A partir da década de 1970, no entanto, *Hazards* começam a ser analisados como produtos da interação entre forças físicas e humanas. Sendo assim, esse evento pode ser definido como uma rede de fatores físicos que interagem com os sistemas sociais, passando a incorporar nessa análise o comportamento humano antes, durante e depois do evento.⁶⁰

Essa nova perspectiva aproxima consideravelmente as pesquisas de *Hazards* com as pesquisas de sociologia do desastre que começam a ganhar corpo nesse momento. A principal premissa para compreender a formação de um desastre ambiental, para a sociologia do desastre, está relacionada à noção de que os meios socioculturais em que vivem as sociedades pré-impactos são as principais responsáveis pelos danos ocorridos durante e pós-impactos.

Os primeiros estudos sobre o tema desenvolvido na sociologia, ainda que esporádicos, consideravam o desastre como exemplo de “patologia social”, através dele era possível analisar uma sociedade em condições anormais ou distorcidas. Os estudos de desastre só se

⁵⁷ Em uma tradução literal, o termo Hazard diz respeito a noção de risco, perigo.

⁵⁸ BUTZKE, Ivani Cristina; MATTEDI, Marcos Antônio. Op. Cit, p. 3.

⁵⁹ Ibidem, p. 4.

⁶⁰ Ibidem, p. 7.

tornaram frequentes na sociologia após a Segunda Guerra Mundial, promovidos por vários organismos governamentais dos Estados Unidos. O primeiro grupo se constituiu na década de 1950, na Universidade de Chicago, onde foi formado o *National Opinion Research Center*, que iniciou uma série de pesquisas com comunidades norte-americanas afetadas por desastres⁶¹. Além desse grupo, dois outros se destacam no que concerne à sociologia do desastre. O primeiro também está situado nos Estados Unidos, mais precisamente na *University of Delaware*, onde se desenvolve o *Disaster Research Center*. Nesse grupo, destaca-se um sociólogo de grande importância na área da análise dos desastres, Enrico Quarantelli. O segundo grupo é *Die Katastrophenforschungsstelle*, situado na *Universität Kiel*, na Alemanha, desse grupo, um dos exponenciais é o pesquisador Wolf Dombrowsky. Também na Alemanha, no início do século XXI, um evento da Sociedade Alemã de Sociologia, ocorrido entre 27 e 29 de junho de 2002, reuniu pesquisadores que em algumas sessões se propuseram a tratar sobre teoria e pesquisa de catástrofe. Esse evento reuniu pesquisadores como Elke M. Geenen⁶², Lars Clausen⁶³, Sílvio M. de S. Correa⁶⁴, Enrico Quarantelli⁶⁵, entre outros. Entre os assuntos abordados destacam-se discussões teóricas, empíricas e históricas sobre a ocorrência de desastres. Motivados pela importante contribuição do evento, as sessões foram transformadas em um livro denominado *Entsetzliche soziale Prozesse: Theorie und Empirie der Katastrophen*.⁶⁶

O crescimento do interesse da sociologia pelos desastres tem relação com o crescimento da preocupação das sociedades modernas para com os reais motivos para a ocorrência de desastres. O desenvolvimento do conhecimento fez com que as sociedades não mais

⁶¹ Ibidem, p. 10.

⁶² GEENEN, Elke M. Kollektive Krisen: Katastrophe, Terror, Revolution – Gemeinsamkeiten und Unterschiede. In: Lars Clausen/Elke M. Geenen/Elisio Macamo (Hgg.), **Entsetzliche soziale Prozesse**. Theorie und Empirie der Katastrophen. LIT-Verlag, Münster 2003.

⁶³ CLAUSEN, Lars. Reale Gefahren und Katastrophensoziologische Theorie: Soziologischer Rat bei KAKKEL-Licht. In: Lars Clausen/Elke M. Geenen/Elisio Macamo (Hgg.), **Entsetzliche soziale Prozesse**. Theorie und Empirie der Katastrophen. LIT-Verlag, Münster 2003.

⁶⁴ CORREA, Sílvio M. de S. Die Katastrophendarstellung in brasilianischen Nachrichtensendungen. In: Lars Clausen/Elke M. Geenen/Elisio Macamo (Hgg.), **Entsetzliche soziale Prozesse**. Theorie und Empirie der Katastrophen. LIT-Verlag, Münster 2003.

⁶⁵ QUARANTELLI, Enrico L. Auf Disaster bezogenes soziales Verhalten: Resümee der Forschungsergebnisse von fünfzig Jahren. In: Lars Clausen/Elke M. Geenen/Elisio Macamo (Hgg.), **Entsetzliche soziale Prozesse**. Theorie und Empirie der Katastrophen. LIT-Verlag, Münster 2003.

⁶⁶ In: Lars Clausen/Elke M. Geenen/Elisio Macamo (Hgg.), **Entsetzliche soziale Prozesse**. Theorie und Empirie der Katastrophen. LIT-Verlag, Münster 2003.

se conformassem com explicações escatológicas, já que para as civilizações pré-industriais, antes de qualquer outra percepção, a maioria dos desastres era atribuída às ações divinas, sejam eles ambientais ou sociais são relacionados a um castigo dos deuses.⁶⁷

Com o desenvolvimento de diversos campos da ciência, em meio a uma sociedade iluminista, que trazia a filosofia como seu grande exponencial, as explicações de procedência religiosa não mais faziam sentido. Para Barry Turner, as sociedades modernas, caracterizadas por mudanças sociais e culturais necessitavam de novos modelos explicativos. Essa necessidade era motivada por

First, the increasing size of the world's population, and the tendency of this growing population to concentrate itself in major centres increases the likelihood that any natural event such as a hurricane, a flood or an earthquake will adversely affect a large number of people. Secondly, the sources of energy which men control and which possess the potential for the creation of man-made disasters, are coming under the authority of centralized bodies and organizations, and are thus increasingly vulnerable to misuse if major errors are made at the centre. Thirdly, the kinds of energy which he has traditionally controlled. Finally, man has begun during the twentieth century to intervene more frequently and on a larger scale in the processes of the environment which supports him, so that the possibility that he may upset some balance of the natural forces to provoke a disaster becomes a very real one.⁶⁸

⁶⁷ DOMBROWSKY, Wolf. **Another step toward a social theory of disaster**. Preliminary paper, 70. University of Delaware Disaster Research Center. Ago 1981, p. 4.

⁶⁸ Primeiro, o grande aumento da população mundial, e a tendência do crescimento populacional se concentrar em grande centros aumenta a probabilidade de qualquer evento natural, como furacões, enchentes ou terremotos irá afetar um grande numero de pessoas. Segundo, as fontes de energia que os homens controlam e que possuem o potencial para a criação de desastres provocados pelo homem, estão sob a autoridade de órgãos centralizados e organizações, e são, portanto, cada vez mais vulneráveis a abusos, se erros importantes são cometidos no centro. Terceiro, os tipos de energia que o homem faz uso agora são intrinsecamente muito mais destrutivos que aqueles que ele controla tradicionalmente. Finalmente, o homem começou durante o século XX intervir com mais frequência e em larga escala nos processos do ambiente que suporta ele, de modo que a possibilidade que ele perturbar o equilíbrio das forças naturais e provocar um desastre são muito mais reais. (tradução livre) TURNER, Barry *apud* DOMBROWSKY, Wolf. Op. Cit, p. 1.

Com o desenvolvimento do interesse filosófico e das sociedades pelos desastres, muitas portas foram abertas para o entendimento e, conseqüentemente, para a prevenção de novas ocorrências. Para prevenir esses eventos é preciso aumentar o conhecimento sobre estes, o que conseqüentemente levará a uma melhoria nos mecanismos de proteções culturais, visto que um evento natural se caracteriza como um desastre quando o conhecimento disponível e as proteções culturais existentes não são suficientemente desenvolvidos para suportar a pressão exercida por alguma força natural, como terremotos e chuvas intensas. Considerando as filosofias modernistas, “(...) disasters means the manifestation of contra-productive effects at a certain point. Disasters are the result of those human activities humankind does not fully control. Defined in this way, disasters are step of learning and evolution.”⁶⁹

Sem dúvida alguma, a sociologia do desastre é uma das principais áreas das ciências sociais que analisam a ocorrência desses eventos. Com o auxílio da sociologia é possível compreender com clareza de que forma um desastre natural provoca destruições intensas em grandes cidades, de que forma o evento ultrapassa o âmbito natural chegando ao sociocultural. Esse entendimento se dá em função de uma premissa quase unânime entre os sociólogos do desastre de que o desastre é um evento social em tempo social.⁷⁰ Ou seja, os desastres devem ser entendidos como um fenômeno natural, mas que toma grandes proporções e se torna um fenômeno também sociocultural uma vez que interfere e é interferido pela sociedade em que ele se manifesta.

I.2 - A construção da vulnerabilidade social e suas implicações no Brasil

Com o auxílio das teorias e metodologias de cada campo disciplinar considerados no subcapítulo anterior, pode-se analisar o que é um desastre ambiental e de que forma ele se desenvolve em determinadas sociedades. Antes de qualquer coisa, é preciso considerar

⁶⁹ DOMBROWSKY. Wolf. Op.Cit, p. 7.

⁷⁰ PERRY, Ronald W. Disasters, definitions and theory construction. In: PERRY, Ronald W.; QUARANTELLI, Enrico. (org) **What is a Disaster?** New Answers to Old Questions. Philadelphia: Xlibris Books. 2005, p. 313.

que alguns desastres ambientais, como é o caso das enchentes, são ocasionados pela falha do sistema social e não algo que se manifesta em decorrência de fatores externos a sociedade. Sociologicamente, a palavra desastre é utilizada para reportar a acontecimentos que alteram de algum modo o funcionamento rotineiro de uma sociedade, sendo esses eventos provocados por agentes naturais em conjunto com as ações antrópicas.⁷¹ Sendo assim, os impactos que um desastre ambiental provoca na sociedade não depende apenas da intensidade do agente natural, mas também e, principalmente, das ações praticadas por essa sociedade no momento anterior ao fenômeno natural.

Beate Frank⁷² considera que para que haja um quadro de desastre socioambiental é preciso que ocorra a combinação de duas variáveis: naturais e sociais. Por variáveis naturais, no caso das enchentes, entendem-se as precipitações intensas, solos frágeis, relevo acidentado que depende da cobertura vegetal para sua proteção, entre outros. As variáveis sociais, por sua vez, dizem respeito ao sistema de organização social, ou seja, um desenvolvimento baseado no desmatamento, ocupações das margens dos rios, retificação e canalização dos ribeirões e muitas outras situações que levam à destruição ambiental. Por tanto, a destruição que se verifica no período pós-impacto não é produto apenas da ação da natureza, mas sim de escolhas políticas, uma ação que foi construída ao longo do tempo e não na semana em que ocorreram chuvas intensas.

Além disso, é preciso considerar que um fenômeno natural só é considerado um desastre ambiental quando este afeta uma comunidade. Por exemplo, no caso de enchentes, quando um rio sofre uma cheia devido à precipitações intensas. Se a região que margeia o rio não é habitada, ou seja, não há uma comunidade na região, a inundação é apenas um fenômeno natural. Quando essa área é habitada, no entanto, a cheia do rio vai interferir diretamente na dinâmica de uma sociedade, deixando de ser apenas um fenômeno natural passando a ser considerado um desastre ambiental com consequências nos sistemas socioculturais. Sendo assim, as consequências do pós-impacto dependem diretamente do sistema social organizado no momento pré-impacto.

(...) os desastres consistem, sobretudo, em processos de ruptura social, refletindo,

⁷¹ BUTZKE, Ivani Cristina; MATTEDI, Marcos Antônio. Op. Cit., p. 9.

⁷² BEATE, Franke; SEVEGNANI, Lucia.(org) **Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: Água, gente e política**. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009, p. 17.

necessariamente, o tipo e o grau de preparação do sistema social para lidar com riscos naturais e tecnológicos e para gerir fenômenos em grande parte por ele próprio criados, na produção de um ambiente cada vez mais socialmente construído.⁷³

Para Wenger, dois fatores no contexto pré-desastre determinam o padrão de resposta da comunidade: “(...) os tipos de integração e conflito existentes no período de normalidade e a experiência acumulada na confrontação da crise.”⁷⁴ A análise desses dois aspectos demonstra que a importância nos estudos de desastres não está apenas na questão natural, mas sim nas consequências sociais.

É preciso levar em consideração as formas com que o sistema social se prepara para lidar com o desastre, como é o caso da Defesa Civil ou o próprio governo, observando de que modo são desenvolvidos projetos e estudos que venham a minimizar o impacto dos desastres. Da mesma forma, é necessário analisar como os grupos locais tratam esse fenômeno, bem como suas representações. Por representações entende-se aqui desde manifestações religiosas, em que os habitantes associam o fenômeno a uma ação divina e pedem proteção à Deus, até a forma como a população desenvolve seu espaço pensando em um possível desastre natural.⁷⁵

No caso das enchentes da região de Blumenau, ficam evidentes as mudanças sofridas pela cultura do desastre entre a população. Se nas primeiras décadas da colônia a tendência foi a de considerar a enxurrada como um evento atípico fazendo com que retardassem a construção e estruturação de mecanismos de defesa, levando a um aumento considerável na vulnerabilidade da região, no século XXI, o governo com o auxílio da Defesa Civil começa a planejar em seu sistema social mecanismos que dificultem a ocorrência de desastres socioambientais ainda que a força das chuvas se mantenha a mesma.

A caracterização do desastre, portanto, encontra-se mais centrada nas condições de “normalidade” de uma sociedade, ou seja, no momento pré-impacto, do que de fato no momento posterior à crise. É o tipo de organização social pré-impacto que vai definir se a região em questão está vulnerável ou não à ocorrência de desastres ambientais. Esse argumento demonstra que a “responsabilidade total” pelo desastre

⁷³ RIBEIRO, Manuel João. Sociologia dos desastres. In: **Sociologia**: problemas e práticas. Nº 18, 1995, p. 24.

⁷⁴ WENGER, D. *apud* BUTZKE, Ivani Cristina; MATTEDI, Marcos Antônio. Op. Cit, p. 12.

⁷⁵ RIBEIRO, Manuel João. Op. Cit, p. 34.

encontra-se na organização social que gera as pré-condições de vulnerabilidade a desastres, mesmo quando o agente deflagrador é um agente natural, como chuvas e terremotos. Sendo assim, o problema é uma resultante da incapacidade de prevenir e amenizar a ocorrência de forma adequada.⁷⁶

Por isso é tão importante analisar de que forma determinada sociedade se organiza ao longo de sua história tendo em vista de que forma essa organização pode ocasionar um desastre ambiental quando o evento se apresenta. Para se fazer uma História Ambiental dos desastres, não se pode considerar apenas o evento isolado, como se o desastre fosse provocado única e exclusivamente devido à ação da natureza. É preciso analisar o sistema social dessa comunidade em um longo espaço de tempo, para compreender os motivos das consequências pós-impacto. Além disso, é preciso analisar o intervalo de tempo entre uma ocorrência e outra, a fim de observar as medidas tomadas por determinada sociedade para evitar um próximo desastre. Mattedi⁷⁷ considera que quando os intervalos entre um evento e outro são mais curtos, verifica-se um esforço em busca de respostas para tentar impedi-lo de se repetir novamente, quando o intervalo é mais extenso, no entanto, as medidas também acabam se tornando mais esporádicas.

Outro elemento importante para o entendimento do desastre ambiental é o conceito de causalidade sistêmica. O primeiro elemento considerado quando se analisa um desastre ambiental, geralmente, são as características geográficas da região, no caso das enchentes, se observa os índices pluviométricos, as características do rio, o relevo, entre outros. Quando se considera a causalidade sistêmica, no entanto, é preciso analisar as características da ocupação da região, ou seja, ocupações indevidas, desvio do curso das águas, entre outras características que tornam essa localidade um espaço vulnerável. A união desses dois elementos de pesquisa faz com que o fenômeno natural se transforme em um desastre socioambiental.⁷⁸

Manuel Ribeiro distingue três fases do desastre ambiental: a primeira, denominada produção/reprodução, “(...) é caracterizada pela matriz alargada das reações sociais que configura os processos produtivos e as dinâmicas de funcionamento implicadas na interação entre o sistema social e o ambiente construído.”⁷⁹ A segunda fase,

⁷⁶ BUTZKE, Ivani Cristina; MATTEDI, Marcos Antônio. Op. Cit, p. 12.

⁷⁷ Ibidem, p. 6.

⁷⁸ RIBEIRO, Manuel João. Op. Cit, p. 25.

⁷⁹ Ibidem, p. 26.

ruptura/emergência, corresponde ao momento imediato da manifestação do desastre. Nessa fase é possível analisar o confronto entre o grau de preparação da sociedade e os efeitos produzidos pelo desastre. São testados em situação real os modelos pré-definidos de planejamento para situações de emergência e, em alguns casos, manifesta-se a ausência dessas medidas, sendo elas improvisadas depois do impacto. A terceira e última, chamada de “reconstrução/desenvolvimento social”, é caracterizada pela situação pós-desastre, em que, após serem restabelecidos os funcionamentos básicos do sistema social (na fase emergência), tem início o processo de reconstrução a fim de recuperar a ruptura provocada pelo desastre.⁸⁰

Tomando como objeto de estudo as enchentes ocorridas no Rio Itajaí-Açú, entende-se que é necessário enquadrá-las nessas três fases para compreender os efeitos que o desastre tem sobre a população da região. Na primeira fase, como vai ser demonstrado ao longo dessa pesquisa, os processos produtivos e organizações sociais dessa sociedade sempre foram voltados para uma interação despreocupada com a natureza. Primeiro por habitar uma região totalmente às margens do rio, especialmente na parte em que o rio enche frequentemente, segundo por promover um desmatamento na região e, posteriormente, ocupar as regiões de encostas.

Na segunda fase, em que é considerado o momento de emergência em que o desastre ambiental se forma, é possível observar um total despreparo da população, seja na enchente de 1911, por exemplo, ou na enchente de 2008, demonstrando que poucos avanços foram feitos a fim de evitar que novos desastres viessem a acontecer. Na terceira fase, observa-se um período de reconstrução, visando à volta à normalidade, porém sem se preocupar com a criação de mecanismos que evitem ocorrências futuras.

Para compreender a formação do desastre ambiental em uma determinada região é necessário entender o que de fato leva um evento natural a se tornar um problema ambiental. “Os problemas ambientais constituem efeitos negativos surgidos nos pontos de interseção das relações sociedade-natureza”⁸¹. Ou seja, a ação conjunta desses dois elementos, sociedade e natureza é a responsável pela origem de um problema ambiental. Essa interseção entre a sociedade e a natureza

⁸⁰ Ibidem, p. 28.

⁸¹ MATTEDI, Marcos Antônio. Subsídios para a Análise das Relações Sociedade-Natureza no Vale do Itajaí. In: THEIS, Ivo Marcos, et.al. **Nosso Passado (In)comum**: Contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau. Blumenau: Ed. Da FURB: Ed. Cultura em Movimento, 2000, p. 218.

tende a ocorrer quando a expansão de atividades econômicas provoca alguma transformação no ambiente natural em que a sociedade está inserida, estabelecendo uma apropriação ou destruição da natureza.

A chave para compreender por que em determinadas regiões precipitações em excesso provocam um verdadeiro desastre socioambiental, enquanto em outras localidades as chuvas são apenas um fenômeno climatológico, está no entendimento do conceito de vulnerabilidade. Ao contrário do que muitos consideram, no entanto, a vulnerabilidade não está relacionada a uma questão de “azar” que determinada sociedade possui estando no local errado e na hora errada. Essa vulnerabilidade está sim relacionada a uma construção antrópica, são as ações do homem que tornam a região vulnerável à ocorrência de desastres ambientais, foi a ação do homem que tornou a colônia Blumenau uma região intensamente vulnerável à ocorrência de enchentes, bem como em muitas outras regiões do Brasil.

Durante muitos séculos, o Brasil foi visto como um país afortunado, região livre de terremotos ou qualquer outro fenômeno natural. Porém nas últimas décadas, “inesperadamente”, desastres ambientais começaram a ocorrer no país, provocando um número considerável de óbitos, seria isso um sinal do fim dos tempos? Não, isso é um sinal de que o homem vem utilizando erroneamente o espaço em que está inserido. O Brasil é um claro exemplo de que a vulnerabilidade pode ser construída pelo ser humano.

É sabido que no decorrer de toda a história do Brasil, os rios sempre serviram de referência para a ocupação do território. Foi utilizando os rios que os bandeirantes adentraram no território brasileiro, também foi próximo aos rios que os colonizadores do país se assentaram, bem como os imigrantes de procedência alemã, que sempre procuraram fundar suas colônias nas margens de rios. Seja pelo meio de transporte, seja pela facilidade de irrigação de plantações, o fato é que as regiões que margeiam grandes rios foram facilmente ocupadas, fazendo com que as cheias desses rios aliados à chuvas torrenciais fizessem com que certas regiões se tornassem regiões de vulnerabilidade à enchentes.

Para compreender como muitas regiões do Brasil se tornaram frequentemente vítimas de enchentes é necessário entender conceitualmente que a

(...) vulnerabilidade social dos desastres é, assim, entendida como uma manifestação resultante do processo de desenvolvimento das relações sociais. Sinônimo de insegurança e de fragilidade frente a

um perigo, a vulnerabilidade conceptualiza-se como uma noção de conteúdo explicativo dentro do contexto social onde se insere.⁸²

A vulnerabilidade deve ser vista como o resultado de um sistema social despreocupado com as questões ambientais, resultado de ações presentes que possivelmente vão trazer ameaças quando ocorrerem eventos naturais futuros desencadeando um grande desastre. Sendo assim, a vulnerabilidade, geralmente, vai estar associada a países pouco desenvolvidos com deficiência nas questões ambientais. Países mais desenvolvidos tendem a possuir baixa vulnerabilidade a desastres, na medida em que as atitudes tomadas com o propósito de prevenir desastres fazem com que a vulnerabilidade se torne frequentemente mais baixa.

O caso da enchente é o melhor exemplo de vulnerabilidade criado por determinadas sociedades. Considerar que a vulnerabilidade é ditada por uma variante do sistema social e não por questões geográficas de cada região explica porque o impacto de grandes enxurradas é diferente de uma região para a outra ainda que o nível pluviométrico tenha sido o mesmo.

O Brasil construiu durante séculos a sua sociedade de risco, fazendo com que os efeitos das chuvas se agravassem cada vez mais. Não se pode, no entanto, associar a vulnerabilidade de algumas áreas do território brasileiro a uma falta de desenvolvimento, muito pelo contrário, a vulnerabilidade está relacionada, justamente, a problemas originários a partir de uma proposta errônea de desenvolvimento. Um desenvolvimento que promoveu um padrão de organização e gestão de território que colocou a população em uma predisposição a fatalidades aliado a uma política de emergências ineficaz. “Ou seja: o desastre, no Brasil, é a estrutura social e como a mesma define a ocupação do território”.⁸³

A político-administrativa brasileira não só é ineficaz nas tentativas de impedir que novos desastres ocorram como também é ineficaz nas ações pós-desastres para reconstruir as cidades auxiliando os residentes atingidos. São inúmeros os problemas que fazem com que o Brasil não consiga concluir um planejamento a fim de auxiliar essas populações a se recuperarem e evitar um novo incidente. Entre esses

⁸² RIBEIRO, Manuel João. Op. Cit, p. 29.

⁸³ VALÊNCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva, et., al. . A produção social do desastre: dimensões territoriais e político-institucionais da vulnerabilidade das cidades brasileiras frente às chuvas. *Teoria e Pesquisa*, n. 44 e 45, jan-jul de 2004, p. 73.

problemas alguns se destacam: muitas autoridades municipais sem condições técnicas de avaliar, interesse político por trás do decreto de situação de emergência ou estado de calamidade pública, supor que os residentes de domicílios afetados estejam inseridos no mercado formal podendo assim se refazer dos danos sofridos, além de permitir que apenas os trabalhadores do mercado formal tenham direito a recursos para fins recuperativos, como foi o caso da liberação do FGTS.⁸⁴

Um exemplo comparativo ocorrido recentemente demonstra como o Brasil não está preparado para enfrentar desastres ambientais como as enchentes. Em janeiro de 2011, o Estado do Rio de Janeiro (como foi mencionado anteriormente) e a região nordeste da Austrália foram assolados por fortes chuvas, porém o saldo final da tragédia traz dados alarmantes. Os índices pluviométricos apontam que na cidade de *Peachester*, na Austrália, choveu mais do que na região serrana do Rio de Janeiro, já que na primeira, em uma semana choveu 614 mm, o equivalente a 70% do esperado para três meses (janeiro – março), enquanto que no Rio De Janeiro, em uma noite choveu 124 mm, na cidade de Teresópolis, sendo que esse valor corresponde à 50% do volume esperado para o mês de janeiro.⁸⁵ A grande surpresa está no fato de que apesar de ter sofrido com um volume de chuva ligeiramente superior ao ocorrido no Rio de Janeiro, o desastre não trouxe nem 5% dos óbitos do Brasil. Enquanto na Austrália ocorreram 35 óbitos⁸⁶, no Rio de Janeiro, de acordo com a última atualização da Defesa Civil feita no dia 9 de fevereiro de 2011, o número de óbitos chega a 887.⁸⁷

Os números desse desastre e de muitos outros mencionados ou não neste capítulo demonstra a fragilidade da estrutura social brasileira, que a cada década vem construindo com mais veemência esse quadro de vulnerabilidade social tornando-se uma sociedade de risco. Se o Brasil do século XXI traz consigo todas essas deficiências e despreparo o que dirá o Brasil dos séculos passados? Historicamente a região sul do Brasil sofre com a incidência de enchentes desde sua colonização e, sem

⁸⁴ VALÊNCIO, Norma, et al. Op. Cit, p. 78.

⁸⁵ **Notícias.** Disponível em <<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/tres-dias-de-chuvas-no-rio-matam-mais-do-que-um-mes-de-cheias-na-australia-20110114.html>>. Acesso em 20 de março de 2011.

⁸⁶ BBC BRASIL. **Depois de enchente, Estado australiano deve ser atingido por ciclone.** Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/02/110201_australia_ciclone_fn.shtml>. Acesso em 20 de março de 2011.

⁸⁷ SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL. **Rio: dados atualizados.** Disponível em <<http://www.defesacivil.gov.br/noticias/noticia.asp?id=5544>>. Acesso em 25 de fevereiro de 2011.

dúvidas, dentro desse quadro a região que mais se destaca é a região do Vale do Rio Itajaí-Açu, também conhecido como Vale das Águas, que vem sofrendo constantemente com os problemas de desastres ambientais desde o início de sua colonização na segunda metade do século XIX. Tendo como base todas as conceitualizações e teorias aqui expostas, os próximos capítulos trarão uma análise específica dessa região tão intensamente castigada.

CAPÍTULO II - A implantação de colônias alemãs em regiões ribeirinhas no Brasil Meridional

Na ocasião que sobrevoamos a enchente, fazia um dia claro de inverno. O sol, olhando de um firmamento azul lavado por entre farrapos de nevoeiros baixos, pintavam manchas escuras e brilhantes sobre as águas. Nas ruas de Navegantes e São João, ao redor do edifício do correio e da usina elétrica, lanchas e caiaques substituíam os bondes e os automóveis. (...)A capital, feita irônica Veneza nos seus bairros marginais. Sem tráfego, sem luz, sem força, sem água, paralisada, parecia segurar-se frenética aos morros de granito para não se derramar no Guaíba, em que dançavam, aos milhares, os ilhotes dos aguapés.⁸⁸

O trecho acima foi relato por Balduino Rambo, em seu clássico *A fisionomia do Rio Grande do Sul*, e refere-se ao sobrevôo feito pelo autor sobre a região da Bacia do Guaíba no dia que sucedeu a grande enchente de 1941. Como muito bem relatado, as enchentes transformam a vida de uma comunidade, tanto fisicamente como socialmente. É preciso renascer, reconstruir novos espaços, novas vivências. Essa experiência foi compartilhada por grande parte das colônias alemãs instaladas no sul do Brasil, especialmente em Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Ambos os Estados seguiram o mesmo projeto de colonização, instalando quase todas as colônias em regiões de densa floresta e seguindo o curso de algum rio, que quase sempre faz a ligação entre o litoral e a serra. A semelhança física das regiões foi um dos elementos que fez com que as colônias instaladas nessas áreas vivenciassem os mesmos problemas com as inundações.

Saba-se, que para a História Ambiental, as fronteiras políticas não são elementos fundamentais, sendo facilmente dispensáveis. Nesse tipo de pesquisa, as características físicas e sociais de determinadas regiões são mais importantes. Por este motivo, esse capítulo visa abordar as colônias de imigrantes alemães localizadas na região sul do Brasil, uma

⁸⁸ RAMBO, Balduino. **A Fisionomia do Rio Grande do Sul**: ensino de monografia natural. 3ª ed. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2000, p. 216.

vez que essas regiões possuem características físicas e construção social semelhantes. Essa abordagem tem a proposta de introduzir a imigração alemã no sul do Brasil apontando para o caso das enchentes a fim de promover um embasamento para os dois próximos capítulos que irão tratar integralmente sobre o caso das enchentes na colônia Blumenau.

II.1 - A fundação das colônias alemãs no Brasil Meridional

Durante boa parte do século XIX, o governo brasileiro dirigiu suas atenções para a questão da ocupação de áreas consideradas “despovoadas”⁸⁹ do território nacional, preocupação esta que já existia desde a época da colônia. O fantasma da desintegração do território, bem como veio a ocorrer na América de colonização espanhola, fez com que já nos primeiros anos do império medidas fossem tomadas para evitar que isso viesse a acontecer. Além disso, havia uma crescente preocupação com as constantes invasões do território meridional pela coroa espanhola e, posteriormente, pelos chamados castelhanos que, frequentemente, ameaçavam a integridade da fronteira sul.

A ocupação das províncias meridionais, Santa Catarina e São Pedro do Rio Grande, teve início com a formação do caminho das tropas, na qual os tropeiros paulistas fundaram pequenos vilarejos no caminho entre São Paulo e Rio Grande do Sul, atravessando as serras catarinense e gaúcha, fundando no extremo sul do Brasil grandes estâncias de criação de gado na região coberta pelo pampa, no bioma “campos gerais”. Ainda no século XVIII, núcleos açorianos foram fundados na faixa litorânea de ambas as províncias. Apesar da instalação de vilas nos dois pontos das províncias, o território que fazia a ligação entre serra e litoral ainda se encontrava coberto pela vegetação fechada, era preciso povoar essa região a fim de reforçar a segurança do território nacional.

O litoral de São Pedro do Rio Grande impossibilitava a chegada de embarcações de grande porte e a porta de entrada da província por mar era basicamente no ponto em que a Lagoa dos Patos se encontra com o mar, região onde foi instalado o porto de Rio Grande. Uma vez adentrada a Lagoa, o Rio Jacuí se mostrava com uma grande via que levava diretamente ao coração da província. Por este motivo, a região

⁸⁹ Importante ressaltar que estas regiões “despovoadas” na prática eram áreas habitadas por grupos indígenas, portanto não se trata de uma região desabitada.

que margeia o Rio Jacuí e seus afluentes deveria ser ocupada com urgência. Por outro lado, a província de Santa Catarina apresentava três portos importantes, o de São Francisco, Desterro e de Laguna, este último localizado ao sul, próximo a divisa com a província vizinha. Se a província sofresse uma invasão por algum desses portos, todo o restante da região sul poderia ser facilmente invadida a partir da serra catarinense.

Além da questão de segurança, outras razões fizeram com que o governo imperial incentivasse com veemência a imigração de europeus para o sul do Brasil, como, por exemplo, a questão da fronteira agrícola. A agricultura cultivada na região sul até então se encontrava em pequenas propriedades no litoral, era preciso fazer com que as demais regiões das províncias cultivassem e fizessem girar o mercado interno e até mesmo produzissem para exportação.

Uma vez definidas as razões para a implantação de núcleos coloniais bem como as regiões que mais necessitavam dessa ocupação, era necessário definir que grupos seriam bem-vindos ao Brasil com essa finalidade. Alguns fatores foram levados em conta, como por exemplo, desclassificar as nações que tenham tido algum tipo de problema com a Coroa Portuguesa ou terem representado algum tipo de ameaça a fronteira sul do Brasil, como era o caso dos espanhóis. Nesses critérios dois povos ganharam destaque por não se enquadrarem nesses problemas, os italianos e alemães. Para o caso dos alemães havia outros elementos positivos, como, por exemplo, o casamento de D. Pedro I com a princesa austríaca D. Leopoldina. Além disso, os alemães passavam por profundas transformações em sua sociedade que os motivaram a migrar para as Américas. O avanço industrial nas regiões que formavam a antiga Confederação Alemã atingiu drasticamente a vida do campesinato, obrigando grande parte deles a se tornar proletário. Em 1830, 80% da população alemã ativa trabalhavam no campo com atividades agrícolas, em 1870, esse percentual cai para 49%, chegando a 18% em 1910. Além da necessidade de se dedicar ao trabalho industrial para manter suas famílias, outro fator foi relevante nessa mudança, o crescimento populacional, agravando o problema da divisão dos lotes agrícolas entre os filhos.⁹⁰

Pelos motivos acima descritos, já no decorrer da década de 1820, dois núcleos coloniais foram fundados no sul do Brasil. O primeiro foi fundado na província de São Pedro do Rio Grande, no ano de 1824, com

⁹⁰ CUNHA, Jorge Luiz. **Os colonos alemães e a fumicultura**. Santa Cruz: Livraria e Editora da FISC, 1991, p. 18 – 24.

a chegada de cerca de 38 imigrantes à Real Feitoria do Linho Cânhamo, fundando o que viria a se tornar a colônia de São Leopoldo.⁹¹ Cinco anos depois, já na província de Santa Catarina, a instalação de dezesseis imigrantes alemães, no dia 1ª de março de 1829, deu vida ao que viria a ser a colônia São Pedro de Alcântara.⁹²

Durante os anos de império, as colônias pertencentes ao governo eram, geralmente, comandadas pelo governo imperial, visto que as terras devolutas encontravam-se sob tutela do império, como foi o caso das duas colônias citadas acima. Nos anos que se seguiram à Proclamação da República, no entanto, o governo rapidamente transferiu as terras devolutas aos cuidados dos governos estaduais nos quais elas estavam situadas. Dessa forma, a partir desse momento, o governo estadual passou a ser encarregado das colônias governamentais. Além do governo, outros tipos de colônias foram desenvolvidos no período imperial, como as colônias fundadas por empresas colonizadoras e pela iniciativa privada⁹³. Um exemplo de colônia privada foi a colônia Blumenau, fundada em 1850, pelo Dr. Hermann Blumenau, bem como a colônia Dona Francisca, fundada pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo.

A participação das empresas de colonização começa a ganhar representatividade a partir da segunda metade do século XIX, com a união de interesses do poder público com as empresas privadas. A colonização de terras devolutas deixa de ser apenas uma necessidade de povoação e passa a ser um negócio lucrativo para o governo, uma vez que as colônias levavam a valorização das terras aumentando o controle do Estado sobre novas áreas, terras até então devolutas passaram a ser transformadas em mercadorias e vendidas em pequenos lotes.⁹⁴ Vale destacar que os colonizadores não tinham o direito de escolher as terras em que suas colônias seriam implantadas, a escolha dos terrenos partia do governo estadual ou imperial.

Conseguir atrair europeus para regiões de densa floresta, cheia de nativos e animais selvagens não seria uma tarefa fácil para o governo,

⁹¹ Ibidem, p. 33.

⁹² PIAZZA, Walter F. Acolônia de São Pedro de Alcântara no contexto da colonização alemã em Santa Catarina. In: JOCHEM, Toni Vidal. (org) **São Pedro de Alcântara 1829 – 1999**: aspectos de sua história. São Pedro de Alcântara: Coordenação dos Festejos, 1999, p. 107.

⁹³ AMSTAD, Theodor (Org). 1924. **Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul – 1824-1924**. Trad. de Arthur B. Rambo. São Leopoldo, Unisinos, 1999, p. 50.

⁹⁴ KLUG, João. Imigração no sul do Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org). **O Brasil imperial**. 3v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 205.

especialmente após o decreto de Heydt⁹⁵, em 1859. Para isso, uma série de promessas foi feita a fim de tornar o negócio atrativo, dentre essas promessas algumas merecem destaque como o pagamento das passagens pelos cofres nacionais, o colono deveria ser entendido como cidadão brasileiro, cada família receberia uma área de cerca de 160000 braças quadradas de terra, bem como cavalos, bois, ovelhas, entre outros, isenção de pagamentos durante os dez primeiros anos além de um pagamento diário de 160 réis por colono no primeiro ano e 80 réis no segundo.⁹⁶ Graças a esses benefícios, o governo brasileiro conseguiu atrair os primeiros colonizadores para o Brasil.

Os modelos de colônias instaladas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina seguiram basicamente o mesmo modelo, denominado de picadas. Em resumo, ia se abrindo caminho em meio a mata fechada e a cada 300 metros⁹⁷ uma família era instalada. Todos os lotes deveriam ter contato direto com a água do rio, para seu abastecimento, sendo assim, os lotes deveriam seguir o curso do rio, lado a lado. Além da questão do abastecimento, a presença do rio era essencial para o escoamento dos produtos cultivados nas colônias. No caso do Rio Grande do Sul, os rios onde eram feitas as picadas deveriam ter ligação com Porto Alegre e em Santa Catarina, as colônias do Vale do Itajaí escoavam sua produção para o porto de Itajaí através do rio.

Giralda Seyferth chama a atenção para a semelhança entre o modelo da picada e o tipo de ocupação desenvolvida nas florestas do leste da Alemanha, em fins da Idade Média, denominada *Waldhufendorf*. A semelhança entre os modelos encontra-se justamente na distribuição de terrenos lado a lado e alongados. Tradicionalmente, a primeira iniciativa do diretor da recém-criada colônia era escolher a área que seria a sede da colônia e, futuramente, a *Stadtplatz*, a partir dessa primeira picada as outras iam sendo definidas.⁹⁸ Em Santa Catarina é possível encontrar outras denominações para essas picadas, como por

⁹⁵ Nesse período foram feitas denúncias sobre o trabalho semi-escravo a que os imigrantes estavam sendo submetidos em algumas fazendas de café em São Paulo. Como consequência desse problema, o governo prussiano proibiu a emigração de alemães para São Paulo por meio do decreto de Heydt. Ver mais sobre o assunto em LANDO, Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul**: uma interpretação sociológica. Porto Alegre: Editora Movimento, 1976, p. 31.

⁹⁶ SCHRÖDER, Ferdinand. **A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859**. Porto Alegre, São Leopoldo: Editora PUCRS, Editora Unisinos, 2003, p. 59.

⁹⁷ Essa medida de 300 metros correspondem às primeiras colônias. A medida que a região ia sendo povoada, o tamanho dos terrenos ia diminuindo.

⁹⁸ SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí Mirim**: um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento, 1974, p. 47.

exemplo, as Tifas, palavra originária do alemão *Tiefe*, que é utilizada para denominar os lotes mais ao fundo das picadas.

Pode-se afirmar que um dos motivos que levaram ao insucesso da colônia São Pedro de Alcântara foi o fato de não terem sido utilizadas as picadas no momento de instalação da colônia. A colônia São Pedro foi fundada no caminho entre São José da Terra Firme (vizinha a capital Desterro) e a vila de Lages, o intuito principal era encontrar um caminho entre essas duas localidades e povoá-lo. Para tal, a nova colônia foi fundada às margens do rio Maruí, porém o que ocorreu foi que a estrada da colônia não acompanhou o curso do rio e seguiu os morros em grandes distâncias. Alguns poucos colonos conseguiram encontrar terrenos nas margens do rio, mas os que permaneceram nos morros acabaram tendo que migrar para outras regiões⁹⁹. A falta de água nas proximidades para alimentar os moinhos de farinha além de terras inférteis e dificuldade no escoamento dos produtos fez com que muitos colonos migrassem pra região vizinha de Alto Biguaçu (Antônio Carlos) e até mesmo para o Vale do Itajaí.

As dificuldades de escoamento da produção por qual passaram os colonos daquela região está registrada no caderno de memórias escrito por Antônio Pedro Clasew. De acordo com o memorialista, os colonos “(...) carregavam as lavouras nas costas (...)”¹⁰⁰. A produção de feijão e batata era levada pelos colonos até São José, onde eram vendidos, com o dinheiro os colonos levavam produtos que lhes faltavam na colônia, como querosene, sal, sabão, entre outros. Apesar dos problemas iniciais, a colônia São Pedro de Alcântara foi elevada a categoria de município.

Já na colônia gaúcha de São Leopoldo fundada também na década de 1820 os colonos obtiveram mais sucesso. A colônia foi instalada as margens do rio dos Sinos, através do sistema de picadas. O nome da colônia foi uma homenagem à imperatriz Dona Leopoldina, consagrada a “mãe da imigração alemã.”¹⁰¹ Ao contrário da colônia de São Pedro, São Leopoldo obteve êxito desde os seus primeiros anos, a terra fértil e o rio para escoar suas produções até a capital da província, fez com que a colônia florescesse ao ponto de em poucos anos algumas colônias irmãs irem se estabelecendo nas redondezas a fim de comportar o grande número de imigrantes.

⁹⁹ PIAZZA, Walter F. Op. Cit, p. 112.

¹⁰⁰ CLASEW, Antônio Pedro. **Memórias da colônia São Pedro de Alcântara**. 1979. [s/p]. Arquivo Pessoal.

¹⁰¹ HUNSCHE, Carlos Henrique. **Primórdios da vida judicial de São Leopoldo**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1979, p. 12.

Apesar dos problemas ambientais que se desencadearam nesta e em outras colônias ao longo dos anos, são constantes os relatos de presidentes da província de São Pedro do Rio Grande em que o sucesso da colônia São Leopoldo é descrito.

Successivamente vai sua laboriosa população aumentando, não só a quantidade, mas as diversas qualidades de sua importante produção agrícola. Além dos generos commumente cultivados na Provincia, começa ella a fabricar entre outros productos o vinho, a cerveja e agoas-ardentes. Já se encontrão alli não poucas fabricas de louça, de couros envernizados, lombilhos, carretas, e obras de marcenaria. Começa também a fazer prosperar a cultura do tabaco, e algodão.¹⁰²

A navegação fluvial era de extrema importância para a manutenção desse comércio entre as colônias e os principais pólos da província, mais importante até mesmo do que as ferrovias. O rio era tão presente na paisagem das colônias alemãs que em quase todas elas se destaca algum rio. Além dos rios e suas respectivas colônias que já foram mencionadas acima, no Rio Grande do Sul se destacam ainda as colônias de Estrela e Lajeado, no rio Taquari, Santa Cruz e Candelária, no rio Pardo e Santo Ângelo na bacia do Jacuí.¹⁰³

Através do relato de Peter Kleudgen é possível compreender a importância de determinados elementos naturais para o desenvolvimento das colônias, segue abaixo o exemplo de Santa Cruz, fundada em 1849, as margens do rio Pardo:

A terra desmatada é incomparável em Santa Cruz. Sua fertilidade perene...assegura ao colono bom e rápido progresso. Da margem do rio, as colônias estendem-se em forma de terraço até as montanhas e são formadas de solo farelento, do mais belo escuro e claro solo argiloso e, finalmente, de solo preto. Areia só se encontra diretamente junto ao rio... Sobre as ondulações e montanhas, o campo é mais bonito e é mais

¹⁰² BUENO, José Antônio Pimenta. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia de F. Pomatelli, 1850, p. 25. Disponível em < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/879/000025.html>> (Acesso em 10 de maio de 2011).

¹⁰³ AMSTAD, Theodor (Org). op. Cit .p. 280.

apropriado para o cultivo da cana-de-açúcar, pois ali é bem mais quente do que nos vales.¹⁰⁴

Nas décadas seguintes, outras colônias começaram a ser criadas em Santa Catarina, das quais se destacam as colônias de Blumenau, no rio Itajaí-açú, Brusque, no rio Itajaí- mirim e Dona Francisca (atual Joinville), no rio Cachoeira. A primeira delas, por ser objeto principal de análise deste estudo será trabalhada separadamente nos capítulos 3 e 4.

A ocupação do Vale do Itajaí começou a ser efetuada bem antes da fundação da primeira colônia alemã, em 1850. Tem se notícias de que já no século XVIII existiam alguns moradores nas proximidades do Vale, inclusive uma fazenda denominada Arzão. Mas, foi apenas a partir de 1820 que a região passou a ser vista como uma possibilidade de implantação de colônias, quando foram cedidas a Antônio de Menezes Vasconcelos Drumond duas sesmarias que deveriam ser usadas para a instalação de uma colônia de soldados. Porém, Drumond permaneceu apenas algumas semanas na região e a idéia não se concretizou. As primeiras colônias só se instalaram de fato em 1836, quando no baixo Vale do Rio Itajaí-Açú, desenvolveu-se a colônia de Belchior, que dentre suas expectativas visava receber alguns dos colonos que haviam se instalado inicialmente na colônia São Pedro de Alcântara.¹⁰⁵

A Colônia Dona Francisca foi fundada em 1849, por meio de um contrato entre o Príncipe de Joinville¹⁰⁶, proprietário da terra, e a Sociedade Colonizadora de Hamburgo. O príncipe cedeu parte de suas terras a sociedade colonizadora, que por sua vez assume o compromisso de assentar no primeiro ano cem colonos, aumentando 100 a cada ano. Além disso, a sociedade fica responsável pela construção de estruturas físicas na colônia, contratando escolas e igrejas, abrindo ruas, etc. Cada colono deveria pagar uma taxa anual que não poderia ser inferior a dois mil-réis. Em 1850, o engenheiro Gunther chega a Santa Catarina, acompanhado de alguns colonos com a tarefa de escolher o local da primeira povoação. Ao invés de demarcar terrenos na colina, Gunther acabou escolhendo a região do pântano.

Certamente o Sr. Gunther, que deveria ter nascido cansado, apesar da insistência do Cel. Vieira e do

¹⁰⁴ SCHRÖDER, Ferdinand. op. Cit, p. 106.

¹⁰⁵ SEYFERTH, Giralda. Op. Cit, p. 37.

¹⁰⁶ O príncipe de Joinville recebeu essas terras ao sul como dote em seu casamento com a princesa Dona Francisca, irmã do imperador D. Pedro II.

Sr. Aubé no sentido de continuar as pesquisas, declarou ele enfaticamente, que ali já estava muito bom. Assim ficou firmada a sorte da Colônia que, no mínimo que se possa julgar, já começava mal. Pela incapacidade administrativa deste indivíduo.¹⁰⁷

Por ter feito mal seu trabalho, o engenheiro foi demitido, mas o primeiro navio com imigrantes chegou em 1851, não tendo tempo de arrumar outra localização, a colônia acabou sendo instalada no pântano, onde até hoje permanece a cidade de Joinville. Essa falha de localização fez com que a colônia viesse a sofrer com o problema das enchentes que persiste até os dias de hoje.¹⁰⁸ Culpado ou não, o fato é que Gunther levou consigo a responsabilidade pelo mau posicionamento da colônia e todos os desastres gerados a partir desse ato.

É inegável que a implantação de colônias em matas virgens traria impactos ambientais na região, como já havia ocorrido com muitas outras no Brasil. O desmatamento, os métodos de plantação primitivos, a ocupação das margens dos rios são alguns dos fatores que podem ocasionar a degradação ambiental. Na falta de instrumentos adequados para a abertura das picadas, por exemplo, foi muito comum em todas as colônias a utilização do método de coivara. Esse método consiste no trabalho de derrubar as árvores, preferencialmente nos meses de maio, junho e novembro, em seguida os ramos eram deixados no solo de seis a oito dias para secar, as madeiras de melhor qualidade eram utilizadas na construção das casas e como combustível, os ramos eram queimados, e as cinzas utilizadas como adubo.¹⁰⁹ A utilização desse método agregada à escala empregada das queimadas nas zonas de colonização provocou uma rápida destruição ambiental que puderam ser observadas em algumas regiões das duas províncias.

A derrubada de árvores era uma necessidade para a construção das casas, mas também movimentava um importante comércio na região. Nos primeiros anos da colonização, o comércio de madeiras era uma grande fonte de renda para os colonos. Além disso, alguns colonos encontravam um ganho extra, trabalhando como “puxadores” de madeira, o puxador deveria levar os troncos de árvores até uma serraria.

¹⁰⁷ RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. **A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil**. Florianópolis: Ed. da UFSC, FCC; Joinville: FCJ, 1992, p. 16.

¹⁰⁸ SCHRÖDER, Ferdinand. Op. Cit, p. 126 e 127.

¹⁰⁹ SEYFERTH, Giralda. Op. Cit, p. 58.

Essas serrarias quase sempre eram instaladas nas proximidades de um ribeirão, pois a força das águas era utilizada para mover as serras.¹¹⁰

Tal qual a *Frontier thesis* norte-americana, formulada por Frederick Turner no qual se coloca que a fronteira é a forma mais dinâmica e efetiva de americanização do colono dominado pela natureza inóspita,¹¹¹ a floresta brasileira foi a fronteira física e simbólica dos colonos. Simbólica por se tratar do paraíso idealizado por alguns imigrantes, embora não tenha sido exatamente o paraíso prometido pelos agentes de imigração. E física por se tratar de uma verdadeira fronteira verde, rica em recursos naturais, com rios caudalosos e mata densa, mas ainda assim, uma fronteira a qual o colonizador precisaria vencer para construir sua casa, suas plantações, sua nova vida.¹¹²

A necessidade de vencer essa fronteira física e fazer nascer a “civilização” em meio a “selvageria” criou no colono pioneiro a figura do herói. Nos primeiros livros publicados sobre a colonização alemã, bem como em livros comemorativos, essa figura do pioneiro persiste em ser contada, constantemente, cheios de adjetivos.

Chegaram os colonos de olhos azuis e cabelos loiros; com suor e lágrimas umedeceram a terra fértil e generosa que lhes haveria de retribuir com colheitas fartas as mil vicissitudes. Lá no alto da Serra e depois nos vales, nos minifúndios, nasceram os filhos de alemães, brasileiros já, que edificaram Santa Cruz do Sul. Isolados do mundo? Tinham Deus sempre presente; e a verdade, a honra, a lealdade, a amizade como amigos inseparáveis. Se não compreendiam nem falavam. De início, a língua portuguesa, entendiam o ‘falar’ do trabalho com que fizeram progredir esta terra...¹¹³

¹¹⁰ Ibidem, p. 79.

¹¹¹ BUBLITZ, Juliana. **Forasteiros na floresta subtropical**: Uma história ambiental da colonização européia no Rio Grande do Sul. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010, p. 26.

¹¹² Ibidem, p. 46 e 47.

¹¹³ MARTIN, Hardy Elmiro. **Santa Cruz do Sul de colônia a freguesia/ 1849 – 1859**. Santa Cruz do Sul: Associação Pró-Ensino em Santa Cruz, 1979, p. 25.



Figura 01: Imigrante abrindo caminho na mata.

Fonte: ROCKENBACK, Sílvio Aloysio; FLORES, Hilda Agnes Hübner. **Imigração Alemã: 180 anos – história e cultura.** Porto Alegre: CORAG, 2004, p. 15.

Nesta imagem publicada no livro comemorativo dos 180 anos de imigração alemã¹¹⁴, está bastante nítida a figura do pioneiro que venceu o medo da temível floresta brasileira e fez dela uma terra fértil da qual pode tirar o sustento de sua família. Com um ato heróico ou não, o fato é que estes colonos promoveram em poucas décadas a antropização da paisagem dessas regiões. Alguns grupos indígenas que ainda habitavam a região foram dizimados com o tempo, a riqueza vegetal aos poucos foi perdendo espaço em meio as plantações e, posteriormente, com a construção de grandes as indústrias, enfim, todo o meio ambiente foi modificado com a instalação dessas novas colônias.

Uma perturbação ambiental de tamanha magnitude não poderia passar despercebida no funcionamento das colônias. A junção dos problemas ambientais gerados pela antropização com as características físicas dessas regiões, fez com uma série de desastres ambientais fossem desencadeados. Grandes partes desses desastres estão relacionadas com as condições climáticas dessas regiões, em alguns momentos, por exemplo, a geada tardia costumava causar danos irreversíveis nas plantações. No verão eram as estiagens prolongadas que danificavam a cultura de determinadas plantas, como o milho, por exemplo. Além disso, têm-se ainda as chuvas de granizo, temporal com vendaval, pragas e por fim, a mais frequente e daninha de todos os desastres ambientais ocorridos nas áreas de colonização alemã em todo Brasil meridional, as enchentes.¹¹⁵

II.2 A construção dos desastres ambientais nas colônias alemãs do sul do Brasil

Ao folhear as primeiras páginas do livro¹¹⁶ comemorativo dos 100 anos de imigração alemã para o Rio Grande do Sul, uma surpresa. A primeira figura, no primeiro capítulo é elucidativa: uma enchente. Nas primeiras descrições da região, um problema eminente: as enchentes. A partir dessas observações algo se torna claro, as enchentes são elementos fundamentais que percorrem todas as décadas da História da imigração alemã em toda região sul do Brasil, são, sem dúvidas, parte da realidade

¹¹⁴ ROCKENBACK, Sílvio Aloysio; FLORES, Hilda Agnes Hübner. **Imigração Alemã: 180 anos – história e cultura**. Porto Alegre: CORAG, 2004.

¹¹⁵ AMSTAD, Theodor (Org). Op. Cit, p. 231.

¹¹⁶ Idem.

vivenciada pelos imigrantes e seus descendentes na busca pelo desenvolvimento das colônias por eles fundadas.

O mesmo fenômeno também é encontrado nos livros comemorativos da imigração alemã em Santa Catarina. O exemplo mais categórico de colônia inundada é a colônia Blumenau. Foram tantos desastres ambientais que assola(ra)m a região, que foi reservado para esta colônia os dois próximos capítulos. Por este motivo, esse capítulo irá abordar as enchentes ocorridas nas demais colônias de imigrantes alemães, especialmente São Leopoldo e Dona Francisca.

Embora a colonização tenha sido efetuada há mais de 150 anos na maioria das colônias (e agora municípios), a questão da enchente persiste como um desastre ambiental. Antes de mais nada, a enchente tem que ser vista como um desastre construído pela ação antrópica em conjunto com alguns elementos físicos que determinada região apresenta. Como foi exposto no subcapítulo anterior, grande parte das colônias alemãs foram construídas próximas às margens de rios. A opção por regiões de vale, além do fato de estarem localizados entre a serra e o litoral, como já foi visto, está na importância para o escoamento da produção da colônia, bem como para o próprio abastecimento hídrico dos colonos.

De acordo com o que foi amplamente discutido no capítulo anterior, os desastres ambientais são eventos construídos socialmente, bem como a vulnerabilidade apresentada por determinadas regiões. Antes da instalação das colônias nessas regiões, o rio já se localizava lá, as chuvas já ocorriam com maior ou menor frequência, ou seja, os aspectos físicos já estavam colocados desde o início. O que mudou e fez com que um evento natural se transformasse em um desastre ambiental foi a instalação do elemento humano nesse cenário. Mais do que isso, a presença humana fez com que se criasse a consciência de que aquele evento não era algo natural e aceitável, mas sim um evento prejudicial para a sociedade em que estava inserido. Deve ficar claro, que além da construção do desastre ambiental devido a formação de colônias, a partir desse momento começou-se a criar a idéia de que aquela cheia do rio era de fato um desastre ambiental ou catástrofe, como muitos consideraram ao longo das décadas que se sucederam à colonização.

A primeira colônia alemã no sul do Brasil a passar por problemas com enchentes foi a colônia São Leopoldo. Balduino Rambo, em *A fisionomia do Rio Grande do Sul*¹¹⁷, traz em um de seus capítulos uma análise fortemente geográfica sobre o problema das enchentes na bacia

¹¹⁷ RAMBO, Balduino. Op. Cit, p. 209.

do Guaíba. A primeira edição do livro, lançada em 1942, foi escrita no momento em que o Rio dos Sinos e toda a bacia passava por uma de suas piores enchentes. Segundo o autor, há alguns germens principais para a construção do que ele chama de catástrofe. O primeiro elemento seria a explicação meteorológica, a proximidade da serra faz com que as correntes de ar esbarrem na muralha da serra, forçando-a a subir. A cada 100 metros de ascensão, a temperatura tende a cair meio grau, levando a condensação e formação de nuvens, originando as precipitações. Por este motivo, a bacia do Guaíba apresenta o maior índice pluviométrico do Estado¹¹⁸.

O segundo se refere ao declive unilateral, que faz com que as enxurradas desçam em direção sudoeste, concorrendo no escoadouro comum no Jacuí. Terceiro, a horizontalidade da linha da altura da Serra Geral, sendo assim, haverá um escoamento violento das enxurradas, “(...) o desnível brusco dos saltos, o encaixamento da massa líquida em ‘canhões’ apertados produzem velocidades máximas, redundando numa invasão súbita das águas na planície.”¹¹⁹ Na quarta e última característica está o problema de os rios não desaguar, diretamente no mar, mas sim no estuário do Guaíba, “(...) a consequência disso é uma diminuição brusca da velocidade. Sem barreiras laterais, pois a região já está totalmente erodida, as massas se espriam sobre a zona marginal.”¹²⁰

No caso do vale do rio dos Sinos, além do fator antrópico, algumas características físicas são bastante relevantes. A bacia dos Sinos cobre uma região de aproximadamente 3800 km², abrangendo 32 municípios. Possui chuvas relativamente bem distribuídas durante o ano, com uma pequena concentração nos meses de inverno, quando massas de ar frias e úmidas entram na região vinda do Atlântico sul. Essas características fazem com que as enchentes possam acontecer em qualquer época do ano,¹²¹ ao contrário do Vale do Itajaí, em que as enchentes tendem a acontecer no outono e na primavera.

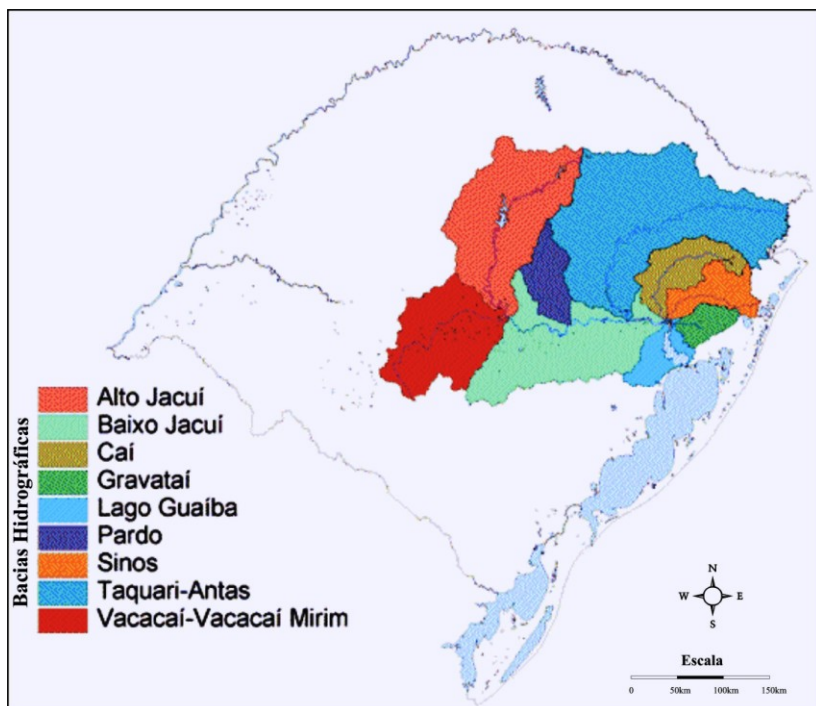
No mapa a seguir é possível identificar a região hidrográfica do Guaíba e os principais rios que a compõe:

¹¹⁸ Ibidem.

¹¹⁹ Ibidem, p. 210.

¹²⁰ Ibidem, p. 211.

¹²¹ OLIVEIRA, Guilherme de. (et. al.) Mapeamento e análise da distribuição das áreas inundáveis na bacia do rio dos Sinos/RS. In: **Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Natal, Brasil, 25-30 abril 2009, INPE, p. 4174.



Mapa 01: Mapa da região hidrográfica do Guaíba.

Fonte: Região hidrográfica do Guaíba: nove bacias e suas características. Disponível em < <http://www.proguaiba.rs.gov.br/bacias.htm> > (acesso em 13 de julho de 2011).

Do ponto de vista geográfico, as informações de Balduino Rambo são muito interessantes. Aparentemente, no entanto, o autor parece desconsiderar o fator antrópico considerando a enchente uma “catástrofe”, como ele mesmo menciona¹²², de cunho natural. A percepção de Rambo demonstra o entendimento que a população da primeira metade do século XX tinha sobre o problema das enchentes que assolava a região. Tendo em vista essas características físicas abordadas pelo autor, faz-se necessário analisar de que forma se deu a ocupação dos rios que compõe a bacia do Guaíba para compreender o porquê de determinados aspectos físicos terem se tornado um desastre ambiental.

Uma das principais perguntas que os historiadores se fazem quando o assunto é a enchente nessas regiões é se os colonizadores,

¹²² RAMBO, Balduino. Op. Cit, p. 208.

quando resolveram demarcar os terrenos fornecidos pelo governo nas proximidades dos rios, tinham conhecimento da probabilidade de haver inundações¹²³. Infelizmente, nem todas as regiões apresentam documentação que possam responder essa questão, mas para o caso da colônia São Leopoldo, um documento em particular é elucidativo nesse sentido. Em carta, o então presidente da província, José Feliciano Fernandes Pinheiro, mais tarde Visconde de São Leopoldo, informa ao secretário imperial para assuntos estrangeiros no Rio de Janeiro sobre o andamento da implantação da colônia. No trecho a seguir uma frase chama atenção:

(...) enfim designei-lhes de antemão o Sítio, em que fossem arranchando cada família, e desse começo a suas lavouras para as quaes é própria a estação; ainda por hora lhes não são demarcadas quatrocentas braças de terreno em observancia da Imperial Ordem **pois que ainda não foi possível verificar a Medição Geral da Fazenda por causa das immensas aguas do inverno, que tornarão intranzitaveis alguns lugares;** este mesmo obstaculo tem ainda embargado, que eu tenha dado já completa satisfação aos requizitos que exigio a Portaria de 31 de março passado, de cujas difficuldades logo preveni a V. Ex. achando-se alias prompta a Avaliação dos scravos, da qual remetti duas copias, que me forão exigidas pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio.¹²⁴ (grifo nosso)

Ainda que não tenham tido contato com a escassa população da região, nos momentos que iniciaram os trabalhos de demarcação dos lotes, os colonizadores já puderam constatar que o rio poderia subir e inundações viriam a ocorrer. Muito possivelmente, a falta de conhecimento sobre a região, fez com que os colonizadores acreditassem na idéia do ato isolado e persistiram na tentativa de instalar a nova colônia naquele mesmo ponto, quando as águas do rio baixassem novamente.

¹²³ Importante ressaltar que os colonizadores e as empresas de colonização não escolhiam o local onde seria instalada a colônia, que definia isso era o governo que estava cedendo as terras.

¹²⁴ AMSTAD, Theodor (Org). Op. Cit, p. 623.

Em uma nova correspondência percebe-se que de fato os avisos da natureza foram ignorados e a colônia foi instalada naquele ponto. Quando ainda presidente da província, o Visconde de São Leopoldo havia designado o rincão do Euzébio, região alta em que hoje se localiza o município de Novo Hamburgo, para a instalação da nova colônia. Seus apelos, no entanto, foram desconsiderados e a colônia foi desenvolvida em uma região mais próxima ao rio e mais baixa. Nas frases abaixo, segue a constatação do equívoco nas palavras do Visconde:

(...) na minha ausência durante o ministério (quando morava no Rio de Janeiro), pode a intriga fazer desprezar o lugar que eu havia designado para a povoação e, contra todas as regras, foi fundar-se no lugar mais péssimo, de sorte que (...), tomando o rio algumas águas com as chuvas, a metade da povoação estava debaixo d'água'.¹²⁵

Se para os colonizadores as inundações ainda eram uma incerteza, para a província de São Pedro do Rio Grande a pré-disposição a vulnerabilidade a qual a região estava exposta não era nenhuma novidade. O fato é que o desleixo fez com que a colônia fosse instalada em uma região que já de antemão havia sido anunciada como um risco eminente. Ao que parece também, após essa primeira inundação no momento da demarcação do terreno, a próxima enchente não tardou a vir. Na primeira página do Livro de Tombo da Capela de Nossa Senhora da Conceição de São Leopoldo encontra-se um documento de autoria do capelão da colônia de São Leopoldo, Antônio Nunes da Silva. O relato data de 12 de outubro de 1828 e aborda a edificação de uma capela na colônia:

Atesto que, aos vinte de fevereiro de mil oitocentos e vinte e oito, chegou a esta Colônia o Exmo. Presidente desta Província Salvador José Maciel, acompanhado do Coronel de Estado Major Vicente Ferreira da Silva Freire, e dirigindo-se logo ao lugar do Passo Geral do Rio do Sino (!) nesta colônia, aonde, depois de feitos os necessários exames e interrogatórios às pessoas mais antigas deste lugar, e que se acharam

¹²⁵ HUNSCHE, Carlos Henrique. **Primórdios da vida judicial de São Leopoldo**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1979, p. 14.

presentes, acerca da altura das maiores cheias (!) do mencionado rio neste lugar, foi servido determinar e marcar o lugar, aonde devia ser edificada a capela, que atualmente se acha feita nesta Colônia, tendo seu princípio em princípios de abril do ano supra, concluída em fins de julho do mesmo anos.¹²⁶

A partir deste relato, o que mais chama atenção é a mudança de postura dos responsáveis pelas edificações da colônia ao longo dos quatro anos que se sucederam a fundação de São Leopoldo. Apesar das ordens emitidas pelo presidente da colônia em 1824, os lotes foram demarcados exatamente no ponto em que o nível do rio costumava subir. Em 1828, no entanto, no momento de edificar a capela, a cheia do rio pareceu ser uma questão a ser considerada a ponto de o então presidente da época ter se deslocado até a colônia com a finalidade de consultar os moradores locais para não cometer o erro de construir a capela em um ponto inundável. Essa mudança de postura leva a crer que nesse intervalo de quatro anos, a enchente do rio dos Sinos deixou de ser um evento isolado e passou a ser um problema ambiental.

Se as primeiras décadas são essenciais para a transformação de um evento natural em um desastre ambiental a partir da vulnerabilidade desenvolvida, é a partir dos primeiros anos que se inicia a construção da idéia de desastres ambientais. No início de 1824, a inundação do rio dos Sinos nada mais era do que um fenômeno, algo que, aparentemente, não deveria representar perigo a sociedade que ali se desenvolvia. Nos anos seguintes, no entanto, a ocorrência de inundações e a forma como este evento provoca uma perturbação no ambiente criado pelo ser humano, faz com que se inicie a construção da idéia do desastre ambiental.

Nos anos subsequentes, percebe-se a construção das culturas do desastre. Essas culturas nada mais são do que os valores, saberes, normas e regras socialmente produzidas sobre os desastres, neles se enquadram as representações que determinada sociedade desenvolve sobre o desastre ambiental que a assola. É a partir das culturas do desastre que se ressaltam os mecanismos sociais criados para lidar com essas situações extremas, seja antes do evento ocorrer como uma precaução ou após a sua ocorrência.¹²⁷ É evidente que nos primeiros anos da imigração pouco ou nada foi feito para evitar que esses desastres viessem a ocorrer. Essa medida tomada para a edificação da capela, no

¹²⁶Ibidem, p. 41.

¹²⁷RIBEIRO, Manuel João. Op. Cit, p. 34.

entanto, demonstra que em apenas quatro anos os governantes já estavam cientes que a inundação do rio dos Sinos não era um evento isolado, mas sim um problema recorrente que deveria ser considerado.

Também nesses primeiros anos, a colônia de Santa Cruz começou a sofrer com o problema das enchentes. Em maio de 1858, o Rio Pardinho inundou a colônia trazendo perdas para a comunidade, a ponte foi arrastada pela correnteza, bem com a máquina do moinho da colônia n  30. Já nesse momento, o diretor da colônia, João Martinho Buff, chama atenção para o problema dos desmatamentos nas margens do rio, que segundo ele, é o principal motivo para a ocorrência de enchentes tão violentas.¹²⁸

No decorrer da história de São Leopoldo, algumas enchentes se destacam pela agressividade com que ocorreram, dentre elas estão as enchentes dos anos de 1856, 1875, 1878, 1907, 1912, 1919, 1926 e 1941¹²⁹.



Figura 02: Enchente no Rio dos Sinos em 1907.

Fonte: Acervo Iconográfico do Arquivo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, em São Leopoldo.

¹²⁸ MARTIN, Hardy Elmiro. **Santa Cruz do Sul de colônia a freguesia/** 1849 – 1859. Santa Cruz do Sul: Associação Pr -Ensino em Santa Cruz, 1979, p. 115.

¹²⁹ AMSTAD, Theodor (Org). Op. Cit, p. 13.

Na imagem acima, é possível observar a situação da colônia São Leopoldo na enchente que assolou a região em 1907. Bem como costuma ocorrer nas enchentes próximas aos rios, torna-se impossível distinguir o contorno real do rio e casas ficam ilhadas. Esse é um dos mais antigos registros iconográficos de enchentes na região do rio dos Sinos.

No caso específico de São Leopoldo, a cidade passa por uma situação peculiar em dias de enchentes. Como a planície fluvial dessa região é muito extensa, a elevação e a descida do nível de água em dias de chuvas frequentes acontecem com lentidão, já que o rio apresenta pouco desnível até Porto Alegre. De acordo com um dito popular, as águas dos Sinos levam dez dias para subir e baixar. Em dias de enchentes com vento sul, a elevação da água se acelera em Porto Alegre, levando ao represamento das massas de água, essa influência dos ventos é perceptível no rio dos Sinos e no Caí.¹³⁰

Mas, seguramente, nenhuma outra enchente marcou tanto a vida de São Leopoldo como a ocorrida em maio de 1941. Segundo alguns autores, essa enchente foi uma das mais longas da história da região. Em 30 de abril o rio havia subido 3,10 metros, no mês seguinte, em 23 de maio, a régua continuava a marcar os mesmos 3 metros, chegando a atingir o máximo no dia 7 de maio com 5,70 metros. Nessa ocasião, cozinhas de campanhas foram montadas pela Comissão Central de Socorro aos Flagelados, que abrigou cerca de mil desabrigados, 3% da população total da cidade.¹³¹

São Leopoldo viveu horas de ansiedade, de tristezas, ante o espetáculo doloroso que lhe proporcionou a maior das enchentes que registra sua história. A caudal das águas, transpondo o cais do porto e as zonas baixas da cidade do porto e as zonas baixas da cidade, inundou imensa parte de nossa urbs, oferecendo um panorama jamais visto e imaginado pela população. A medida que a calamidade avultava na sua faina devastadora, mais intenso e acabrunhante se revestia o drama dos flagelados, que, atingidos em cheio, fugiam à

¹³⁰ AMSTAD, Theodor (Org). Op. Cit, p. 13.

¹³¹ MOEHLECKE, Germano Oscar. **São Leopoldo: Retalhos de História**. São Leopoldo, 2000, p. 16.

avalanche das águas, procurando abrigo, agasalho e alimento.¹³²

Na imagem a seguir da vista tomada da torre da igreja se observa a Praça do Imigrante parcialmente alagada pela enchente de 1941.



Figura 03: Enchente do rio dos Sinos em 1941.

Fonte: Acervo Iconográfico do Arquivo do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, em São Leopoldo.

Além das drásticas consequências que a enchente de 1941 trouxe para São Leopoldo, outro elemento fez com que essa enchente marcasse a história, foi a percepção de risco. Ao observar relatos sobre essa enchente, fica evidente a nova percepção que esse desastre trouxe à sociedade envolvida. A partir desse desastre de 1941, os problemas com enchente ganharam um maior espaço de discussão entre o governo da região, especialmente pelo fato de que a enchente se intensificou em virtude da construção da rodovia federal Getúlio Vargas, atual BR-116, que cortaria a região.

¹³² **Correio de São Leopoldo**. 17 de maio de 1941. Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

No relatório municipal de 1941, o então prefeito Theodomiro Porto de Fonseca, traz uma ampla explicação sobre as melhores medidas que deveriam ser tomadas para impedir que desastres como este voltem a ocorrer, porém sem prejudicar o desenvolvimento da cidade. Já nesse primeiro momento, de acordo com o prefeito, “um exame do assunto, a priori, mostra a necessidade da regularização do nosso rio, retificando seu curso e ampliando sua secção¹³³.” A retificação, no entanto, é um trabalho demorado o que atrapalharia o andamento da construção da rodovia, aparentemente, considerada uma prioridade naquele momento. Sendo assim, para aquele momento, a decisão da prefeitura foi de certa forma simplista e buscou proibir a construção de novas casas na margem direita do rio, além de promover a remoção das que já existem no local. Também se propôs o aumento da secção da ponte rodoviária com a construção de um viaduto.¹³⁴

Apesar das discussões sobre as medidas que deveriam ser tomadas para evitar o aumento das enchentes com a construção da nova rodovia, fica evidente que o alvo da discussão não é diminuir os estragos do desastre sobre aquela sociedade, mas sim impedir que a ocorrência frequente de enchentes venha a dificultar o andamento da construção. Essa afirmação pode ser ratificada com a conclusão do relatório acima mencionado:

Diante do exposto, pensa esta Prefeitura que a solução lembrada se impõe, não como um meio de acabar com as enchentes ou evitar de todo o efeito de uma calamidade como a que acabamos de passar, mas, como medida oportuna de precaução no sentido de encaminhar a solução de um problema da maior transcendência para nossa cidade, evidenciado agora pela dura lição dos fatos, e evitar-se que se agrave a situação existente antes da construção da rodovia Getúlio Vargas.¹³⁵

Nas décadas subsequentes, as discussões no que concerne às enchentes de São Leopoldo passaram a ficar mais frequentes. Um dos principais nomes do ambientalismo sul-rio-grandense, que se preocupou

¹³³ FONSECA, Theodomiro Porto de. **Relatório de 1941**. Porto Alegre: Of. Gráfica da Livraria do globo - Barcellos, Bertaso & Cia., 1942, p. 56.

¹³⁴ Ibidem, p.56.

¹³⁵ Ibidem, p. 57.

com a questão do rio dos Sinos, foi Henrique Luis Roessler¹³⁶, de onde surgiu o nome do principal órgão público ambiental do Estado - Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler. Por ter vivido grande parte de sua vida em São Leopoldo, Roessler possui uma ligação muito forte com o Rio dos Sinos e a ele dedica grande parte de seus textos, além de ter idealizado e ajudado a fundar em 1955, a União de Proteção à Natureza, em São Leopoldo.¹³⁷

A partir de fevereiro de 1957, Roessler começou a publicar crônicas com temáticas ambientais no jornal *Correio do Povo*. Ao todo foram publicadas trezentas crônicas, das quais três em especial chamam atenção para o problema das enchentes. Nas três crônicas, Roessler tenta comprovar que a idéia de retificação do rio, já pensada na década de 1940, como observado anteriormente, é uma “temeridade”. O autor é categórico ao criticar a opção por promover uma retificação no Rio dos Sinos. Segundo ele, traçar uma reta em um rio sinuoso parece ser a melhor opção, a primeira vista, no entanto, essa alternativa traz inúmeros reveses. Primeiro, porque a navegação do rio está morta, devido à construção de estradas que facilitam o transporte de mercadorias de forma mais barata; segundo, que para garantir uma navegação constante é necessária a construção de uma série de barragens e comportas; terceiro, porque a retificação do rio traria em poucas horas a massa de água que levaria dias para percorrer, levando a inundações estrondosas e repentinas; quarto, porque o aprofundamento do leito baixaria o nível da água ao ponto que não alcançaria mais as raízes das vegetações ribeirinhas.¹³⁸

Alguns meses depois, Roessler volta a publicar uma nova crônica sobre a retificação, dessa vez trazendo o exemplo da retificação do Reno, feita na Alemanha, que até aquele momento era trazida pelo governo do Rio Grande do Sul como um exemplo a ser seguido.

Agora as águas das chuvas já não mais são retidas pelas ‘esponjas’, representadas pelas campinas

¹³⁶ Henrique Luiz Roessler atuou como fiscal no Serviço de Caça e Pesca da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul. Nessa condição, ele se dedicou a fiscalização da poluição do rio dos Sinos, especialmente a partir do lançamento de resíduos e detritos industriais por indústrias de curtumes.

¹³⁷ RÜCKERT, Fabiano Quadros. **História e memória do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007, P. 60.

¹³⁸ ROESSLER, Henrique Luiz. A retificação do rio dos Sinos. In: **O Rio Grande do Sul e a Ecologia** – Crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul/SEMA/FEPAM, 2005, p. 199 e 200.

pantanosas e banhados das baixadas, mas são liberadas paulatinamente para o lençol d'água subterrânea. As veias cortadas desse lençol conduzem a água rapidamente para o canal do rio. Onde a 'gota d'água' antes levava semanas para chegar ao vale, agora percorre o mesmo trecho em dias e até horas. Se caem fortes enxurradas, ocorrem facilmente enchentes.¹³⁹

Por fim, no último dos textos sobre a retificação, Roessler se mostra cético com a existência de alguma solução antrópica para o caso das enchentes. “Defesa contra enchentes? – Só construindo nas terras baixas sobre estacas, acima do nível máximo das enchentes, tendo sempre um caiaque em prontidão, para não ficar isolado nas águas. O rio desafia a engenharia.”¹⁴⁰

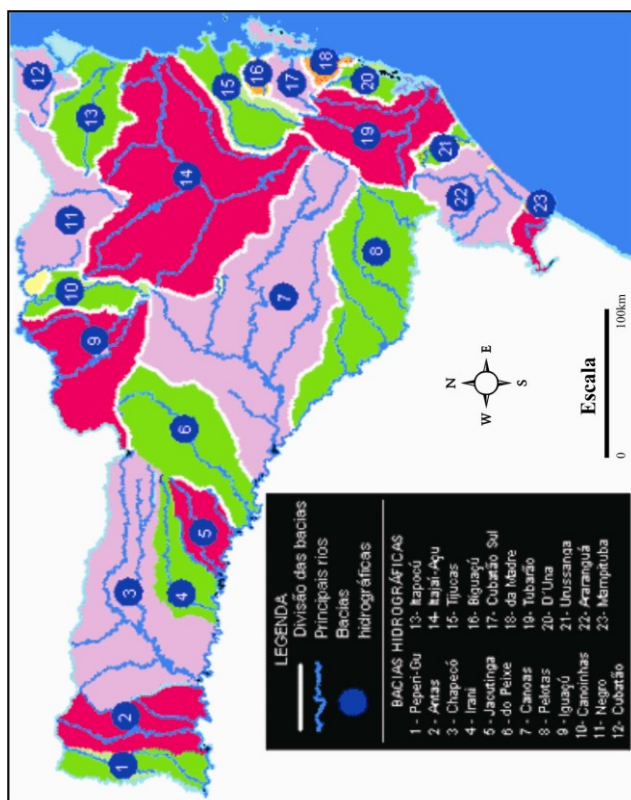
Henrique Luiz Roessler não viveu para acompanhar as construções dos diques de contenção feitos no rio dos Sinos em 1974. A partir dessa construção, as enchentes da região sofreram uma leve redução, porém em 2008, como mencionado anteriormente, São Leopoldo e localidades passaram pela pior enchente desde a construção dos diques. Apesar de não fazerem parte do recorte temporal desta pesquisa, a ocorrência dessas enchentes em períodos recentes demonstra que o problema ocorrido no início da colonização ainda persiste devido a uma longa construção sociocultural que fez com que enchente se transformasse em um desastre ambiental, que ao longo do tempo apresenta poucas opções de mudanças. No século XXI, com uma população muito maior do que a dos primeiros anos da imigração, aumentando a ocorrência de ocupações irregulares faz com que a cada ano fique mais difícil a engenharia vencer a “força da natureza”.

Além das colônias do Rio Grande do Sul, algumas colônias em Santa Catarina passaram e ainda passam por problemas de desastres ambientais. Além da colônia Blumenau, duas outras colônias de imigrantes alemães passaram e ainda passam por problemas com as enchentes, são elas a colônia Brusque e Dona Francisca, a última sendo a atual cidade de Joinville. No mapa a seguir é possível observar as principais bacias hidrográficas do território catarinense, a bacia número

¹³⁹ ROESSLER, Henrique Luiz. Corrigir a natureza é uma temeridade. In: **O Rio Grande do Sul e a Ecologia** – Crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul/SEMA/FEPAM, 2005, p. 201.

¹⁴⁰ ROESSLER, Henrique Luiz. O rio das retas. In: **O Rio Grande do Sul e a Ecologia** – Crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul/SEMA/FEPAM, 2005, p. 204.

14 corresponde a região onde se localizava as colônias Blumenau e Brusque, já na bacia representada pelo número 13 corresponde a região de implantação da colônia Dona Francisca (Joinville).



Mapa 02: Bacias hidrográficas de Santa Catarina

Fonte: **Bacias Hidrográficas.**

Disponível em:

<<http://www.casan.com.br/index.php?sys=216>> (acesso em 13 de julho de 2011).

O caso de Brusque é bastante semelhante ao caso de Blumenau, a colônia se localiza no rio Itajaí-mirim, pertencente à bacia do Itajaí, mesma bacia a qual pertence o rio Itajaí-açu que margeia Blumenau. Assim como todo litoral catarinense, a bacia do Itajaí sofre com a invasão de massas de ar polar, dando origem a precipitações orográficas. Esse tipo de chuva ocorre em regiões de serra, quando os ventos úmidos se elevam e se resfriam pelo contato com as montanhas. Nessas

condições as enchentes são recorrentes, uma vez que o relevo dificulta a vazão das águas do rio, sendo insuficiente em vista da rápida massa d'água que cai sobre a região. Como a região da bacia do Itajaí é um grande vale, circundado por montanhas elevadas, as chuvas são frequentes e a vazão das águas lentas.¹⁴¹

Na colônia Dona Francisca, como foi visto no subcapítulo anterior, por falha do engenheiro Gunther, a colônia foi fundada em região pantanosa. Essa falha foi um ingrediente a mais para construção dos problemas ambientais na colônia, que até hoje é assolada por enchentes frequentes. Além de ser uma região coberta por pântanos, Dona Francisca é cortada pelo rio Cachoeira que cruza o que hoje é o centro de Joinville e deságua na Baía da Babitonga, além do rio Cubatão, que hoje também atravessa a cidade.

Não raramente folheando os jornais publicados em Joinville no final do século XIX e no decorrer do século XX, o leitor se depara com a notícia de alguma enchente que assolou a região. A imagem a seguir foi publicada no jornal *Correio Joinvillense* de 11 de março de 1931 em uma referência a grande enchente ocorrida no ano anterior, em maio de 1930. Na data de publicação do jornal a cidade também havia sido assolada por uma nova inundação que deixou a região sem serviço de telégrafo, água, vapor e outros itens de primeira necessidade.¹⁴²

¹⁴¹ PELUSO *apud* SEYFERTH, Giralda. Op. Cit, p. 34.

¹⁴² **Correio Joinvillense**, 11 de março de 1931. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.



Figura 04: Notícia do jornal Correio Joinvillense do dia 11 de março de 1931.

Fonte: Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis.

Cinquenta anos antes, o mesmo problema havia sido registrado pelo periódico Gazeta de Joinville, de 19 de outubro de 1881.

Um forte vento de Leste acompanhado de grossos aguazeiros tem reinado no nosso littoral desde o dia 1 deste mez. Os rios do Cubatão e dos mais ribeirões transbordaram e já estava se receiando a repetição da grande innundação que há um anno no fim de Setembro quando destastava as colonias e a cidade do Itajahy.¹⁴³

O jornal faz referência a enchente de 1880, uma das piores da história da região do rio Itajaí-açú, demonstrando que ao mínimo sinal de chuvas constantes a população acostumada com as inundações se prepara para um novo desastre.

¹⁴³ **Gazeta de Joinville**, 19 de outubro de 1881. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Notícias como estas apareceram com frequência nos jornais de Santa Catarina e perpetuam-se até o século XXI. Diferente do que ocorreu em São Leopoldo, poucas obras foram efetuadas nas regiões na tentativa de minimizar esse problema pertinente. Se a enchente é sem dúvida o maior desastre ocorrido nas áreas de colonização alemã no sul do Brasil, não se pode afirmar que é o único. Nos anos que se seguiram a imigração, os colonos passaram a conviver com outros tipos de problemas ambientais de cunho climatológico ou zoonótico.

Se as chuvas em excesso prejudicam a estrutura das cidades e as plantações, a falta dela também é um grande problema para determinadas culturas. Não se pode esquecer que a estiagem também se caracteriza como um problema recorrente nessas regiões. Além dela, a geada também está presente em algumas delas, mais comum nas colônias alemãs do Rio Grande do Sul do que em Santa Catarina. Esses dois fenômenos naturais muito pouco estão relacionados a uma construção sócio-cultural, ou seja, a ação antrópica não está muito presente nos motivos para a ocorrência desses fenômenos. Esses dois fenômenos naturais são capazes de destruir plantações inteiras, prejudicando a economia da região e o sustento dos colonos, porém, não causam estragos na estrutura física da colônia/cidade.

Outro problema ambiental recorrente nessas regiões são as pragas que vez ou outra invadem as plantações. As formigas e os gafanhotos são sem dúvidas as pragas mais temidas pelos colonos. Os gafanhotos, por exemplo, vêm do oeste de Argentina e aparecem no sul do Brasil de tempos em tempos. Quando um enxame aponta no horizonte em poucas horas a plantação é tomada, por isso é preciso agir rápido. Latas de querosene e lençóis eram agitados na tentativa de espantar os insetos.¹⁴⁴

Todos esses problemas ambientais ocorreram e ainda ocorrem na colônia/cidade de Blumenau. Em Blumenau, mais do que em qualquer outra colônia alemã do Brasil Meridional, é possível acompanhar o desenvolvimento da construção sócio-cultural do desastre. A riqueza de fontes permite ao historiador compreender a transformação de um evento natural em um grande desastre como será discutido no próximo capítulo.

¹⁴⁴ AMSTAD, Theodor (Org). Op. Cit, p. 232.

CAPÍTULO III - A construção sócio-cultural dos desastres ambientais na colônia Blumenau

Após analisar a formação dos problemas ambientais em áreas de colonização alemã no Brasil Meridional que se manifestaram na forma de frequentes enchentes, este capítulo visa analisar detalhadamente a construção sócio-cultural dos desastres ambientais na colônia Blumenau. Como já foi rapidamente exposto em outro momento, a colônia Blumenau se localiza na região da Bacia Hidrográfica do Itajaí, sendo cortada pelo rio Itajaí-Açú, o maior rio da bacia, situada no Estado de Santa Catarina.

A colônia Blumenau foi fundada em 1850, na condição de colônia particular, sendo comandada inicialmente pelos alemães Hermann Blumenau e Fernando Hackrad. Já nos primeiros anos, Hackrad desistiu do empreendimento, deixando a colônia a cargo de Blumenau, que alguns anos depois, veio a se tornar Diretor Geral da colônia, quando esta passou as mãos do governo imperial. Devido a uma série de problemas físicos e de ocupação, Blumenau passou a ser frequentemente assolada por enchentes, o que fez com que com o passar do tempo as enchentes se tornassem rotina. Entre os anos de 1850 e 1957, período estudado neste trabalho, mais de trinta inundações significativas ocorreram na região e serão essas ocorrências e a construção das mesmas que serão analisadas nesse capítulo.¹⁴⁵

III.1 A construção dos problemas ambientais na colônia Blumenau

A instalação e o desenvolvimento de uma colônia, aos moldes como foram criadas no sul do Brasil durante o século XIX, depende diretamente de uma aliança entre o projeto colonizador e as características do meio ambiente em que a colônia foi desenvolvida. Tanto as colônias analisadas no capítulo anterior quanto a colônia Blumenau foram implantadas em regiões com pré-disponibilidade a ocorrência de eventos naturais. Esse quadro necessita de algumas precauções a fim de impedir que esses eventos naturais, como a cheia de um rio, transformem-se em desastres ambientais. Desta forma, para

¹⁴⁵ SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e estrutura agrária. In: WOORTMANN, Ellen F.(org). **Significados da terra**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

compreender a formação dos problemas ambientais de Blumenau (foco deste capítulo) é necessário analisar quais são esses fatores que levam um evento natural a se tornar um problema ambiental.

Essa interseção entre sociedade e natureza costuma ocorrer quando a expansão das atividades econômicas provoca algum tipo de transformação na paisagem natural em que a sociedade está inserida, promovendo uma destruição naquilo que é conhecido como mundo natural. Essa alteração na paisagem traz a possibilidade de uma ruptura ecológica e/ou ambiental. De acordo com Mattedi, por ruptura ecológica entende-se a sobrecarga de capacidade regenerativa da natureza ocasionada a partir de atividades produtivas que promovem o esgotamento de recursos naturais necessários para sua sobrevivência. Já a ruptura ambiental corresponde à sobrecarga da capacidade assimilativa, uma vez que o sistema produtivo transforma a natureza em recipientes gasosos, líquidos e sólidos, reduzindo a capacidade de recuperação dos ecossistemas.¹⁴⁶

Como já foi apresentado no primeiro capítulo, para entender o que leva uma região a passar por desastres ambientais como as enchentes é necessário considerar que a vulnerabilidade sócio-ambiental de uma região é um fenômeno construído ao longo das décadas de ocupação. Para estudar o caso de Blumenau, especificamente, é preciso perceber essas características de vulnerabilidade do Vale do Itajaí como fatores criados pela ação da própria população, como o desmatamento da mata ciliar, ocupação indevida de encostas, descaracterização da paisagem natural do relevo por aterros, entre outros. A vulnerabilidade, apesar de construída ao longo do tempo, só irá se manifestar após a ação de algum evento natural, permanecendo encoberta nos períodos de “normalidade”. Sendo assim, para compreender as consequências dos desastres ambientais no momento conhecido como pós-impacto é necessário analisar de que forma a comunidade se organiza no momento pré-impacto.

Essa vulnerabilidade cria uma situação que chamamos de “situação de emergência”, que conceitualmente

(...) visa estabelecer uma caracterização alternativa do problema dos impactos das enchentes, relacionando fatores naturais e sociais.

¹⁴⁶ MATTEDI, Marcos Antônio. Subsídios para a Análise das Relações Sociedade-Natureza no Vale do Itajaí. In: THEIS, Ivo Marcos, et.al. **Nosso Passado (In)comum**: Contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau. Blumenau: Ed. Da FURB; Ed. Cultura em Movimento, 2000, p. 219.

Desta forma, uma situação de emergência pode ser definida como a materialização dos riscos produzidos pela interação de fatores naturais (características geográficas da região) e fatores sociais (sobrecarga regenerativa e assimilativa do ambiente natural) que incidem simultaneamente sobre as condições pré-impactos, relativas às causas do evento, e às condições pós-impactos, relativas aos efeitos do evento.¹⁴⁷

Portanto, é preciso analisar tanto a dimensão natural (agentes) como a dimensão social (impacto), o agente diz respeito ao ambiente geofísico, já o impacto se refere aos fatores sociais que afetam o agente levando a ocorrência dos eventos. As situações de emergência acentuam pré-condições já existentes, sendo produzidas muito antes da ocorrência de um desastre, no período de pré-impacto. “A intensidade das chuvas somente impulsiona o potencial destrutivo que se encontra incubado no processo de produção do espaço e apropriação dos recursos.”¹⁴⁸

A união desses dois fatores origina facilmente um quadro de desastre ambiental, visto que os desastres não são fenômenos naturais e sim eventos socioambientais, ou seja, uma cheia de um rio só se caracteriza como desastre quando esta interfere de alguma forma no meio em que o homem habita. Esse fenômeno, por sua vez, só vai ocorrer diante de um problema ambiental originado pela ação humana.

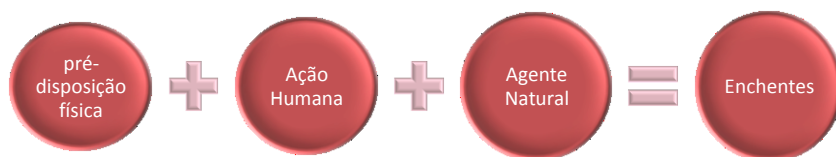


Figura 05: Construção sócio-cultural do desastre ambiental.

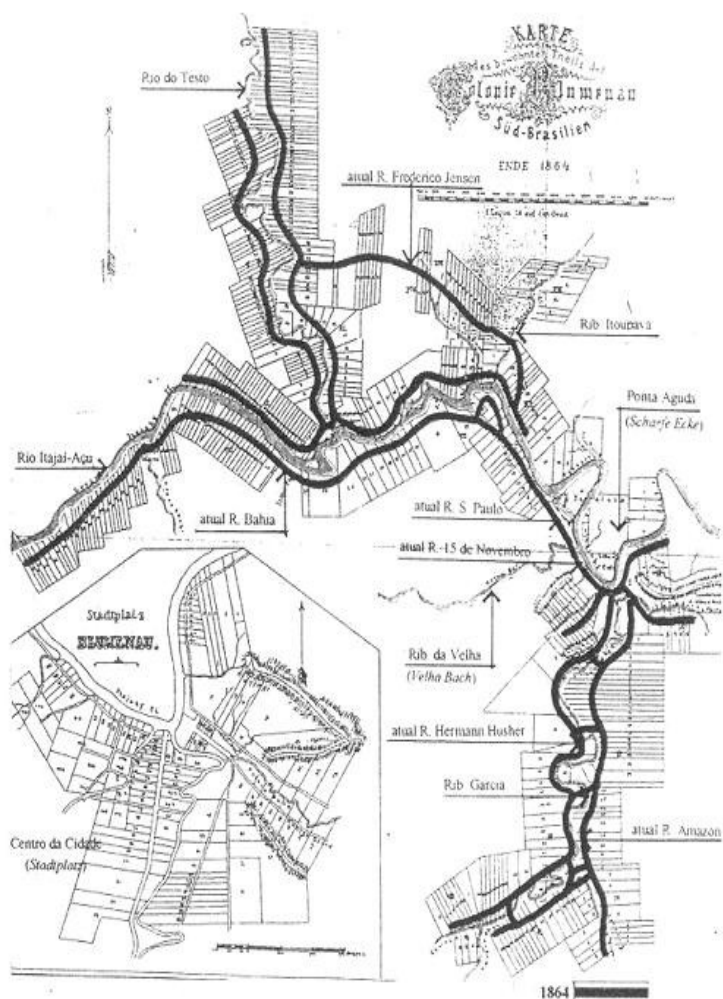
¹⁴⁷ Ibidem, p. 227.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 228.

Em Blumenau e em praticamente todo o restante do Vale do Itajaí, esses dois fatores (natural e social) encontram-se muito presentes. Tendo em vista esses elementos que compõem o que viria a ser futuramente um problema ambiental, é necessário analisar de que forma se deu a ação humana sobre a natureza na região, bem como analisar as características físicas pré-estabelecidas que transformaram as cheias do rio em enchentes.

Para se estabelecer nas margens do rio, os novos colonos precisaram desmatar a região para construir suas casas e plantações, destruindo parte da mata ciliar, que protege o curso das águas do assoreamento. Além disso, têm-se a falta de informação sobre as condições climáticas da região, visto que dificilmente os primeiros imigrantes saberiam das fortes chuvas que assolavam a região com frequência. Vale destacar, no entanto, que já havia uma colônia alemã em Santa Catarina, São Pedro de Alcântara, desde 1929, além de outros grupos de outras etnias que habitavam a região a mais de um século que poderiam ter conhecimento desse alto nível de chuvas e repassado a informação para pelo menos o Dr. Blumenau, que pode não ter levado a questão muito a sério. Mas, devido a falta de documentação, essa teoria permanece apenas no campo da especulação.

Suposições a parte, o fato é que a colônia foi fundada as margens do rio Itajaí-açú, seguindo o modelo de picadas, explicado no capítulo anterior. No mapa a seguir observa-se a distribuição do lotes na colônia. A listra cinza marcada corresponde ao curso do rio Itajaí-açú, os lotes estão demarcados no contorno do rio principal e seus afluentes. A planta da colônia data do ano de 1864, apenas quatorze anos após o estabelecimento do núcleo colonial, chama atenção o rápido alastramento dos lotes, que nesse período já ocupam uma região que se estendeu em direção norte e sul, abrangendo o rio Testo e o Ribeirão Garcia, respectivamente. Além disso, percebe-se que não se privilegiou apenas as margens do rio Itajaí-açú, mas também os ribeirões que partem do rio principal, fazendo com que a colônia se expandisse acompanhando o caminho das águas.



Panta 01: Planta de distribuição dos lotes na colônia Blumenau (1864). Escala: 1: 167.461.

Fonte: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Apesar de muitos deles habitarem regiões de bosques e rios na Europa, os imigrantes alemães não ocuparam as margens do Rio Itajaí-açu e as florestas ombrófilas por escolha própria. Como já foi dito anteriormente, a opção por instalar os colonos nessa região foi do próprio governo brasileiro, com a finalidade de ocupar as áreas habitadas por grupos indígenas e para preencher o caminho entre o litoral e a serra, até aquele momento ocupado por pouco grupos. Além disso, a formação de colônias européias no vale se mostrou com uma opção rentável para o governo, por meio da comercialização e privatização dos terrenos.¹⁴⁹ No entanto, a região oferecida ao doutor Hermann Blumenau para a instalação da colônia era bastante ampla e coube ao responsável pelo empreendimento decidir em que altura do vale do Itajaí a colônia seria implantada.

Após Ferreira de Brito, então presidente da província, apontar a região do Vale do Itajaí como das mais férteis e ricas da província, Hermann Blumenau resolveu conhecer a região para escolher em que altura do vale a primeira colônia deveria ser instalada. É sabido que, durante boa parte do século XIX, a única forma de contato do interior do Vale com o litoral era através da navegação pelo rio Itajaí-açu e, certamente, esse foi o principal quesito considerado por Blumenau no momento de escolher o local mais apropriado. Seu percurso foi de Itajaí até a Subida (localizada no Rio dos Cedros), e sua conclusão foi de que a colônia seria implantada na foz do Velha e Garcia, local até onde se conseguiria navegar com facilidade, daí pra cima as corredeiras e saltos tornam a navegação praticamente impossível.¹⁵⁰ A sede da colônia foi implantada no local do antigo prédio da prefeitura de Blumenau, onde hoje se localiza a sede da Fundação Cultural de Blumenau.¹⁵¹

Foram estas, principalmente a fertilidade e a boa situação das terras, num rio navegável com pôrto seguro, à proximidade do mar o clima salubre e a circunvizinhança de muitas terras devolutas os motivos que me determinaram fixar o meu

¹⁴⁹ SANTOS, Manoel Pereira Rego Teixeira dos. **O Imigrante e a floresta** : transformações ambientais, das práticas e da produção rural nas colônias do Vale do Itajaí-SC. Florianópolis, SC, 2011. 259 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. UFSC., p. 53.

¹⁵⁰ SILVA, Jose Ferreira da. **História de Blumenau**. Florianópolis, SC: EDEME, [1972?], p. 33.

¹⁵¹ SIEBERT, Claudia Siebert. A evolução urbana de Blumenau: a cidade se forma (1850 – 1938). In: THEIS, Ivo Marcos, et.al. **Nosso Passado (In)comum**: Contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau. Blumenau: Ed. Da FURB; Ed. Cultura em Movimento, 2000, p. 189.

estabelecimento no lugar onde hoje existe, depois de eu ter viajado por grande parte das províncias do Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.¹⁵²

O local definido para a implantação da colônia ainda apresentava algumas características físicas que influenciaram na demarcação dos lotes. Segundo Deeke, que por muito tempo atuou na demarcação dos lotes, a topografia da região obrigou o colonizador a adotar sistema de lotes, visto que o terreno era montanhoso e a única faixa plana se localizava as margens do rio, o que fez com que os lotes fossem estabelecidos na parte plana e lado a lado, já que na parte de trás dos lotes tinha início a região montanhosa.¹⁵³

A implantação da colônia em meio a mata fechada fez com que se intensificasse o processo de degradação ambiental. Essa perturbação já se iniciava com destreza nos primeiros anos de implantação da colônia, visto que a dificuldade financeira por qual passava a grande maioria (se não todos) dos colonos fazia com que sua primeira casa fosse construída basicamente com a utilização de matéria-prima retirada da própria floresta. Com os troncos partidos das palmeiras ligados por cipó, eram construídas as paredes da residência, as folhas entrelaçadas e amarradas as ripas, formavam o teto, troncos de árvores eram utilizados como mesas e cadeiras. Esse tipo de moradias foi ensinado aos colonos pelos caboclos que habitavam a região, apesar de espaços, havia alguns grupos morando naquela região há algumas décadas, o que também provocou o início de uma degradação da paisagem.¹⁵⁴

O estabelecimento dos grupos promoveu no Vale do Itajaí uma profunda transformação da paisagem da região. A alteração da paisagem nada mais é do que uma escrita sobre a outra, um conjunto de formas heterogêneas que representa as culturas empreendidas naquele local, os vários grupos que por ali passaram, “(...) pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço.”¹⁵⁵ A intervenção humana na paisagem natural é um dos elementos que compõem a construção da vulnerabilidade de uma região. Na região onde foi fundada a colônia Blumenau, essa lenta transformação da paisagem não teve início com a chegada dos

¹⁵² Relatório do Dr. Blumenau – Quarto Relatório da Colônia Blumenau, Ano de 1853. In: **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo I, abr 1958, n. 6, p. 103.

¹⁵³ DEEKE *apud* SIEBERT, Cláudia. Op. Cit. p. 190.

¹⁵⁴ SANTOS, Manoel Pereira Rego Teixeira dos. Op. Cit. p. 132.

¹⁵⁵ SANTOS, Milton *apud* SANTOS, Manoel Pereira Rego Teixeira dos. Op. Cit, p. 46.

imigrantes alemães à região, as alterações iniciaram muitos séculos antes, se não milênios.

A região de Blumenau e de todo vale do Itajaí apresenta quatro fases distintas dessa interferência humana na paisagem. A primeira delas é uma interferência pouco perceptível aos olhos da população comum, trata-se de uma transformação ocorrida há milênios, quando a América era habitada por povos pré-colombianos.¹⁵⁶ A segunda se refere a ocupação de grupos indígenas e caboclos, que embora não seja muito analisado, também interferiu na paisagem natural através de suas plantações.¹⁵⁷

Os imigrantes alemães vão surgir apenas na terceira fase, porém com uma interferência mais representativa, em virtude até mesmo do grande número de famílias que passaram a viver da agricultura na região, o que promoveu uma acelerada devastação de florestas. Por fim, temos a industrialização e urbanização, que teve início ainda na segunda metade do século XIX, mas com um crescimento significativo no início do século XX. Essa fase desencadeou uma série de transformações no mundo rural, com um impacto profundo sobre a floresta que ainda restava, em virtude da utilização da madeira como fonte de energia para as nascentes indústrias.¹⁵⁸

Se a simples ocupação e a agricultura já provocaram intervenções significativas no meio ambiente, o processo de industrialização ampliou o nível de risco da região, visto que estimulou uma dupla concentração espacial, junto aos centros urbanos e aos cursos dos rios. Este processo levou ao aumento no número de pessoas expostas aos riscos das enchentes, pois estão ocupando áreas de risco, além de ter transformado agentes de menos intensidade em fenômenos mais destrutivos, devido ao aumento da vulnerabilidade.¹⁵⁹

Antes mesmo da ocupação dos colonos alemães, no entanto, a região já apresentava ocorrências de enchentes. Enquanto Hermann Blumenau foi para a Europa com a intenção de atrair imigrantes para sua colônia, Hackradt permaneceu em Santa Catarina construindo ranchos e iniciando plantações à espera dos colonos que viriam. Após uma viagem conturbada de volta ao Brasil, quando Blumenau desembarcou no Rio de Janeiro e foi conferir sua correspondência, encontrou entre elas uma carta de Hackradt dizendo que queria abandonar a sociedade, e que o

¹⁵⁶ Ver mais sobre o assunto no livro de DEAN, Warren. **A Ferro e Fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira. São. Paulo: Cia. Das letras, 1996.

¹⁵⁷ SANTOS, Manoel Pereira Rego Teixeira dos. Op. Cit. p. 47.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 49.

¹⁵⁹ MATTEDI, Marcos Antonio. Op. Cit, p. 236.

então sócio só conseguiria levá-la à frente caso possuísse mais capital, informando também que o engenho construído na barra do Velha ameaçava ser arrastado pela enchente que assolara a região.¹⁶⁰ Apesar da notificação, Hermann Blumenau prosseguiu com seu planejamento de instalação da colônia, inclusive no mesmo ponto onde a enchente já o ameaçara.

O homem não pode ser apontado como único responsável pelos problemas ambientais que vêm assolando a região desde sua fundação, tão pouco relacionar o desastre ambiental a uma natureza cruel implacável. Além dos aspectos da implantação da colônia Blumenau mencionados acima, os aspectos físicos do meio ambiente em que ela foi desenvolvida também contribui(u) para a ocorrência desses eventos sócio-ambientais.

A bacia hidrográfica do Rio Itajaí é formada pelo rio principal e seus afluentes que correm em direções opostas, em vales estreitos e íngremes, com uma área total de 15.000 km², o que corresponde à 16,15% do território catarinense.¹⁶¹ O maior curso de água da bacia é formado pelo rio Itajaí-açú, que nasce da junção do rio Itajaí do Oeste com o rio Itajaí do Sul. A baixa declividade do rio, especialmente na parte onde se situa a região de Blumenau é responsável por grandes planícies de inundações em determinadas épocas do ano. Além disso, o espaço urbano da região é amplamente condicionado pelas encostas dos morros, recoberto pela mata Atlântica. A população ocupou uma parte dessa área parcialmente inundável. Com o aumento populacional e as tentativas de fugir das enchentes, teve início a ocupação das encostas. Essas encostas, devido a sua configuração geológica, são regiões de risco em potencial de deslizamentos. “Se descontarmos do perímetro urbano as áreas inundáveis e as encostas com declividade acentuada, a área remanescente, que pode ser considerada urbanizável, mal chega a vinte por cento do total.”¹⁶²

De acordo com o geógrafo Ab'saber,

(...) a cidade de Blumenau (...) herdou graves problemas relacionados ao sítio onde nasceu e cresceu. Localizada na retro-terra do baixo Vale do Itajaí, em uma estreita planície do piemonte das serranias acidentadas que ali fazem às vezes

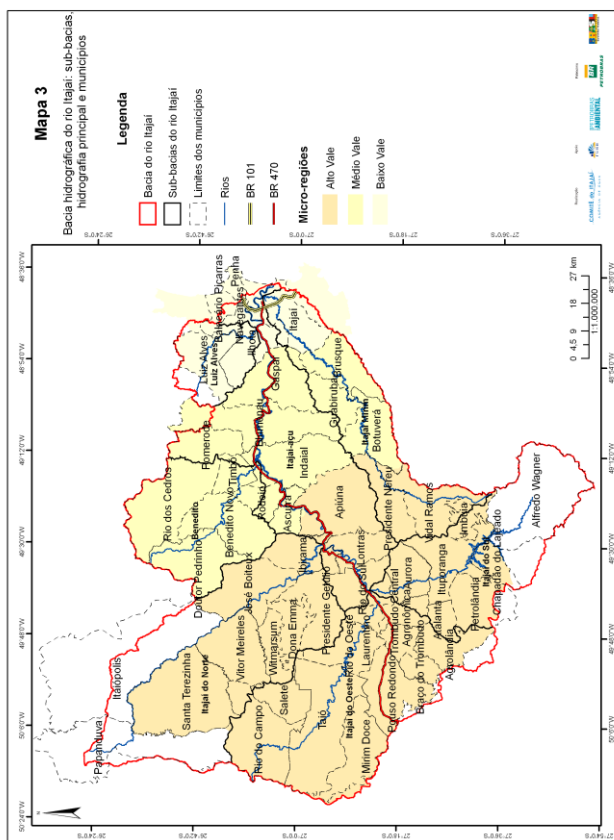
¹⁶⁰ SILVA, Jose Ferreira da. Op. Cit., p. 39.

¹⁶¹ AUMOND, Juarês José, et al. Condições naturais que tornam o vale do Itajaí sujeito a desastres. In: BEATE, Franke; SEVEGNANI, Lúcia (org). op. cit., p. 24.

¹⁶² SIEBERT, Cláudia. Op. Cit., p 183.

de Serra do Mar, a cidade possui sérios problemas de enchentes periódicas, incidência de escorregamentos de terra nas encostas dos morros, exigüidade de espaços urbanizáveis, e pressões para ocupação de difícil viabilização.¹⁶³

No mapa abaixo é possível visualizar toda a região que corresponde à bacia hidrográfica do Rio Itajaí, acompanhado das divisões dos municípios e rodovias que atualmente compõe a região.



Mapa 03: mapa da bacia hidrográfica do rio Itajaí: sub-bacias, hidrografia principal e municípios.

¹⁶³ AB'SABER, Aziz Nacib *apud* SIEBERT, Cláudia. Op. Cit, p 184.

Fonte: <<http://www.comiteitajai.org.br/dspace/bitstream/123456789/1221/3/mapa3.png>>. Acesso em 13 de agosto de 2010).

Além disso, o Vale do Itajaí é uma região frequentemente abatida por intensas precipitações. Isso se deve ao fato de que o vale é voltado para o leste (na direção do oceano Atlântico), com ventos predominantes sudeste e nordeste, que favorece a entrada de umidade, além de ser uma região com condições climáticas quentes e úmidas. Essas precipitações costumam se concentrar especialmente na primavera e no verão, ocorrendo, ocasionalmente, no outono e inverno.¹⁶⁴

Tais características físicas resultavam em frequentes inundações ao longo do curso do rio Itajaí-açú, especialmente na região onde tempos depois foi instalada a colônia. Nessas primeiras inundações, no entanto, a ausência de comunidades fixas na região fazia com que as ocorrências fossem vistas únicas e exclusivamente como um evento natural, comum a qualquer rio, principalmente em épocas de intensas precipitações. Importante ressaltar que antes da chegada dos imigrantes alemães, a região era povoada por grupos indígenas. Por serem nômades, no entanto, a cheia do rio nunca se caracterizou efetivamente como um desastre ambiental, visto que muito pouco alterava a rotina desses indivíduos. A inclusão de grupos sedentários e a intensa exploração da região fizeram com que esses eventos naturais viessem a se tornar um desastre ambiental.

Colocadas as características físicas e sócio-culturais que criaram a chamada vulnerabilidade da colônia Blumenau, chega-se nos números das enchentes que assolaram a região ao longo desses cem anos analisados nessa pesquisa. O correto número de vezes que as águas inundaram o Vale do Itajaí é incerto, cada autor aponta determinado número, o que se tem certeza, no entanto, é que não foram poucas às vezes em que a colônia ficou a mercê da ação das águas. Em média, a cada dois ou três anos, a região é inundada pelas águas do rio, que sobem rapidamente, muitas vezes, nem dando tempo para que as pessoas consigam salvar alguns de seus bens.

Também se tem certeza da força das águas e do quanto ela sobe, chegando a atingir 16 metros acima de seu nível normal como ocorreu em 1852. A última ocorrência registrada foi em 2008, na qual, segundo

¹⁶⁴ AUMOND, Juarês José, et al. Op. Cit, p. 27.

a Defesa Civil de Santa Catarina, 135 pessoas morreram no desastre.¹⁶⁵ Já a primeira enchente desde que os colonizadores chegaram na região também é outro caso de dúvida, existem dois relatos antigos, um sobre a enchente de 1851¹⁶⁶ e outro sobre a enchente de 1852.¹⁶⁷

III.2 A ocorrência de enchentes ao longo da história de Blumenau

A longa e frequente ocorrência de enchentes no rio Itajaí-açu promoveu entre a população local algumas percepções a cerca do desastre ambiental que estavam vivenciando. Logicamente, as percepções foram se alterando ao longo dos anos, na medida em que os eventos iam se sucedendo e uma memória das enchentes ia sendo desenvolvida. Através das narrativas pesquisadas é possível observar que o homem demorou algum tempo para se posicionar dentro das causas motivadoras do desastre, visto que nas primeiras décadas a percepção inicial era de que os habitantes de Blumenau encontravam-se envoltos a esses fenômenos, motivado pelas chuvas e, quem sabe, pelo infortúnio dessas pessoas.

Alguns estudos de casos demonstram que as pessoas que se estabelecem em áreas de risco tendem a entender o evento como uma ameaça que não está relacionada a fatores sociais. No caso das enchentes, apesar dos grupos se estabelecerem próximos aos rios, a tendência é de que se atribua a destruição de suas casas à força da natureza e não à forma de ocupação do espaço. Isso ocorre devido a uma insistência em considerar o agente do evento isoladamente, como único motivador.¹⁶⁸ Como já foi exposto nesse estudo, as chuvas são o agente desencadeador de uma enchente, mas não o agente isolado, visto que se a premissa de que a chuva é o único agente fosse verdadeira, quanto maior o índice pluviométrico, maior o número de vítimas, o que se sabe, não é correto. Acontece que essa conscientização demorou a ocorrer como é possível observar nos relatos das primeiras enchentes.

¹⁶⁵ DEFESA CIVIL DE SANTA CATARINA. **Enchentes 2008**. Relação de óbitos. Disponível em: <http://www.desastre.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=91&Itemid=5> (acesso em 12 de agosto de 2008).

¹⁶⁶ SILVA, José Ferreira da. **As Enchentes no Vale do Itajaí**. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1975, p. 4.

¹⁶⁷ BARRETO, Antonio Bascherotto; NIEMEYER, Alda Schlemm. **S.O.S Enchente**: “um vale pede socorro”. Blumenau: Letra Viva, 1995, p. 14.

¹⁶⁸ BUTZKE, Ivani Cristina; MATTEDI, Marcos Antônio. Op. Cit, p. 7.

Nos relatos mais antigos registrados sobre as enchentes em Blumenau apontam apenas os impactos promovidos pela enchente, sendo nesse primeiro momento quase sempre acarretando em perdas na lavoura e destruição das casas dos imigrantes, que como foi visto, eram frágeis. O primeiro relato foi escrito por Reinoldo Gaertner, sobrinho do Dr. Blumenau e refere-se a uma enchente ocorrida em 1851, na qual ele descrevia que, “Março trouxe as primeiras sérias contrariedades. Grandes chuvas provocaram a 15 deste mês uma enchente no Itajaí que cobriu as plantações mais baixas, danificando seriamente o engenho e carregando com muita madeira que já estava serrada.”¹⁶⁹ Seguido de uma carta de Fritz Muller, direcionada a sua irmã Rosa, datada do dia 6 de janeiro de 1853, na qual Muller se refere a enchente ocorrida no ano anterior.

Nos últimos dias de outubro, depois de um tempo muito chuvoso, deu-se uma enchente, como há muitos anos não acontecia. O nosso Garcia (ribeirão) subiu 20 pés acima do nível normal. No meu lote, situado a essa altura, as águas não causaram prejuízos. Mas, no Augusto, a maior parte do mato já derrubado, ficou completamente debaixo d’água e a lama que cobriu as galhadas e ramos não permitiram mais a queimada, de sorte que, foi preciso gastar muito tempo e trabalho para deixar o terreno limpo. Pior passaram os muitos colonos que moravam abaixo dos nossos sítios e que haviam construído os seus ranchos nas partes mais baixas; muitos desses ranchos ficaram completamente debaixo d’água e muita coisa se perdeu, acrescendo a isso que muitos colonos chegaram a passar fome porque, com a cheia, os caminhos ficaram interrompidos e a violenta correnteza impedia o tráfego de canoas pelo ribeirão¹⁷⁰.

Nos anos seguintes, surge o primeiro relato do então proprietário da colônia, Hermann Blumenau, no qual se verifica uma percepção que deve ter sido comum a muitos colonos, na qual ele aparentava acreditar que a enchente ocorrida fosse um fenômeno

¹⁶⁹ SILVA, José Ferreira da. Op. Cit, p. 4.

¹⁷⁰ BARRETO, Antonio Bascherotto; NIEMEYER, Alda Schlemm. **S.O.S Enchente**: “um vale pede socorro”. Blumenau: Letra Viva, 1995, p. 14.

isolado. O relato encontra-se no Relatório Anual da Colônia, escrito em 1856, mas referente à enchente de 1855, na qual afirma que, “felizmente um acontecimento desta natureza é muito raro, o que não acontecia há 70 anos ou mais conforme se recordam e relatam os velhos moradores do Itajaí. E muito mais rápido do que nos países nórdicos, a bondosa natureza apaga os vestígios.”¹⁷¹

O relato chama atenção, primeiramente, pelo fato de Blumenau ter ignorado a existência das enchentes de 1851 e 1852, não se sabe se a intenção de Blumenau era minimizar os efeitos da enchente, a fim de não espantar os imigrantes que iriam vir para a região, ou se a enchente de 1855, apesar de o rio ter atingido um nível mais baixo ocasionou impactos maiores, e por isso a enchente anterior tenha sido desconsiderada. O fato é que Hermann Blumenau estava ciente da enchente de 1852, tanto que em décadas posteriores o próprio Hermann confirma a ocorrência da enchente. Em uma carta¹⁷² em que o então diretor geral da colônia fala sobre a construção de uma balsa, é mencionado o estudo realizado por este algumas décadas anteriores nas quais ele afirma:

Na Ponta Aguda a corrente de ferro que liga a balsa deveria ser extremamente forte e na altura da margem alta; em caso de enchente a balsa subiria e mesmo se fosse arrastada pelo canto do rio no momento das águas baixarem, ela ficara suspensa na corrente e sofreria danos pelo barro. Tudo isto eu observei detalhadamente na enchente de 1852, mais ainda na de 1855 e principalmente na de 1880, razão porque presenteei a cidade com o local da balsa onde havia menos perigo e ela sempre ficaria flutuando na altura da margem.¹⁷³

O que se observa em comum a essas enchentes dos primeiros anos é que Blumenau nesse momento era uma colônia em formação, seus habitantes, em sua maioria, possuíam uma condição financeira

¹⁷¹ BLUMENAU, Hermman. **Relatório Anual sobre os acontecimentos e progresso da Colônia alemã Blumenau**. Propriedade do Instituto Alemão Estrangeiro de Stuttgart – Hamburgo, 1856. Fotocópia localizada no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva V 325 BLU-JAH.

¹⁷² A carta não possio data, mas ao se referir a Estação Experimental e a enchente de 1880, acredita-se que o relato seja da década de 1880.

¹⁷³ Tradução de cartas do Dr. Blumenau referente a Ponta Aguda, feitas por Edith Sophia Eimer em 1985. Disponível no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, 3.B.28.1.2 doc-09.

precária e o pouco que se havia construído acabava sendo arrastado pela enchente. Sobre a enchente de 1852, poucas informações restaram, porém, os impactos da enchente de 1855 são detalhados por Hermann Blumenau em uma extensa carta dirigida ao imperador D. Pedro II.

Menos de 36 horas foram suficientes, para encher o rio até a altura inaudita de mais de 63 palmos além do seu nível ordinário, antes barrancos e as casas nelas estabelecidas e causou tanto na colônia, como em todo o seu comprimento habitado inúmeros males e prejuízos diretos, que em tão pequena distância e população não se podem avaliar em menos de 60 até 80 contos de Reis, e antes em mais do que em menos. (...) A situação foi tristíssima em toda a parte, os mantimentos subiram a um preço enorme e se não queria ver perecer os colonos pela fome e perder inteiramente o fruto de anos de trabalho pela sua dispresão, não havia remédio, senão sustentá-los de novo, com fortes adiantamentos que abatiam todos os meus cálculos anteriores.¹⁷⁴

A partir de 1860, Hermann Blumenau se viu obrigado a transferir a administração da colônia para o governo imperial, pois não possuía mais condições, principalmente financeiras, para continuar administrando sozinho o empreendimento.¹⁷⁵ Diante das indagações de Hermann Blumenau sobre a situação da colônia após a enchente de 1855, não é total alienação considerar que as enchentes possam ter sido um dos elementos motivadores que levaram Blumenau a entregar a colônia aos cuidados do império. Dentre as questões que vinham trazendo problemas para o proprietário, o caso das enchentes é mostrado como um condicionante aos problemas financeiros da colônia, visto que as perdas eram significativas e, além de ele próprio ter sofrido perdas nas enchentes, era em Hermann Blumenau que a população desabrigada e sem comida procurava recursos.

Ao menos nas primeiras décadas da história da colônia Blumenau o fator social não foi agregado ao fator natural pelos colonos para explicar a existência desses fenômenos naturais. Considerando que, ao

¹⁷⁴ Carta de Dr. Blumenau dirigida ao Imperador D. Pedro II, em 30/04/1856. In: **Revista do Instituto Histórico de Petrópolis**, Rio de Janeiro, vol. I, ano 1950, p. 41 – 48.

¹⁷⁵ FERREIRA, José Ferreira da. **História de Blumenau**. Florianópolis, SC: EDEME, [1972?], p. 69.

menos nesses primeiros tempos, em que a região era escassamente habitada e que terras estavam disponíveis, a direção da colônia não se manifestou com a proposta de mudar o povoado para áreas mais altas. Se nos primeiros anos da colonização os imigrantes desavisados ocuparam regiões frequentemente abatida por enchentes, nos anos seguintes não são identificadas iniciativas para redirecionar o crescimento da colônia. Segue a seguir um gráfico¹⁷⁶ especificando os anos em que ocorreram enchentes entre 1850 e 1957, acompanhado do nível que o rio Itajaí-açú subiu acima do normal em cada evento.

¹⁷⁶ Foram colocadas no gráfico as enchentes apontadas pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, levando-se em consideração a força do impacto que essas ocorrências tiveram sobre a sociedade local.

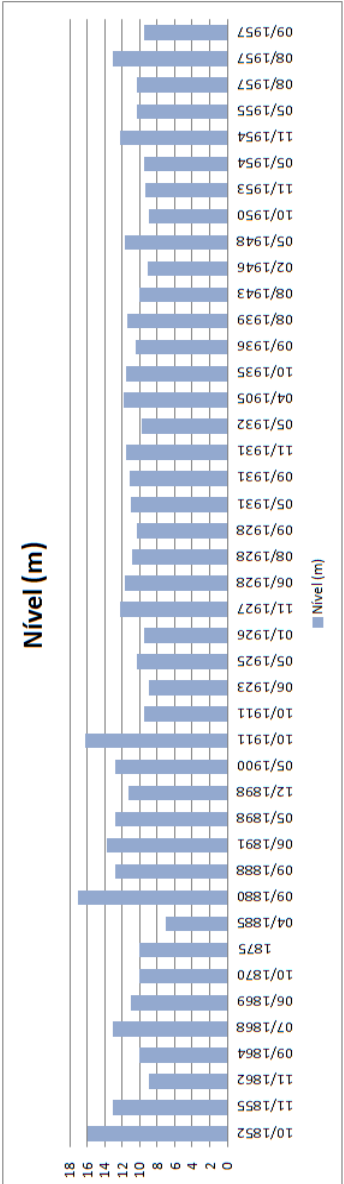


Gráfico1: Níveis do rio Itajai-açu nas enchentes de Blumenau, entre os anos de 1850 e 1957.
Fonte: Gráfico gerado a partir da tabela de enchentes fornecida pelo Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

A linha horizontal do gráfico corresponde aos anos em que ocorreram enchentes, já na linha vertical verifica-se os níveis do rio. A enchente de 1851 não foi incluída no gráfico por falta de dados específicos. Entre os anos de 1850 e 1957 foram mapeadas quarenta e três ocorrências de enchentes com representatividade suficientes para serem relatadas em jornais, cartas e relatórios. Nos primeiros cinquenta anos percebe-se que os eventos eram menos frequentes, porém com os níveis dos rios mais altos, um exemplo são as enchentes de 1852 e 1880, que atingiram picos de 16 metros e 17,1 metros, respectivamente.

Esses altos índices não significam um quadro de pós-impacto mais desastroso, verifica-se que o agravamento da situação das enchentes se intensifica com o avanço da ocupação da região e não com o aumento do nível do rio. Visto que junto com a ocupação, tem-se um aumento do desmatamento e ocupação irregular, levando ao agravamento dos desastres. Nas primeiras décadas além de apresentar um núcleo populacional reduzido, o que por lógica leva a uma diminuição dos danos, já que poucas áreas são atingidas, percebe-se também que a perturbação ambiental é menos intensa, ocasionando menos desastres.

O aumento da área ocupada faz com que com o passar dos anos as enchentes se tornem mais frequentes, visto que não é necessário um nível pluviométrico muito fora do normal para que o rio supere seu limite. Dessa forma, observa-se no gráfico que a primeira metade do século XX foi marcada por ocorrências frequentes de inundações, porém com os níveis do rio mais contidos, acompanhado de consequências mais graves no pós-impacto com o aumento do número de óbitos, além da destruição de áreas maiores, levando a um aumento significativo no número proporcional de atingidos.

Apesar da ausência de iniciativas e percepções a cerca do fator social nas primeiras inundações, a idéia de que a enchente se tratava de um desastre, de uma contrariedade, esteve presente desde os primeiros anos. Já no relato sobre 1855, encontra-se a utilização do termo “catástrofe” para definir o evento. Em determinada passagem Hermann Blumenau escreve que “(...) depois da **catástrofe**, em que comigo perderam quase todos os seus vestidos, etc, etc.”¹⁷⁷ O que demonstra que, embora as providências para acabar com as enchentes tenham sido tardias, o fenômeno, até então estritamente natural, sempre foi vista como um estado anomalia.

¹⁷⁷ Carta de Dr. Blumenau dirigida ao Imperador D. Pedro II, em 30/04/1856. In: **Revista do Instituto Histórico de Petrópolis**, Rio de Janeiro, vol. I, ano 1950, p. 41 – 48.

Observando os vários relatos das enchentes de Blumenau percebe-se que não há uma diferenciação da utilização de termos como catástrofe, desastre e calamidade. Considerando que estes termos se tornaram uma categoria de análise, definidas como diferente pelas ciências sociais, somente no decorrer do século XX, seria anacrônico exigir que em relatos antigos se fizesse essa diferenciação. Um exemplo disso é a notícia publicada no jornal *Blumenauer Zeitung* do dia 14 de outubro de 1911, em que os três termos são utilizados no mesmo texto. “Dez dias há que, como hediondo espectro, paira, por sobre Blumenau, desgraça, penúria, pavor e inquietação, tristíssimas companheiras e consequências da inundação, essa terrível **catastrophe**. E, até hontem, não houve esperança de que a sinistra **calamidade** melhorasse.”¹⁷⁸ Assim, “todos, que agora se recordam das angustias e disabores dos dias passados, sacudirão a cabeça, ficam assombrados e pasmos; pois nunca esperavam tamanho **desastre**.”¹⁷⁹

Desastres, catástrofes ou calamidades a parte, o fato é que as percepções a cerca dos motivos que levam a ocorrência de enchentes vão sendo desenvolvidas a cada novo episódio do evento. Se nos primeiros anos a idéia de que o homem poderia interferir de alguma forma era remota, com o passar das décadas e as frequentes enchentes essa idéia vai mudando. Um documento assinado por Hermann Blumenau, que apesar de não possuir data estima-se que ele tenha escrito nos primeiros anos da década de 1880¹⁸⁰, traz um dos primeiros relatos que demonstram a interferência da ação humana nos eventos naturais. O documento é uma orientação de Blumenau para que se inicie o cultivo de um tipo de Bambu nas margens do rio.

Existem muitas qualidades de bambú e para plantar a beira do rio o melhor que encontrei é o bambu de Bangalia. Mas ao planta-lo é preciso começar bem no alto do barranco, ele vai crescendo aos poucos até o rio e fortifica a margem, é preciso conservá-lo sempre limpo, mas é excelente para fortificar toda a margem do rio. O senhor como bom cidadão deveria tomar a iniciativa e começar com este plantio, tenho

¹⁷⁸ *Blumenauer Zeitung*, 14 de outubro de 1911. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ Nesse documento Blumenau faz referência a enchente de 1880, já mencionado no início deste subcapítulo, o que indica que o relato é posterior a esse ano. E como sabemos, Blumenau retornou a Alemanha em definitivo em 1884, desta forma, o documento deve ter sido escrito entre 1881 e 1884.

certeza que ganhará o apoio de muitos outros moradores, que também estão interessados em preservar as margens do rio, do desbarrancamento por ocasião de grandes enchentes como já o vimos em Blumenau. [...] Fazer este pedido realmente não foi fácil para mim, mas é a única maneira que encontrei como arma contra as enchentes e foi um estudo prolongado com entendidos alemães, ingleses e franceses e também por observações próprias.¹⁸¹

Apesar de ser da década de 1880, esse relato demonstra que a preocupação com as causas da enchente já vinham ocorrendo a algum tempo, levando ao interesse de Hermann Blumenau em pesquisar as razões e medidas que poderiam ser tomadas com estudiosos estrangeiros. Mais do que isso, esse documento aponta que já nesse momento o meio ambiente começa a ser pensado como uma local de transformação criado pela mão humana. Entende-se que a preservação da mata é essencial para impedir que as águas do rio invadam as ruas, o que certamente levou algumas pessoas a incluírem nos elementos motivadores dos desastres ambientais a ação humana, ou pelo menos a idéia de que o homem poderia fazer alguma coisa para impedir que o impacto seja ainda maior.

Ainda no decorrer do século XIX, por sinal, as enchentes do rio Itajaí-açu já começam a ser expostas em âmbito internacional, devido a sua intensidade e agravamento a cada ocorrência. Um exemplo dessa representatividade nas relações internacionais é a ajuda dada por Charles Darwin, residente na Inglaterra, ao seu amigo Fritz Muller, residente em Blumenau. Em uma série de cartas trocadas entre eles encontra-se uma rica documentação para análise da obra desses dois importantes pesquisadores, mas também pode ser encontrada uma manifestação de auxílio por parte de Darwin à enchente ocorrida em Blumenau no ano 1880. A troca de cartas se inicia com a resposta de Fritz Muller a uma ajuda oferecida por Darwin:

I do not know how to express [to] you my deep heartfelt gratitude for the generous offer which you made to my brother on hearing of the late dreadful flood of the Itajahy. From you, dear sir, I

¹⁸¹ Tradução de cartas do Dr. Blumenau referente a Ponta Aguda, feitas por Edith Sophia Eimer em 1985. Disponível no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, 3.B.28.1.2 doc-09.

should have accepted assistance without hesitation if I had been in need of it; but fortunately, though we had to leave our house for more than a week, and on returning found it badly damaged, my losses have not been very great.¹⁸²

Ao que Charles Darwin responde na carta seguinte:

I received a letter yesterday from Dr. Breitenbach, and he tells me that you lost many of your books in the desolating flood from which you suffered. Forgive me, but why should you not order, through your brother Hermann, Books, etc, to the amount of 100, and I would send a cheque to him as soon as I heard the exact amount? This would be no inconvenience to me; on the contrary, it would be an honour and lasting pleasure to me to have aided you in your invaluable scientific work to this small and trifling extent.¹⁸³

A grande surpresa dessa documentação é que, aparentemente, Darwin não ficou sabendo da enchente pelo próprio Fritz Muller. Ao que tudo indica, Darwin estava em Downe, na Inglaterra, quando soube da ocorrência da enchente em Blumenau. Preocupado com seu amigo, o inglês escreve a Hermann Muller (irmão de Fritz) se oferecendo para ajudar no que fosse necessário e acaba auxiliando financeiramente para compra de livros com o propósito de impedir que o trabalho científico do amigo se perca nas águas do Itajaí-Açú.

O apelo internacional das enchentes no Vale do Itajaí foram frequentes, especialmente na Alemanha, e até mesmo no século XX,

¹⁸² Eu nao sei como expresser [para] você minha profunda gratidão pela sua generosa oferta que você fez ao meu irmão quando ouviu sobre o terrível dilúvio do Itajaí. De você, caro senhor, eu aceitaria a assitência sem hesitação, se eu tivesse necessidade, mas, felizmente, se tivéssemos de deixar a nossa casa por mais de uma semana, ao retornar encontraria a bastante danificada, minhas perdas não seriam muito grandes. (tradução livre). Correspondência Família Muller. **Cartas de Fritz Muller e Charles Darwin**, dia 9 de janeiro de 1881. Carta número 687. Disponível no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

¹⁸³ Eu recebi uma carta ontem do Dr. Breitenbach, e ele me falou que você perdeu muitos dos seus livros na desoladora enchente que você sofreu. Perdoe-me, mas por que você não compra, através de seu irmão Hermann, livros, etc. até a quantia de 100, e tu enviaria um cheque através dele assim que eu soubesse do valor exato? Isto não seria inconveniente para mim, pelo contrário, seria uma honra e um prazer para mim colaborar com seu inestimável trabalho científico, nesta medida pequena e insignificante.(tradução livre) Correspondência Família Muller. **Cartas de Fritz Muller e Charles Darwin**, dia 21 de junho de 1881. Carta número 690. Disponível no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

quando os contatos entre as famílias alemãs e as emigradas já era pouco. Segundo o periódico *O Dia*, as notícias sobre as enchentes de 1911 em Blumenau causaram grande pesar na Alemanha, onde foi organizada uma lista de subscrição para auxiliar os atingidos, tendo como inscrito, inclusive, o imperador alemão Guilherme II.¹⁸⁴

Das trinta e três enchentes ocorridas nesse período, nem todas tiveram apelo internacional nem ficaram marcadas na memória de seus sobreviventes. Ao longo dos anos, algumas enchentes foram esquecidas, enquanto outras se mantiveram vivas na história da cidade, este é o caso das enchentes de 1880 e 1911. Mas que critérios são usados, talvez inconscientemente, para que alguns desastres não sejam esquecidos?

Na imagem abaixo, observa-se a cidade de Blumenau inundada durante uma das enchentes que mais marcou a memória da cidade, ocorrida em 1911. Nessa ocasião o rio chegou a marca de 16,27 metros, praticamente a mesma marca da grande enchente de 1852, tendo sido ultrapassada na história das enchentes em Blumenau apenas pela inundação de 1880, que havia atingido 17,10 metros.



Figura 06: Centro de Blumenau durante a enchente de 1911.

Fonte: Acervo Iconográfico do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

¹⁸⁴ **Jornal O Dia**, 11 de outubro de 1911. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Certamente, uma análise sobre os motivos que levaram algumas enchentes a permanecerem durante anos na memória da cidade é mais um exercício de suposição do que de constatação precisa. Porém, é inegável que essa distinção entre os eventos existiu e por tanto necessita ser historicizada. A rememoração de um acontecimento histórico permanece na vida de determinado grupo quando este evento teve algum diferencial dos demais. Mais do que ter permanecido dentro da memória individual dos cidadãos que vivenciaram aquela enchente, as enchentes de 1880 e 1911 permaneceram no cerne da memória coletiva de toda a cidade de Blumenau, prova disto é que hoje, cem anos após a ocorrência do desastre de 1911, quando praticamente ninguém daquela época ainda se encontra entre nós, a enchente foi rememorada com documentários, notícias em jornais, entre outros.

De acordo do Maurice Halbwachs, no primeiro plano da memória de um grupo se destacam as lembranças dos acontecimentos e das experiências que concernem ao maior número de seus membros e que resultam quer de sua própria vida, quer de suas relações com os grupos mais próximos.¹⁸⁵ Para o autor, a memória individual encontra-se imbricada pelos elementos e interferências do meio coletivo em que o indivíduo está inserido, desta forma, uma pessoa atingida pela enchente irá agregar a sua lembrança de experiência individual algumas interferências do grupo como um todo, através de relatos de outras vítimas. São essas lembranças que perpassaram por anos de história de Blumenau.

Analizando a documentação referente às enchentes, pode-se concluir que as inundações que mais foram lembradas são aquelas que mais causaram sofrimento no momento pós-impacto. Como já foi visto, o que fez com que os desastres ambientais se agravassem não foram os altos índices do nível do rio, mas sim o aumento populacional da região e todas as implicações que isso traz consigo. Por tanto, é natural que enchentes que causem maior destruição e óbitos seja rememorada com mais frequência.

Tanto nos relatos sobre as enchentes de 1880 e 1911 é possível ler notícias de óbitos, marcando em definitivo a memória do grupo, que tem a tragédia relembrada no momento de enterrar seus mortos. Nas memórias deixadas por Erna Deeke Hosang, traduzida por Antonio Walter R. Júnior, e posteriormente publicada no periódico Blumenau em Cadernos, vê-se a situação lamentável por qual passo a comunidade da região na década de 1880.

¹⁸⁵ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004, p. 49.

Lá, no topo da árvore, estavam todos bem amarrados: no galho mais alto, a filha, amarrada e bem presa com seu próprio avental; também a mulher, bem amarrada com seu avental e o marido, com seus suspensórios, também bem amarrado: todos mortos. A água tinha ido também sobre a árvore; certamente eles sentiram que estariam salvos na árvore, ao contrário do telhado da casa.¹⁸⁶

Esse foi um dos primeiros relatos encontrados em que se descrevia a existência de mortos em uma enchente em Blumenau. Como no século XIX eram raro que famílias habitassem regiões propícias ao desmoronamento, as mortes acabavam sendo raras, sendo assim, a ocorrência de óbitos representava um desastre sem precedentes. Alguns anos depois, durante a enchente de 1911, Erna Deeke Hosang volta a relatar outra história trágica de óbitos.

(...) Quando amanheceu, o homem agarrou o galho de uma árvore: todos estavam sentados sobre o telhado, que já estava praticamente destruído: as telhas eram firmes, porém já estavam fracas, com a correnteza violenta que levava a casa. (...) eles foram levados pela correnteza, que estava muito forte, arrastando tudo por uns 200 metros até a barragem de uma serraria¹⁸⁷.

Apesar dessa descrição, o jornal *Blumenauer Zeitung* noticiou em 14 de outubro de 1911 que a única morte registrada foi a da esposa de Vicente, guarda da linha telegráfica, que morava em Braço do Sul, que foi carregada pela força da correnteza do rio e morreu afogada.¹⁸⁸ Na imagem a seguir, também da enchente de 1911 observa-se a vista panorâmica da cidade de Blumenau inundada pelo rio Itajaí-açu, demonstrando que o rio perde seu contorno original, impedindo ao observador que localize o local original do percurso do rio a essa altura espalhado por toda a região.

¹⁸⁶ HOSANG, Erna Deeke. “ENCHENTES”. In: **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, Tomo XXXIV, ago 1993, n. 8, p. 263.

¹⁸⁷ Ibidem, p. 265.

¹⁸⁸ **Blumenauer Zeitung**, 14 de outubro de 1911. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.



Figura 07: Enchente em 1911 – Blumenau/SC

Fonte: Acervo Iconográfico do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

A narrativa de Erna Deeke chama atenção para a força da águas, bem como de seu alto nível, capaz de cobrir o tronco das árvores. Mas, mais do que isso, o que deve ser considerado é o fato de uma mesma pessoa ter vivenciado as duas grandes enchentes. Certamente, o fato de uma mesma geração ser atingida por duas enchentes de tamanha intensidade fez com que a enchente de 1880 não fosse esquecida. A nova ocorrência em 1911 contribuiu para a rememoração daquelas pessoas sobre o fatídico setembro de 1880.

Além disso, a enchente de 1880 ficou registrada na memória da população também devido ao fato dela ter ocorrido justamente no momento em que Blumenau iria se tornar um município. A colônia já se encontrava em festa, quando o rio começou a subir repentinamente e provocou uma das maiores enchentes da história. Em virtude desse acontecimento, o governo imperial e provincial optou por prorrogar a instalação do município, até que os danos fossem reparados.¹⁸⁹ Os trabalhos prosseguiram até 1881, custando aos cofres públicos uma

¹⁸⁹ SILVA, José Ferreira da. História de Blumenau. In: **Centenário de Blumenau, 1850 – 2 de setembro – 1950**. Edição da comissão de festejos, p. 27.

quantia de Cr\$ 327.762,00. Nesse mesmo ano, foi dissolvida a direção da colônia e o município foi instaurado através do decreto nº 8.454, de 18 de março de 1881.¹⁹⁰

A prova disso é que o jornal *O Dia*, após uma série de notícias diárias sobre a situação do Vale do Itajaí durante a enchente de 1911, começa a dedicar uma coluna diária publicada durante alguns dias, que tem por objetivo comparar a situação das regiões atingidas em 1880 e 1911. A coluna, que possui o título de “A enchente de 1911: 1880 30 de setembro – 1º de outubro de 1911”¹⁹¹, traz ao longo do texto algumas considerações no que concerne à enchente de 1880 e aos acontecimentos de 1911, demonstrando que o desastre de alguns anos anteriores ainda se encontrava vivo na memória daqueles que o vivenciaram.

Nesse exercício de comparação, feito a todo o momento em diversas fontes é unânime a opinião de que os estragos de 1911 foram superiores aos de 1880. Novamente, questionam-se quais elementos tornaram a enchente, que teve o nível do rio relativamente mais baixo (se comparada a outra) mais impactante. Além dos óbitos, outros elementos compõem essa percepção, dos quais se destaca o progresso. Quanto mais desenvolvida¹⁹² é a região, maior vai ser o impacto do desastre, se no século XIX a população era reduzida, não havia luz elétrica, linhas férreas, estradas abertas, pouco impacto a população sofreria além da destruição de suas casas e suas plantações.

No início do século XX, o panorama é diferente. O jornal *Blumenauer Zeitung* informa que “A luz electrica extinguiu-se: a cidade, então, envolta em tenebrosa noites”¹⁹³. Enquanto isso, o jornal *O Dia* anunciava que “mais de 3000 kilometros de estradas damnificadas – A Estrada de Ferro – pontes, boeiros...tudo se foi”¹⁹⁴. O próprio saque, que tanto movimentou a opinião pública no Desastre de 2008, já ocorria em 1911, “O vaporsinho apitava, a cada paragem, e de todos os recantos surgiam canôas inteiramente cheias de homens e de mulheres, em estado de pobreza extrema, tendo, para cobrir a nudez apenas uns (?) frangalhos, attestados mudos de sua triste indigencia.”¹⁹⁵ O grande estrago causado pelas águas custou aos cofres públicos valores muito

¹⁹⁰ Ibidem, p. 28.

¹⁹¹ *Jornal O Dia*, 11 de outubro de 1911 à 15 de outubro de 1911. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

¹⁹² Leia-se que o desenvolvimento aqui não está relacionamento a uma visão consciente e ambiental de desenvolvimento, mas sim a idéia de progresso, urbanização.

¹⁹³ *Blumenauer Zeitung*, 14 de outubro de 1911. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

¹⁹⁴ *Jornal O Dia*, 12 de outubro de 1911. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

¹⁹⁵ *Jornal O Dia*, 14 de outubro de 1911. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

maiores do que em outras enchentes anteriores, e quanto mais a cidade foi crescendo, mais custosos foram se tornando os desastres ambientais, como será exposto no próximo capítulo.

Em 1927, quando uma nova enchente se formou no rio Itajaí-Açú, o fenômeno da rememoração se repetiu e 16 anos depois a enchente de 1911 volta a ser comentada nos jornais da época. De acordo com o jornal *O Estado*, a “Manchester catarinense” sofre prejuízos, mas felizmente o desastre dos anos anteriores não se repetiu. “(...) embora se temesse, ao começo, uma enchente como a de 1911, a actual cheia não assumiu tais proporções.”¹⁹⁶

Apesar de marcantes, as enchentes de 1880 e 1911 foram apenas algumas ao longo da história de Blumenau. Nas décadas que se seguiram, os eventos continuaram sendo frequentes e os relatos registrados em jornais, relatórios, fotos, entre outros. Enfim, foram cem anos de constantes desastres ambientais, que foram sendo agravados pela junção entre o aumento da cidade e um grande volume pluviométrico, e junto com elas, uma gama imensa de percepções e memórias que perpetuaram durante toda a história da cidade de Blumenau.

¹⁹⁶ **Jornal O Estado**, 11 de novembro de 1927. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

CAPÍTULO IV - A domesticação da natureza na colônia Blumenau: como um desastre se torna parte da história

As enchentes em Blumenau estiveram, e ainda estão, presentes na pauta de discussão de diversas secretarias e ministérios no governo local e federal do país. Em virtude dos anos de debates sobre as enchentes, pode-se dizer que, atualmente, as causas que levam à ocorrência dos fenômenos já são conhecidas. As medidas que levariam a resolução desse problema, no entanto, ainda permanecem em plena discussão. Esse debate costuma vir à tona em momento em que a crise é desencadeada, voltando ao anonimato nos meses seguintes, quando a situação se normaliza.

Se um dos elementos responsáveis pela deficiência do sistema de gestão de risco foi a tardia conscientização sobre quais eram os motivadores do desastre, isso se deve ao fato de a sociedade manter uma relação específica com a natureza, que privilegiava a domesticação do mundo natural de acordo com as primeiras necessidades humanas (desmatamento para iniciar as plantações, urbanização, etc.), sem se preocupar com os problemas que tal interferência poderia acarretar. Todo esse período de convivência com as enchentes em Blumenau acabou resultando em uma apropriação dos desastres naturais por parte da população e dos órgãos públicos como uma característica cultural da cidade. Como poderá ser visto no próximo subcapítulo, a enchente em Blumenau é frequentemente abordada em diversos tipos de representações culturais da cidade, seja em seus eventos comemorativos, na literatura, e em outros segmentos.

IV.1 A transformação da enchente em um fenômeno cultural

Ao longo dos anos, a humanidade buscou domesticar a natureza, em alguns casos procurando fazer com que ela trabalhasse a seu favor. Geralmente, essa domesticação tende a caminhar para uma extinção de elementos naturais que em determinados momentos podem não ser importantes para o funcionamento de algumas sociedades. Uma vez estabelecidos em uma região, as sociedades passam a criar mecanismos para domesticar o meio ambiente em que está inserida. Isso também ocorreu na colônia Blumenau e, ao longo de muitos anos, a natureza e

todos os fenômenos inerentes a ela foram sendo domesticados pelos habitantes da região.

Hoje, no século XXI, quando algum indivíduo que nunca tenha ido até a cidade de Blumenau é questionado sobre a região, certamente três características lhe vem à cabeça: alemães, *Oktoberfest*¹⁹⁷ e enchentes. Essas características que hoje representam a imagem de Blumenau foram produzidas ao longo dos anos, seja pela própria população, pela propaganda governamental ou pelo apelo midiático. Essa produção da imagem foi constituída durante, pelo menos, mais de um século, até que Blumenau conseguisse se firmar conhecidamente como uma das maiores colônias alemãs do Brasil e para que as enchentes fossem se desenvolvendo e ganhando representatividade de um grande desastre natural.

Para se compreender como foi possível que os desastres naturais se constituíssem como uma característica cultural de Blumenau é preciso que seja analisado de quais formas as sociedades do século XIX e XX viam a natureza. Essa percepção do mundo natural que foi sofrendo frequentes mutações ao longo dos séculos oferece a essa pesquisa uma das respostas possíveis para se explicar porque as enchentes persistiram por tantos anos, visto que são essas percepções que irão desencadear as práticas governamentais que regem a gestão de risco de Blumenau, de Santa Catarina e do Brasil como um todo.

O nascimento do século XIX trouxe consigo uma nova idéia que mediava as relações do ser humano com o mundo natural, através da criação de um mito moderno. Nesse momento, a valorização do mundo natural está relacionada a alguns fatores, o primeiro seria a crítica que a sociedade passou a fazer após a revolução industrial, em que as cidades, antes vistas como sinônimo de civilização agora apresentava um ar fabril irrespirável. Em segundo lugar estão as transformações com relação ao mar e a praia, que são vistos como um local de isolamento e contemplação. E por último tem-se a valorização do mundo natural por parte dos escritores românticos, que fizeram da natureza o “(...) lugar da descoberta da alma humana, do imaginário do paraíso perdido, da inocência infantil, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime.”¹⁹⁸

¹⁹⁷ É preciso ressaltar que a Oktoberfest é uma criação mais recente, tendo surgida na década de 1980, em virtude da ocorrência de uma enchente em 1984. Apesar de não fazer parte do recorte temporal, a festa foi citada por sua representatividade na cultural blumenauense.

¹⁹⁸ DIEGUES, Anatólio Carlos. O mito do paraíso desabitado nas florestas tropicais brasileiras. In: CASTRO, Edna; PINTON Florence (orgs). **Faces do Trópico Úmido:**

Essa concepção demonstra uma mudança na forma de pensar, ao menos nos discursos, visto que até meados do século XVIII, conforme expõe Keith Thomas, uma terra virtuosa era uma terra cultivada. A domesticação de animais até então selvagens era visto como o grande avanço humano, por tanto, a manutenção de áreas intocadas pela ação humana era vista como retrógrada. Dentro da conjectura das idéias iluministas, a grande vitória do homem estava justamente na capacidade de se defender das feras, caçá-las e domesticá-las.¹⁹⁹

Antes de qualquer coisa, essa nova percepção desenvolvida no século XIX se propõe a separar de forma brusca o ser humano da natureza. Para eles, a essência da natureza é ser intocado, um espaço que necessariamente deve estar afastado da influência das ações de grupos humanos. Nesse ponto surge o que Antônio Carlos Diegues chama em muitos dos seus artigos como “O mito da natureza intocada”.

No entanto, a existência desses espaços de “natureza intocada” nos países tropicais se dá em áreas habitadas por populações tradicionais, que por sua vez, possuem outros mitos e símbolos. Isso acaba gerando um conflito entre as populações tradicionais e os preservacionistas/entidades conservacionistas tradicionais.²⁰⁰ Além disso, os próprios colonos possuíam uma visão sobre a natureza muito distinta das comunidades tradicionais que habitavam a região antes de sua chegada. É o caso dos conflitos entre imigrantes alemães e os Xoklengs em Blumenau. São vários os relatos de ataques de ambas as partes, em que de um lado o indígena luta para permanecer na sua terra, atacando as casas dos imigrantes, bem como os ataques por parte dos imigrantes que viam nos indígenas uma ameaça.²⁰¹

(...) muitas das idéias preservacionistas sobre *mundo natural* se baseiam em concepções de uma natureza intocada e não-domesticada, na noção de equilíbrio dos ecossistemas, dificilmente encontráveis mesmo nas florestas tropicais. A nosso ver, deve-se rejeitar tanto a visão utilitarista da conservação, pela qual qualquer impacto de atividades humanas pode ser revertido pela

conceitos e novas questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejup: UFPA/NAEA, 1997. p. 320.

¹⁹⁹ THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500- 1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 37.

²⁰⁰ DIEGUES, Antônio Carlos. Op. Cit. p. 316.

²⁰¹ Ler mais sobre o assunto em KLEINE, Karl. **O primeiro assalto dos indígenas à colônia Blumenau**. Tradução: José Ferreira da Silva. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

tecnologia moderna, quanto a visão estritamente preservacionista baseada no pressuposto de que, colocando-se de lado áreas naturais para conservação, automaticamente garantir-se-á a integridade biológica.²⁰²

Para Godelier, a natureza provoca dimensões imaginárias e possui diferentes representações para diferentes grupos socio-culturais. Para algumas tribos indígenas, a floresta tropical se apresenta como seu habitat natural, conhecido e acolhedor, local onde viveram seus antepassados. Já para os grupos europeus que se estabeleceram em colônias no sul do Brasil, as florestas não passam de um obstáculo que deve ser vencido para a construção da civilização. “Na realidade, eles participam de sistemas econômicos diferentes e cada um desses sistemas determina um modo específico de exploração dos recursos naturais e do uso do trabalho, assim como o ‘bom’ e o ‘mau uso’ dos recursos naturais, segundo uma racionalidade intencional específica.”²⁰³

Ao mesmo tempo em que se pregava em alguns movimentos preservacionistas pelo mundo afora a idéia de que era necessário manter regiões com reservas naturais a fim de manter a biodiversidade, o Brasil (apesar de já apresentar preservacionistas defendendo a idéia da natureza intocada) fez uso justamente de sua riqueza natural para atrair colonizadores. Essa propaganda não se restringiu apenas ao início da colonização, já durante o século XX era comum se destacar a fertilidade do solo, até então recoberto pelas árvores da mata Atlântica, com o propósito de atrair imigrantes europeus, que como fizeram com Blumenau, possuía oportunidade de adquirir sua própria terra apenas na América, já que a Europa encontrava-se “sobrecarregada”. A tão propagada natureza brasileira deveria ser eliminada com os primeiros indícios de ocupação, para que o tesouro fosse desvelado e a “civilização” prosperasse.²⁰⁴

Tendo em vista que ao mesmo tempo em que se pregava a idéia de preservacionismo, o governo brasileiro via como sinal de civilização a ocupação de regiões de mata fechada, percebe-se claramente que houve, em alguns casos, uma dualidade na relação dos brasileiros com mundo natural. Mais precisamente, a idéia que é transmitida nesse

²⁰² Ibidem, p. 318.

²⁰³ Ibidem, p. 334.

²⁰⁴ ARRUDA, Gilmar. O chão de nossa história: natureza, patrimônio ambiental e identidade. In: **Patrimônio e Memória**. Unesp – FCLAs – CEDAP, v. 2, n.2, 2006, p. 120.

panorama era de que era “bonito” se dizer preservacionista, mas era importante financeiramente que as florestas dessem lugar às plantações, urbanização e todo tipo de lucro que era possível obter com a ocupação do território. Apesar disso, a ausência de um passado histórico remoto, bem como os constantes embates entre os grupos que formaram o Brasil e, portanto, sua identidade nacional, o que se viu foi a criação de uma identidade nacional em cima da natureza brasileira, pois, teoricamente, ela promoveria a integração, um certo ufanismo. “A valorização da natureza aparece como que compensando a debilidade da cultura no Brasil.”²⁰⁵

Para os imigrantes europeus que se estabeleceram no Brasil, mais precisamente nas colônias alemãs do sul do Brasil, o mundo natural brasileiro sempre foi um percalço a ser vencido. O significado que a natureza teoricamente intocada tinha para os imigrantes era de uma prisão, de medo, era preciso combater esse obstáculo e fazer nascer em meio às árvores à colônia, com suas casas e plantações. Dominar a floresta era sinônimo de vencer na nova pátria.²⁰⁶ Dessa forma, a domesticação da natureza promovida em Blumenau e nas demais colônias no sul do Brasil seguiu em direção a uma dominação da natureza, seguindo uma linha de raciocínio, nas primeiras décadas, que pregava que a natureza ainda era o antônimo da civilização. Já nas décadas do século XX, apesar do crescimento de uma mentalidade preservacionista, ainda se prevaleceu a idéia do desmatamento para o progresso, mantendo apenas algumas ilhas onde se pudesse respirar ar puro.

Apesar de alguns preservacionistas acreditarem na existência de regiões constituídas por uma natureza virgem e intocada, sabe-se que essa premissa não é verídica. De acordo com Ellen, “(...) a natureza em estado puro não existe, e as regiões naturais apontadas pelos biogeógrafos usualmente correspondem a áreas extensivamente manipuladas pelos homens.” Essa idéia da natureza intocada, por tanto, faz parte do que para alguns estudiosos seria um neomito.²⁰⁷

Em suma, o “mito da natureza intocada”, apesar de ser o olhar preservacionista da época, em nada pode colaborar para o

²⁰⁵ Ibidem, p. 121.

²⁰⁶ BUBLITZ, Juliana. **Forasteiros na floresta subtropical**: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. In: Ambiente & Sociedade. Campinas, v. XI, n. 2, jul – dez 2008, p. 327.

²⁰⁷ ELLE, R. *apud* DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000, p. 14.

apaziguamento do problema das enchentes no Vale do Itajaí. Visto que, desde o século XIX e até as últimas décadas do XX, não estiveram em pauta a preservação de áreas que uma vez danificadas pudessem ocasionar algum desastre ambiental. A preocupação aparenta ser apenas no sentido de manter um pequeno pedaço de natureza em meio ao desenvolvimento, uma válvula de escape para a população que não conseguia mais respirar um ar puro devido ao avanço urbano.

A visão sobre o mundo natural que se tinha nos séculos XIX e XX acabou por influenciar diretamente nas medidas governamentais no que concerne ao caso das enchentes. Uma vez que se acreditava que a natureza era necessária apenas em algumas ilhas, com o propósito de manter a diversidade, excluía-se os cuidados com as demais áreas ocupadas, garantindo assim o aval para a exploração do mundo natural. Como será exposto no próximo subcapítulo, a deficiência na gestão de risco acabou ocasionando em um agravamento do caso das enchentes. Com a manutenção da situação, por sua vez, percebe-se uma apropriação das enchentes como parte da cultura/história da cidade, como pode ser visto em diversos segmentos que representam a cultura blumenauense.

O campo da literatura é um grande exemplo da representação que as enchentes possuem na identidade local de Blumenau. São várias obras produzidas por escritores blumenauenses em que a história ambientada em Blumenau sofre com a ocorrência das enchentes. Um caso bastante elucidativo são os livros da escritora Urda Alice Klueger, em um de seus clássicos, *Verde Vale*, a enchente de 1880 é vivenciada pelos personagens. Na obra em questão, a autora se propõe a contar a história da fundação da colônia Blumenau, acompanhando a vida de uma família fictícia que teria chegado à região na primeira leva de imigrantes.

Em determinada passagem do livro, o ano é de 1880 e a colônia Blumenau vivia a efervescência da notícia de que seria elevada a categoria de município, no entanto, todas as comemorações do evento foram interrompidas com a formação de um desastre ambiental. “Chovia com uma violência que ninguém nunca vira antes em toda a história da Colônia e aquele dilúvio não dava mostras de diminuir. (...) Encharcada como estava, a terra não absorveria toda aquela água – o que aconteceria?”²⁰⁸ As palavras da escritora se assemelham com os relatos encontrados sobre essa enchente e o desespero que tomou conta da população foi detalhadamente relatado na ficção.

²⁰⁸ KLUEGER, Urda Alice. *Verde Vale*. Florianópolis: Lunardelli, 1994, p. 199.

A cidade, a bela, laboriosa e progressista cidade que até a véspera vivera sonhando com as festas de instalação do município, de repente, transformara-se num lago traiçoeiro. Quem viu o quanto a água subia fugiu para os lugares mais altos, para os morros das igrejas ou outros das vizinhanças, mas quem só acordou quando a enchente entrava dentro de casa, teve sorte ao conseguir chegar ao telhado e se agarrar a ele. Na desolação imensa daquele amanhecer parecia que os sonhos estavam acabados para todo o mundo.²⁰⁹

Anos depois de ter escrito o livro, Urda Klueger mostrou que possuía conhecimento de causa para tratar de um assunto delicado como as enchentes. Em um artigo publicado em virtude do rememoração da enchente de 1911, que havia completado cem anos, Klueger fala sobre as histórias contadas por Emma Katzwinkel Klueger, sua avó, dentre as quais se destaca as histórias referentes a enchente de 1911. A senhora Emma teve seu segundo filho em meio a enchente e narrava a seus netos as intempéries provocadas pelo desastre. “Bem no pasto do seu Leo Deschamps minha avó me mostrava uma pequena depressão no meio da grama onde, quando as águas refluíram, ficaram presas ali muitas traíras, peixe muito conhecido e apreciado lá nos tempos em que eu era criança.”²¹⁰

Além de Urda Klueger, Lausimar Laus tratou o tema das enchentes em *O guarda-roupa alemão*. Nessa obra, no entanto, o desastre abordado foi o ocorrido em 1911 e, ainda mais do que em *Verde Vale*, a enchente perpassa por várias páginas da obra, expondo o desespero da população que precisa recorrer aos pontos mais altos da cidade para fugir da força das águas.

Lá pela meia-noite, o Zé, que tinha ido até o Holetz, voltou contando o diabo: Todo mundo apavorado! Todo mundo pensando para onde ir! O inspetor do quarteirão, seu Schmidt, já tinha dado a idéia aos mais atingidos, em ruas em que a água

²⁰⁹ Ibidem, p. 200.

²¹⁰ **DAQUI NA REDE.** Enchente de 1911, um século depois. Disponível em: <http://daquinarede.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=803:a-enchente-de-1911-em-blumenau&catid=41:memoria&Itemid=5> Acesso em 10 de janeiro de 2012).

tinha entrado nas casas: ir para o morro das freiras! Era o único jeito!²¹¹

A história central da trama é a perseguição aos alemães em Blumenau durante a Segunda Guerra Mundial, no entanto, como não poderia deixar de ser, as enchentes são abordadas como tema pertinente na história da cidade. Na impressão dos personagens, a enchente vinha com sinais bíblicos, com a prenúncia de um novo dilúvio. Tendo em vista essa comparação, é impossível não associar as percepções das enchentes com a noção de castigo divino, algo sobrenatural que se encontra, primordialmente, longe de qualquer influência humana, ou talvez de uma resposta divina às ações humanas.

Amanheceu chovendo com o mesmo ritmo dos dois dias anteriores. O céu cada vez mais pesado, nuvens mais escuras, e o ar estranho faziam de minha mente um mundo misterioso e indescritível. Pensava só no dilúvio da Bíblia que vó Pacífica lia para a gente, nas noites de inverno, em redor do fogão. Já planejava sozinha, sem dizer a ninguém, a esperança de uma arca. Quem pudesse fazê-la, como fez Noé! Assim estaríamos bem.²¹²

E não foi apenas no campo da literatura que a enchente foi representada. Nos livros publicados em comemoração aos cem anos da fundação da colônia, os principais eventos da colônia foram representados e, muito embora, a idéia fosse ressaltar os momentos felizes da colônia, as enchentes sempre ganharam seu espaço nas narrativas. Em uma dessas obras, as dificuldades são ressaltadas a fim de demonstrar a força do imigrante que conseguiu superar problemas. “Nos primeiros anos era essa a vida de todos os dias, só alterada por tres acontecimentos de vez em quando registrados: ataques de índios, enchentes (naquele tempo mais frequentes e maiores) e a chegada de novos emigrantes.”²¹³

Quase que anualmente, as águas do Itajaí-açú, engrossadas pelas chuvas de primavera, transbordavam do leito natural para invadir casas

²¹¹ LAUS, Lausimar. **O guarda-roupa alemão**. Florianópolis: editora da UFSC, 2006, p. 63.

²¹² Ibidem, p. 69.

²¹³ **Centenário de Blumenau**, nº 64, ano VI, [s/p].

e plantações ribeirinhas. Essas enchentes causaram sempre prejuízos mais ou menos consideráveis. A população já estava acostumada a esses contratempos periódicos.²¹⁴

A participação frequente dos relatos das enchentes nos escritos que relatam a história e o cotidiano da cidade de Blumenau, demonstra que, com o tempo, as enchentes passaram a ser vistas com orgulho pela população, não orgulho do desastre em si, mas um orgulho do poder de reconstrução que a cidade demonstrou todos esses anos. Junto com a imagem do imigrante alemão, forte e persistente, que derrubou a mata e fez erigir uma cidade criou-se a imagem do blumenauense que apesar de sofrer com os contratempos gerados pelos desastres, conseguiu sobreviver, recomeçar do zero diversas vezes e fazer a cidade prosperar como fizeram seus antepassados.

Não foram poucas as vezes que os jornais e relatórios governamentais frisaram a força de superação daqueles cidadãos. Palavras como superação, reconstrução, espírito laborioso, entre outros adjetivos foram utilizados em narrativas com a finalidade de expor que o “elemento alemão”²¹⁵ era tão forte, que era capaz de reconstruir uma mesma cidade convalescida pelos ataques ditos naturais. No próprio livro de Urda Klueger, *Verde Vale*, a escritora expôs a força de restabelecimento da população, demonstrando que o Rio Itajaí, apesar de suas intempéries, sempre foi e sempre será a marca registrada da cidade, a desgraça e a alegria de seus moradores. O Itajaí-açu faz parte das famílias de Blumenau.

A colônia Blumenau não se extinguiu. Comporta de gente de espírito combativo, em pouco mais de um ano reconstruía o que o rio destruía ,e, desafiadora, continuou ali, lado a lado, como se o inimigo não tivesse importância. Muitas e muitas outras vezes o rio se rebelou e tentou arrancar das suas margens a cidade que só fazia florescer, mas ela teimou e ficou, e hoje, quem chega ao sul do

²¹⁴ SILVA, José Ferreira da. História de Blumenau. In: **Centenário de Blumenau**, 1850 – 2 de setembro – 1950. Edição da comissão de festejos, p. 27.

²¹⁵ Vale lembrar que algumas décadas após a chegada dos alemães a Blumenau outros grupos de imigrantes de outras nacionalidades refizeram o percurso. Portanto, apesar de se frizar o sangue alemão e colocar Blumenau frequentemente como cidade alemã, havia outros povos que ajudaram a compor o blumenauense.

Brasil e a Santa Catarina, obrigatoriamente faz sua visita à cidade de Blumenau, assim, como quem assina ponto, assim, como uma obrigação moral, para não poder voltar dizendo que foi a Roma sem ver o Papa, ou que foi à França sem visitar Paris. Uma meca para os industriais, um lugar encantado para os habitantes, Blumenau é a terra das mais lindas primaveras do mundo e possui o rio mais cheio de poesia e beleza da face da terra. É um misterioso inimigo. Um rio para ser temido e amado.”²¹⁶

A passagem em que a autora, utilizando-se de uma licença poética, caracteriza o rio Itajaí como um “rio para ser temido e amado”, demonstra a relação que os grupos que habitavam as margens do rio desenvolveram ao longo das décadas. “Um rio temido” exprime a idéia do respeito que os habitantes possuem por aquela força da natureza que de anos e anos se torna uma ameaça, porém, nunca irá se tornar o vilão que interrompe o desenvolvimento do vale. Por outro lado, “um rio amado” representa o laço que o rio possui com as cidades que o circunda, o rio é parte da história, parte da vida daquelas famílias, que por ser tão amado, os manteve em sua volta, ainda que com as ameaças constantes. Ele não seria abandonado, mas sim os obstáculos seriam superados.

Para Norma Valêncio, o enunciado da superação, produzido por algumas frações do Estado, é promovido por dois fatores essenciais: a mídia e os abrigos do governo. A mídia, geralmente, explora as perdas dos atingidos, sejam bens materiais ou entes queridos, e demonstra que essas perdas não detêm o grupo, pelo contrário, as perdas vão fazer com que esses atingidos sintam a necessidade de reconstruir sua vida, sua moradia, seu local de trabalho, “com seu próprio suor”. Já no caso dos abrigos, a autora faz uma análise foucaultiana, quando afirma que os abrigos promovidos pelo governo, tendem a funcionar como um ambiente disciplinador, em que o desabrigado seria sutilmente castigado por sua negligência. A situação desumana oferecida por esses abrigos públicos suscitaria nos desabrigados a necessidade emergencial de tentar retomar a sua vida normal, superando as perdas e se restabelecendo²¹⁷.

²¹⁶ KLUEGER, Urda Alice. Op. Cit, p. 201.

²¹⁷ VALÊNCIO, Norma. Defesa Civil: o contexto brasileiro. In: **Saúde Soc. São Paulo**, v. 19, n. 4, p. 748 – 762, 2010, p. 758.

Ora, cabe ressaltar que não há maior negligência do que a do próprio governo, tanto nos momentos pré como no pós-impacto.

Conforme o jornal *Der Urwaldsbote*, no decorrer do pós-impacto de 1911, era “(...) indispensável que êle [o governo federal] viesse em auxilio do Governo do Estado para levantar o espírito de uma população laboriosa até então feliz, perdida por uma desgraça (...)” e qual a forma mais correta de se levantar o brio da população atingida senão oferecendo trabalho. A proposta do governo é oferecer emprego ao povo em obras de utilidade pública, acrescentando ainda que “(...) grandes sacrificios a propria população terá de fazer, por assim dizer, recomeçar a construir a sua prosperidade.”²¹⁸

Tendo em vista todas as percepções demonstradas no capítulo anterior, bem como a culturalização da enchente, percebe-se que as ações governamentais caminharam para um desleixo para com o problema que acabou resultando em um agravamento da consequência das enchentes. Como será demonstrado no subcapítulo seguinte.

IV.2 - As iniciativas governamentais para promover o fim dos desastres ambientais da região

Essa tendência de tornar as enchentes um elemento cultural da cidade de Blumenau pode ser vista também como o resultado de ações governamentais praticadas durante décadas. Como foi demonstrado no capítulo anterior, por muitas décadas as enchentes foram vistas como produto de uma ação estritamente natural, caracterizando-se como um evento produzido apenas pelas forças da natureza e descartando a participação humana no fenômeno. Essa percepção tardia sobre a ação humana fez com que as questões de prevenção e melhoramentos no pós-impacto acabassem sendo retardada.

A própria imprensa foi uma das responsáveis pela deficiência da gestão pública nos casos de desastres. Frequentemente foi aderido e difundido na imprensa a idéia de que as enchentes são fenômenos vindos do céu, que causa intensas devastações. Essa posição fez com que a preocupação pública diminuísse, assim como a eficácia de sua

²¹⁸ **Relatório da celesc.** Pormenores da grande enchente do rio Itajaí nos anos de 1880 e 1911. Dados compilados pelos jornais “Novidade” de Itajaí e “Der Urwaldsbote” de Blumenau. Localizado no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Blumenau.

atuação.²¹⁹ Além disso, “(...) o enunciado da fatalidade também favoreceu a invisibilização das omissões do Estado nos processos de territorialização precária de significativos contingentes humanos, tornando-os, assim, passíveis de vivenciamento de desastres.”²²⁰

O claro agravamento dos desastres aponta para uma deficiência do sistema organizacional proposto pelo governo e executado pela sociedade após algumas crises ao longo de todos esses anos. Alguns esquemas analíticos sócio-psicológicos focalizam questões sobre o comportamento da sociedade diante das ocorrências de desastres, apresentando quatro tipos comuns de comportamentos. O primeiro retrata a absorção passiva dos impactos, demonstrando uma consciência nula do risco, dificultando o preparo da população e aumentando a vulnerabilidade. O segundo tipo corresponde à aceitação dos impactos promovendo um ajuste temporário, considerando a possibilidade de repartição de custos e prejuízos através da solidariedade.²²¹

O terceiro indica um esforço pela redução dos impactos, promovendo estratégias que atenuem o pós-impacto ainda no pré-impacto. O quarto tipo aponta para uma “(...) modificação radical do comportamento social em caso de crise, através da redefinição do modo de ocupação do solo em áreas inundáveis ou da realocação da população ameaçada, indicando uma disposição política preventiva de longo prazo.”²²²

Para o caso das enchentes em Blumenau, identifica-se que o primeiro caso mencionado acima esteve imbricado na percepção dos moradores por muitas décadas. A partir da enchente de 1880, no entanto, verifica-se que já há uma mudança nas ações, entrando em cena a questão da solidariedade, nesse segundo momento, ao menos no período pós-impacto, a sociedade começa a ter atitudes. Atualmente, pode-se enquadrar a situação das enchentes na região e no Brasil como um todo dentro do terceiro grupo caracterizado, visto que hoje já se pensa em estratégias que devem ser tomadas no pré-impacto com o propósito de atenuar as consequências após o desencadeamento do fenômeno. O quarto grupo ainda não pode ser identificado no Brasil, pois apesar de se considerar algumas dessas redefinições, elas raramente são postas em prática.

²¹⁹ VALÊNCIO, Norma. Defesa. Op.Cit, p. 752.

²²⁰ Ibidem, p. 756.

²²¹ BUTZKE, Ivani Cristina; MATTEDI, Marcos Antônio. Op. Cit. p. 8.

²²² Ibidem, p. 9.

O poder público vem ao longo dos anos estabelecendo algumas medidas que visam o fim das enchentes. Essas medidas podem ser classificadas como estruturais e sistema de alertas, as estruturais podem ser vistas com as construções de barragens, já o sistema de alerta faz parte de um aperfeiçoamento do trabalho da Defesa Civil.²²³ Via de regra, as semanas que sucedem a ocorrência de algum desastre ambiental são marcadas por profundas discussões governamentais e populacionais sobre o problema e quais medidas devem ser tomadas a fim de impedir que volte a ocorrer. Basicamente, as ações governamentais estão relacionadas a execução de tarefas voltadas para a confrontação de um sistema de emergência. “Estas atividades se estabelecem através da alocação de recursos em medidas de proteção ou de recuperação, mediante a conjunção de demandas sociais surgidas pelo impacto e os critérios burocráticos de atendimento.”²²⁴

As deficiências dos sistemas de gestão de risco são ocasionadas em grande medida pela ausência de conhecimento de determinado fator de ameaça, o que faz com que alguns eventos sejam colocados pelas instituições de segurança como “situações inesperadas”, deixando as perdas e prejuízos por conta da fatalidade. Os mecanismos de prevenção apresentam uma série de limitações nas quais se destacam

(...) as limitações relativas às dimensões da vulnerabilidade da população na área de impacto do evento, o que implicava na mescla de conhecimentos geográficos físicos e humanos, sociais, econômicos dentre outros; as limitações das séries estatísticas e disponibilização pública da informação sobre desastres relacionados ao referido evento e afins, dificultando alguma previsão mais abalizada.²²⁵

As enchentes que tiveram grande representatividade, baseada no número de estragos deixados, obtiveram do poder público a mesma postura. No primeiro momento, os representantes do governo municipal

²²³ MATTEDI, Marcos Antônio. A formação de políticas públicas em Blumenau: o caso do problema das enchentes. In: Ivo Marcos Theis, Fabricio ricardo de Limas Tomio. (Org.). **Novos olhares sobre Blumenau**: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente. Blumenau: Edifurb, 2000, v.1, p. 198.

²²⁴ Ibidem, p. 209.

²²⁵ SORIANO, Érico. Os desastres naturais, a cultura de segurança e a gestão de desastres no Brasil. In: **Anais eletrônico do V Seminário Internacional de Defesa Civil – DEFENCIL**, p. 4.

pedem ajuda ao governo estadual, a equipe deste, por sua vez, vai até a região verificar os estragos (na maioria das vezes participa da comitiva o presidente de província e, posteriormente, governador do Estado). Após se certificar do tamanho da tragédia, o governo estadual entra em contato com o governo imperial (federal), solicitando auxílio. Dentro dessa lógica, é com o governo municipal que se iniciam as atividades de reação e recuperação, promovendo a ligação entre os cidadãos e a assistência governamental. Ao governo estadual cabe a criação do suporte da assistência, fazendo a ponte entre o governo municipal e o federal. O governo federal, por sua vez, deve providenciar o suporte técnico e financeiro, sendo que esse panorama varia de acordo com o período histórico e seus diferentes graus de centralização do poder.²²⁶

No segundo momento, iniciam-se discussões sobre as medidas estruturais que devem ser tomadas para trazer a cidade a sua normalidade. No terceiro momento, pesquisadores qualificados são contratados pelo governo ou por jornais, para que possam ser feitos estudos específicos que apontem as medidas que devem ser tomadas para evitar que um novo desastre possa vir a acontecer novamente. Por fim, o quarto momento costuma se caracterizar por um esquecimento dos setores públicos e da própria população, que após ser reestruturada leva o problema das enchentes a ficar adormecido voltando a pauta quando um novo desastre se inicia. Esses quatro momentos podem ser acompanhados facilmente através dos jornais, que via de regra, costuma manter as enchentes na pauta do dia em no máximo trinta dias após o desastre.

Tanto os jornais, como as falas dos presidentes de província trazem no seu conteúdo as primeiras medidas tomada, com a visita ao local atingido e levantamento de danos. Na fala do então presidente da província, João Rodrigues Chaves, proferida na Assembléia Provincial de Santa Catarina, em fevereiro de 1881, sobre a enchente de 1880, identifica-se as primeiras ações.

Logo que chegaram ao meu conhecimento as primeiras notícias desses desastres tomei todas as medidas ao meu alcance (...), enviando-lhes os socorros de alimentação, que eram mais urgentes e nomeando comissões de pessoas honestas, para

²²⁶ MATTEDI, Marcos Antônio. **As enchentes como tragédias anunciadas**: impactos da problemática ambiental nas situações de emergência em Santa Catarina. Campinas, 1999. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, p. 68.

distribuí-los, exigindo que prontamente me informassem do que mais fosse necessário, para que nada lhes faltasse.²²⁷

A enchente de 1880, que atingiu várias regiões de Santa Catarina, acarretou em um prejuízo final de 488:326\$570 (quatrocentos e oitenta e oito contos, trezentos e vinte e seis mil, quinhentos e setenta réis). Essa quantia se refere às regiões de Itajaí, Blumenau, Luiz Alves, Brusque, Gaspar, Tijucas e Tubarão.²²⁸ Já na enchente de 1911, estima-se que o prejuízo, considerando apenas as mercadorias, tenha chegado a mais de mil contos de réis²²⁹. E a tendência era de que os prejuízos fossem aumentando com o desenvolvimento da cidade, o que exigiria do governo um auxílio financeiro imediato ainda maior.

Para angariar fundos para a reconstrução da cidade era necessário recorrer a todas as instâncias do governo e da sociedade. Em 1880, a casa imperial brasileira enviou para o Vale do Itajaí uma quantia total de 5:000\$000, sendo 4:000\$000 em nome do Imperador D. Pedro II e 1:000\$000 em nome da Imperatriz Teresa Cristina. Além deles, a região afetada conseguiu arrecadar através de um grupo de senhoras residentes em Desterro, a quantia de 1:743\$000. Contando também com o auxílio de uma comissão organizada na cidade de Pelotas, na província do Rio Grande do Sul, bem como 3:067\$000 vindos da província do Paraná.²³⁰

Em 1911, os auxílios vindos de outras cidades e estados perduraram.

Divulgadas as primeiras notícias dessa calamidade, constituíram-se comissões de socorros em vários lugares, sendo que de Joinville nos chegara a primeira assistência pecuniária, dinheiro esse distribuído aos mais necessitados. Por iniciativa do Exmo Snr. Coronel Governador foi obtido, pela bancada catarinense, junta ao Congresso Federal o crédito de mil contos de réis da União, afim de serem restabelecidas as vias de comunicações, pontes

²²⁷ SILVA, José Bento Rosa. **Enchentes de 1880 e 1911** – Inundações e temporais em Itajaí: Passado/presente. In: Blumenau em Cadernos, tomo 50, nº 5, set/out de 2009, p. 49.

²²⁸ Ibidem, p. 50.

²²⁹ **Departamento Nacional da Produção Mineral**. Divisão de Aguas. Frequência das Inundações no Itajaí-assú. (Abel Diniz Mascarenhas), 1939, p. 118.

²³⁰ **Jornal O Dia**, 11 de outubro de 1911. A inundações de 1880 – Extraído da fala do Presidente dr. João Rodrigues Chaves. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

etc. e para reconstrução de outras obras já decahidas. Também Europa organizou uma subscrição em favor das victimas de nosso municipio, tendo nella tomado parte o nosso digno Superintendente Snr. Alwin Schrader e já se espera de la quantia consideravel.²³¹

No pós-impacto precisa-se de verba com urgência para as mais diversas necessidades, seja para a reconstrução das estruturas públicas, ou para as dificuldades pessoais dos moradores que perdiam quase tudo. Em 1911, por exemplo, a inspetoria agrícola, através de seu inspetor, o Dr. Jacintho Mattos, ofereceu-se para distribuir entre os agricultores sementes grátis a fim de reestruturar a lavoura perdida. Da mesma forma, era necessário evitar as epidemias que surgem comumente nas grandes enchentes, de acordo com o relatório do município de Blumenau, o Estado concedeu uma importância de 10 contos de réis para remover a lama fétida, além de auxiliar o comércio na sua restauração, ajudando os cofres municipais que já se encontravam exauridos. Além disso, o município apresentou ao governo estadual um orçamento dos gastos que teriam com a reorganização de estradas, pontes, e outros bens públicos, somando a quantia de 450 contos de réis.²³² Já o governo federal contribuiu com a quantia de mil contos de réis, liberado pelo presidente da república, Hermes da Fonseca.²³³

(...) para fazer face às avultadas despesas com a reparação da nossa enorme rede de estradas de rodagem e caminhos vicinaes erão insufficientes os recursos ordinarios, deliberei recorrer à União, que promptamente attendeu á minha reclamação, concedendo o auxilio pedido de 1000 contos de réis, para ser applicado na reparação dos estragos causados pelos temporaes nas obras públicas.²³⁴

²³¹ **Relatório do município de Blumenau** – 1911. Blumenau: Typographia do Der Urwaldsbote.

²³² Idem.

²³³ SILVA, José Bento Rosa. Op. Cit, p. 56.

²³⁴ RAMOS, Vidal José de Oliveira. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado**. Florianópolis: Gab. Typ. D'O Dia, 1912, p. 11. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u966/000011.html>> (acesso em 19 de agosto de 2011).

Desde o início as ações governamentais estavam voltadas para a normalização das estruturas após o desencadeamento do desastre. Essas ações acabaram por gerar na população uma dependência do sistema de gestão pública nos momentos de crise e ao mesmo tempo uma certa confiança de que as ações do governo viriam para socorrê-las. Para Basolo, essa confiança no sistema de gestão pública acabava diminuindo as medidas de autoproteção para os casos de desastres. “(...) o grupo tenderia a despendar menos recursos materiais e tempo para agir preventiva ou preparativamente quando soubesse que a estrutura governamental estaria amplamente mobilizada para atendê-lo caso sofresse riscos severos ou consequências adversas.”²³⁵

Na imagem abaixo, reproduzida durante a enchente de 1948, observa-se o momento pós-impacto da cidade de Blumenau, quando o rio começa a baixar, as medidas foram tomadas e o cotidiano retorna à cidade.



Figura 08: Enchente em 1948 – Blumenau/SC

Fonte: Acervo Iconográfico do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

²³⁵ VALÊNCIO, Norma. Op. Cit, p. 750.

A população civil auxiliava da forma que podia, os apelos eram intensos e as doações daqueles que não foram atingidos, ou de pessoas de outras cidades eram significativas. Além disso, havia um costume de se organizar eventos a fim de angariar fundos para ajudar os flagelados das cheias. Em outubro de 1911, por exemplo, foi promovido um concerto no Teatro Álvaro de Carvalho, promovido por lojas maçônicas de Florianópolis. O ato contou com a apresentação da banda de música do Corpo de Segurança e os benefícios arrecadados direcionados às vítimas do desastre do norte do Estado.²³⁶ No mês seguinte foi a vez das senhoras Carmem Leal, Albertina Blum e Christina Moura promoverem uma quermesse em benefício dos atingidos, a festa ocorreu no Jardim Oliveira Bello, também localizado na capital do Estado.²³⁷

Como acontece frequentemente no Brasil, em qualquer esfera pública, o desvio de verbas também esteve presente nas ações pós-impacto. É sabido que as verbas liberadas pelo governo federal (imperial) passam por diversos grupos até que chegue às mãos de quem realmente vai colocar as ações em prática. Comumente, o dinheiro vai sendo distribuído ao longo do trajeto, o que acaba gerando o que para alguns estudiosos seria uma situação de “indústria das chuvas”. Essa idéia justifica a deficiência da gestão do desastre, uma vez que para alguns grupos específicos da sociedade, as enchentes são rentáveis, estando aí o âmago do desinteresse público para com a solução definitiva dos desastres sócio-ambientais.

Em 1880, um caso específico chamou atenção da sociedade a tal ponto que foi lembrado em 1911 para que servisse de alerta. Após a enchente de 1880, o Governo Imperial enviou a Blumenau uma Comissão, coordenada pelo engenheiro Antunes, que possuía a ordem de utilizar a quantia de quatrocentos contos de réis em obras públicas. Infelizmente, junto com essa tarefa, Antunes também teria recebido a incumbência de fundar um partido liberal em Blumenau, que naquele momento era predominantemente conservador. O que acabou resultando na utilização da verba para cumprir a ordem que beneficiaria o poder público e não a população atingida. Desta forma, em 1911, quando a história foi rememorada, o autor do artigo publicado nos jornais *Der Urwaldsbote* e *Novidade*, alerta que “(...) se deverá persistir em que sejam excluídos quaisquer motivos políticos na concessão de obras e fornecimentos. Suposto isto talvez o Governo Estadual disponha do

²³⁶ **Jornal O Dia**, 7 de outubro de 1911. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

²³⁷ **Jornal O Dia**, 7 de novembro de 1911 – “A inundação – a kermesse de domingo”. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

emprego das subvenções, de acordo com a municipalidade, que melhor sabe o que é necessário.”²³⁸ Para o autor, distribuir verba para auxiliar nos prejuízos pessoais de cada atingido não seria viável para o governo, que não possui todo esse valor em seus cofres, o mais apropriado a fazer é distribuir trabalho aos atingidos, “aplicando-os nos serviços de reconstrução das estradas danificadas.”²³⁹

Além disso, havia também os desvios de mantimentos. Na enchente de 1880, foi organizada uma comissão encarregada da distribuição de donativos dirigidos aos atingidos da enchente, na qual Fritz Muller atuava como presidente. Quando descobriu que o governo provincial estava passando por cima das atribuições da comissão e enviando auxílio a pessoas que não haviam sido atingidas, Fritz Muller pediu demissão imediatamente.²⁴⁰

O fato a que o dr. Muller aludiu e porque se considerou desautorizado e o qual realmente causou e ainda causa sérios dissabores aos membros das comissões reunidas, é o pagamento de 30\$000 a cada uma das italianas Adelaide... E Domenica....., duas desavergonhadas mendigas a quem e a suas famílias a inundaçao não causou a perda nem de uma planta de milho ou outro qualquer prejuizo, e que, por esta razão, já haviam sido enxotadas pelo seu próprio padre, alias caridoso e zeloso. E natural que não recebendo e podendo muitos prejudicados não receber senão migalhas e ficando entao duas mulheres impudentes, mas versadas na arte de mendigar, favorecidas como aconteceu, não faltassem desagradaveis comentários e insinuações contra a Comissão.²⁴¹

Vale destacar que o jornal *O Dia*, que reservou muitas de suas páginas para reproduzir o drama vivido pela população de Blumenau e região, traz em seus artigos apenas as ações produzidas pelo governo, sem publicar nenhum caso de corrupção e desvios, ressaltando apenas os aspectos positivos. Isso se deve, talvez, ao fato de o jornal ser o órgão oficial do Partido Republicano, partido este que se encontrava no poder

²³⁸ Relatório da celesc, Op. Cit.

²³⁹ Idem.

²⁴⁰ Então como hoje... In: **Blumenau em Cadernos** – tomo VII, nº 7, 1965, p. 139.

²⁴¹ Ibidem, p. 140.

nos anos de publicações do periódico e que por motivos óbvios não seria de forma alguma exposto ou criticado pelo jornal.

Apesar de essas ações persistirem até os dias de hoje, é possível verificar que a partir da virada do século, há uma crescente discussão pública sobre os métodos que deveriam ser criados com a finalidade de evitar que os danos criados pelas enchentes sejam ainda maiores. Até esse momento destaca-se nas ações pós-impactos apenas o socorro imediato, com arrecadação de mantimentos e a reconstrução pelo governo das áreas atingidas. Essa mudança no pensamento pode ser observada nas notícias nos jornais, que passam a publicar estudos de especialistas que propõem mudanças estruturais, visando medidas para reduzir os estragos que podem vir a ocorrer nas enchentes futuras, não mais se preocupando apenas com os resultados da última enchente.

Em fins da década de 1920, dois especialistas foram consultados com o propósito de produzir medidas que possam vir a evitar que as enchentes futuras se caracterizassem com um desastre de tamanha magnitude como vinha se vendo nas últimas décadas. Otto Ronkohl, seguido por Adolf Odebrecht, apresentara em seus artigos os resultados de estudos preliminares acompanhado de suas respectivas propostas. Otto, que havia sido contratado, juntamente com o Prof. Mauricio Joppert, por determinação do Ministro das Comunicações, Victor Konder, publicou no jornal *Der Urwaldsbote* o artigo intitulado *Nosso Problema das Enchentes*, no qual apresentava duas resoluções possíveis: a primeira seria a retenção das águas no Alto Vale por meio de barragens, tendo as águas liberadas aos poucos, o que tornaria a enchente mais longa, porém com pequenos danos. A segunda diz respeito ao “desvio de uma parte das enchentes acima da cidade para o mesmo rio ou algum afluente.”²⁴²

As propostas apresentadas por Otto foram recusadas por dois motivos. O primeiro do ponto de vista sócio-econômico, visto que a proposta inviabilizaria uma grande porção de terras, afetando assim a produção agrícola da região. O segundo seria do ponto de vista técnico, pois foram “(...) destacados os riscos relativos à possibilidade de ruptura do sistema de retenção e também a ineficiência das medidas em casos de enchentes sucessivas, num curto espaço de tempo.”²⁴³

²⁴² ODEBRECHT, Adolf. **O Problema das Enchentes** – estudos preliminares sobre o desvio da ameaça das enchentes no município de Blumenau. Blumenau, 1930.

²⁴³ MATTEDI, Marcos Antônio. A formação de políticas públicas em Blumenau: o caso do problema das enchentes. In: Ivo Marcos Theis, Fabricio ricardo de Limas Tomio. (Org.). **Novos olhares sobre Blumenau**: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente. Blumenau: Edifurb, 2000, v.1, p. 199.

Já Adolf Odebrecht apresenta duas possibilidades para minimizar o problema das enchentes. A primeira seria a construção de represas, esse projeto custaria algo em torno de 20.000 contos, mas, no entanto, para o especialista, o investimento seria um investimento morto, visto que as barragens não poderiam ser utilizadas para instalação de hidrelétricas ou transporte fluvial, pois elas só entrariam em ação no caso de cheias, além de que se duas cheias ocorressem consecutivamente ela não mais preencheria sua finalidade. A segunda possibilidade, e mais viável, seria promover um rápido escoamento das águas. O caminho de Itoupava à Itajaí pelo rio é de 70 km, enquanto por terra é de 56 km, isso se deve as grandes curvaturas do rio, sendo assim, se fosse promovido uma retificação do curso do rio, o leito seria encurtado em 14 km. Para tanto seria necessário a implantação de quatro canais de escoamento.²⁴⁴

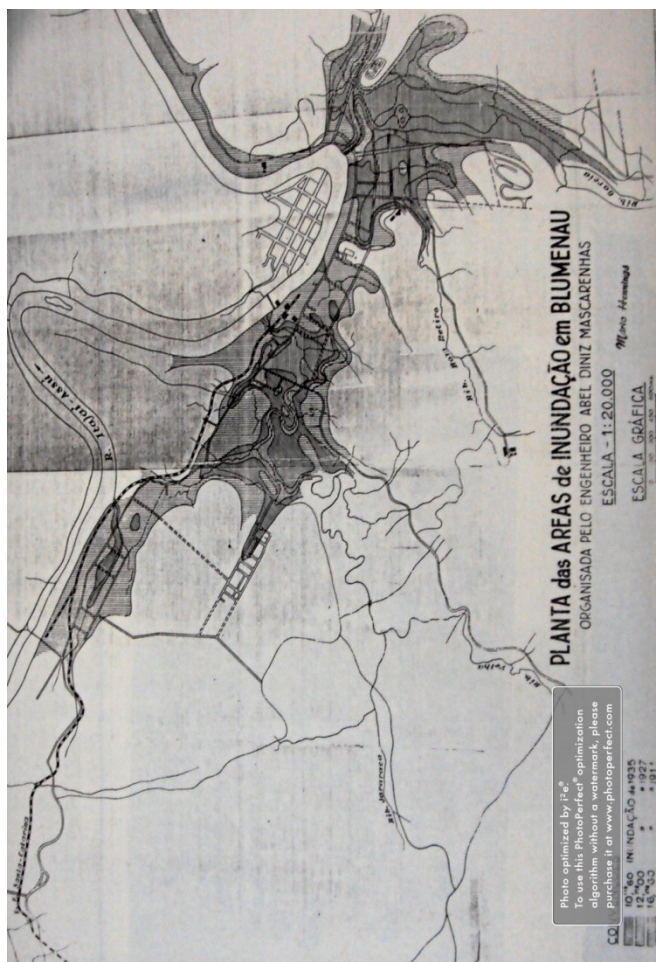
Obedrecht ainda ressaltou que enquanto medidas eficientes não forem tomadas para amenizar as consequências das cheias, deveria ser proibida a ocupação das áreas baixas, ou ao menos que as casas dessas áreas fossem construídas tão altas que a inundação não alcançasse. Além de que, os trabalhos na ocasião de enchentes deveria se concentrar em Blumenau e não no Rio de Janeiro onde naquele momento se concentrava, visto que pelas observações em Rio do Sul e Subida é possível se precisar, com 24 horas de antecedência, os níveis que a água irá atingir.

De acordo com Mattedi, o que diferenciava as duas propostas era o modelo de gestão político-institucional. A primeira estava pautada em um modelo de gestão local, baseada numa organização comunitária, já a segunda partia por uma lógica clientelista, com intervenção governamental, muito comum no final da Primeira República. Sendo que “(...) o segundo modelo de gestão política do problema acabou prevalecendo como estratégia política das enchentes no estado de Santa Catarina.”²⁴⁵

No mapa abaixo produzido por Abel Diniz Mascarenhas, publicado em 1939, juntamente com um artigo sobre as inundações, é possível identificar as áreas atingidas pelas enchentes de 1911, 1927 e 1935, sendo que a mancha mais extensa corresponde à grande enchente de 1911. O artigo em questão foi publicado no Boletim do Ministério da Agricultura e analisa as enchentes ocorridas entre o período de 1851 e 1935.

²⁴⁴ ODEBRECHT, Adolf. Op. Cit, 1930.

²⁴⁵ MATTEDI, Marcos Antônio. Op. Cit, p. 200.



Planta 02: Planta das áreas de inundação em Blumenau.
 FONTE: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

Observando o mapa   possível constatar que se o governo retirasse a população das áreas de inundação (medida mais simples a ser tomada) já após a enchente de 1911, pouco ou nenhum outro grupo voltaria a ser atingido pelas enchentes nas décadas seguintes, visto que as enchentes que se seguiram a esta foram de menor intensidade. Além disso, retrocedendo um pouco mais, percebe-se que, como foi mostrada

anteriormente, a enchente de 1852 levou o rio Itajaí-açu a uma altura de 16 metros acima de seu nível normal. Esse nível voltou a se repetir poucas vezes na história, o que demonstra que essa primeira enchente não serviu de parâmetro para os colonos, que mesmo cientes da possibilidade de o rio subir 16 metros, optaram por ocupar justo essa parcela de terra que poderia ser inundada a qualquer momento. Um exemplo foi a enchente de 1983, na qual o rio atingiu o nível de 15 metros, o que correspondeu a uma inundação de 80% da área urbana de Blumenau, o que comprova que com o passar das décadas a ocupação das margens inundáveis do rio se ampliou.²⁴⁶ Isso se deve ao crescente aumento populacional, a urbanização, que promoveu uma aglomeração mais próxima ao centro da cidade, que como já foi exposto, localiza-se no ponto em que ocorrem frequentes cheias. Além disso, a geografia do vale não favorece a ocupação das regiões mais afastadas do rio, devido a seu relevo montanhoso, sendo que a ocupação desses locais (como vem acontecendo desde meados do século XX) agrava o pós-impacto, visto que os deslizamentos são frequentes, assim como os óbitos.

A partir de observações de dados das enchentes passadas, Mascarenhas chegou a conclusão de que as grandes inundações tendiam a ocorrer com um intervalo de tempo médio de 29 anos (1852, 1880, 1911), enquanto que inundações menores (com o rio atingindo no máximo o limite de 10 metros) ocorriam a cada três anos.²⁴⁷ Nesse momento, em que os elementos sociais eram raramente associados as enchentes, o principal fator a ser considerado nas análises sobre inundações era, sem dúvidas, as constantes chuvas. Nesse texto, as fortes chuvas são apontadas como o principal motivador da enchente, nos principais meses de chuvas, que vai de setembro a novembro, elas tendem a cair ininterruptamente entre 24 e 72 horas seguidas.²⁴⁸

Considerando-se que de Subida a Blumenau a bacia se configura com serras elevadas e encostas íngremes, apresentando uma forte declividade já mencionada nessa pesquisa, são as descargas vindas desses locais mais altos que formam a primeira onda de enchente, que costuma chegar a Blumenau aproximadamente 10 a 15 horas após a ocorrência das chuvas intensas. Essa primeira descarga é completada pelas correntes de águas que vêm dos pequenos afluentes existentes na zona urbana da cidade, desta forma, a situação se agrava cerca de 16

²⁴⁶ SIEBERT, Cláudia. (Des)controle urbano no vale do Itajaí. In: BEATE, Franke; SEVEGNANI, Lucia.(org) **Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: Água, gente e política**. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009, p. 46.

²⁴⁷ **Departamento Nacional da Produção Mineral**. Op. Cit, p. 106.

²⁴⁸ *Ibidem*, p. 109.

horas após o início das fortes precipitações.²⁴⁹ Com isso, Mascarenhas conclui que é necessário que avisos especiais devem ser dados sobre os níveis que o rio deve atingir nas próximas 15 a 20 horas. Para ele, somente com antecedência seria possível tomar providências a fim de impedir que haja um prejuízo maior. Dentre essas providências destacam-se a construção de barracas de lonas em pontos elevados, requisição de transporte de gêneros alimentícios para esses pontos, serviço especial de policiamento e abastecimento de água.²⁵⁰

Essas medidas visam apenas minimizar os prejuízos e os óbitos causados pelo desastre, mas não são medidas preventivas para diminuir a ocorrência das enchentes. Nas décadas seguintes, especialmente a partir de 1940, há uma preocupação maior por parte do governo e da própria população em analisar medidas que possam melhorar a situação. Em 1943 foi estabelecido no Brasil a Defesa Civil, em um primeiro momento a organização iria atuar no âmbito de possíveis ataques aéreos, mas nas décadas seguintes a Defesa Civil foi deslocada para diversas pastas ministeriais, aumentando sua área de atuação.²⁵¹ Em 1966, após a ocorrência de grandes enchentes no sudeste brasileiro, o órgão passou a atuar em casos de desastres ambientais, com a criação do Grupo de Trabalho, no então Estado da Guanabara. Esse grupo criou o Plano Diretor de Defesa Civil, através do Decreto Estadual nº 722, de 18/11/1966, estabelecendo ainda a criação das primeiras Coordenadorias Regionais de Defesa Civil no Brasil.²⁵²

Já nas enchentes ocorridas em 1957 (foram quatro enchentes no mesmo ano), a defesa civil tem uma atuação no socorro aos atingidos no estado. Houve ainda a colaboração reconhecida do serviço de pluviometria da Empresa Força e Luz, além das ricas informações fornecidas pela Rádio Clube de Blumenau. Após a enchente, os radialistas do Vale do Itajaí iniciaram uma pressão ao poder público com o intuito de cobrar atitudes definitivas para prevenção dos desastres. A pressão obteve êxito e em outubro de 1957, o Presidente da República baixou o decreto nº 42.423, nomeando um Grupo de Trabalho que deveria estabelecer por meio de estudos as medidas que deveriam ser tomadas para minimizar a ocorrência dos desastres. Após uma série de discussões e o aumento da pressão popular, finalmente, em 1964 teve

²⁴⁹ Ibidem, p. 111.

²⁵⁰ Ibidem, p. 120.

²⁵¹ VALÊNCIO, Norma. Op. Cit, p. 752.

²⁵² **Histórico:** Defesa Civil no Brasil. Disponível em: <
<http://www.defesacivil.gov.br/historico/brasil.asp>> (acesso em 02 de janeiro de 2012).

início a construção da primeira barragem do rio Itajaí-açú, que foi concluída em 1973.²⁵³

Essa conscientização tardia acarretou em uma desmotivação de alguns colonos, o que raramente é exposto em estudos sobre a História de Blumenau. Já em 1891, o jornal *Gazeta de Joinville*, chamou atenção do poder público para o excesso de pessoas que estavam abandonando o Vale do Itajaí:

Tem emigrado de Blumenau e chegado a esta cidade grande numero familias polacas que abandonaram aquella colonia para irem por terra para S. Paulo. Ignoramos o que tem contribuido para essa debandada; em todo o caso chamamos a atenção do cidadão Governador deste Estado afim de informar-se do facto, que pode de algum modo influir na nossa colonização.²⁵⁴

Como pôde ser observado no gráfico da página 86, uma grande enchente assolou a região em 1888, voltando a ocorrer em 1891. Dessa forma, não seria nenhum absurdo considerar que um motivo para essa debandada seja as enchentes. E não é apenas nas páginas dos jornais que se encontram evidências de que muitos colonos abandonaram Blumenau, de acordo com a historiadora Méri Frotscher, dos quase mil imigrantes que chegaram a Blumenau na década de 1850, cerca de 30% abandonaram a região²⁵⁵. Essa questão foi frequentemente ignorada pela historiografia da região que sempre buscou ressaltar o espírito empreendedor do alemão, que venceu as adversidades e fez prosperar a cidade de Blumenau. Espírito este que acabou sendo entendido ao povo catarinense, que tem a força de reconstruir suas cidades a cada manifestação de desastres naturais.

Mesmo com a parcial conscientização do poder público que intensificou ao longo dos anos as medidas de prevenção, o que se vê é o aumento cada vez mais frequente dos prejuízos, danos e óbitos causados

²⁵³ FRANK, Beate; SOUTO MAIOR FILHO, Joel. **Uma Abordagem para o gerenciamento ambiental da bacia hidrografica do Rio Itajaí com enfase no problema das enchentes**. 1995. 326f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Disponível em: <http://www.eps.ufsc.br/teses/beate/capit_2/cp2_bea.htm> (acesso em 02 de janeiro de 2012).

²⁵⁴ *Gazeta de Joinville*, 17 de maio de 1891. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

²⁵⁵ FROTSCHER, Méri. **Etnicidade e trabalho alemão**: outros usos e outros produtos do labor humano. Mestrado em História – UFSC, 1998, p. 54.

pelas enchentes. E com isso conclui-se que “nem o exemplo do trabalho humano sobre o Nilo na antiguidade, que fez do ‘Egito a dádiva do Nilo’ foi o suficiente como experiência para nossos administradores na contemporaneidade.”²⁵⁶

²⁵⁶ SILVA, José Bento Rosa. Op. Cit., p. 57.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante muito tempo se convencionou dizer que o Brasil era um país livre da ocorrência de desastres naturais. De fato, o Brasil não possui vulcões que possam entrar em erupção, terremotos ou furacões (embora nos últimos anos alguns ciclones extratropicais tenham ocorrido no sul do Brasil, como foi o caso do Furacão Catarina), porém, as enchentes que ocorrem com grande frequência, especialmente durante a primavera e o verão, também devem ser consideradas desastres naturais/ambientais, em alguns casos, de grandes proporções.

A enchente como pôde ser visto ao longo dessa pesquisa, são exemplos claros de desastres ambientais desencadeados a partir da manifestação de alguma força da natureza, porém agravado pela ação humana. Todos os anos e em diversas partes do mundo ocorrem inundações, que acabam por se apresentar como um desastre em potencial, principalmente nos países que possuem um programa de gestão de risco público deficitário. Apesar desse senso comum que não considera as enchentes como um desastre, se comparado a um terremoto ou tsunamis, estima-se que as enchentes respondam por cerca de 40% dos desastres que ocorrem no mundo, sendo que até a década de 1970, envolveu mais de 16 bilhões de dólares em prejuízos e custos para prevenção.²⁵⁷

Como foi discutido intensamente neste estudo, os desastres ambientais devem ser analisados como uma construção sócio-cultural, um cenário que vai sendo construído ao longo da história de uma cidade. Para formar esse quadro é necessária a união de algumas características geofísicas com uma proposta específica de ocupação, que, como vimos, irá gerar uma situação de vulnerabilidade que resultará em um desastre ambiental quando alguma força natural, como as chuvas, agirem sobre esse meio.

Este trabalho procurou trazer os desastres ambientais em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, comumente estudados pela geografia e pela sociologia, para o campo historiográfico, apresentando um novo olhar sobre esse problema. Mediado por questões ambientais e utilizando uma teoria inerente à História Ambiental, este estudo buscou

²⁵⁷ MATTEDI, Marcos Antônio. **As enchentes como tragédias anunciadas**: impactos da problemática ambiental nas situações de emergência em Santa Catarina. Campinas, 1999. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, p. 18.

analisar de que forma se construiu o desastre ambiental em áreas de colonização alemã no Brasil meridional, bem como observar as percepções produzidas por esse evento na sociedade envolvida. No caso de Blumenau, essa abordagem se deteve na questão da ocupação da região e das características geofísicas que o Vale do Itajaí apresenta.

Esta análise contribuiu para a historiografia dessas regiões, que costumam aparecer em estudos realizados por historiadores em pesquisas referentes à imigração alemã, a industrialização, entre outros. Dessa forma, através dessa pesquisa foi possível colocar a imigração alemã e o problema das enchentes dentro da perspectiva da História Ambiental, abrindo caminho para futuras pesquisas que irão preencher as possíveis lacunas deixadas por essa pesquisa e mostrar diferentes perspectivas.

Além disso, este trabalho trouxe uma contribuição que vai além da historiografia, contribuições para a própria percepção de risco que temos atualmente. Esta pesquisa não foi importante apenas por registrar o passado histórico de uma região constantemente abalada pelos desastres ambientais, mas também pelo fato de analisar as ações do passado a fim de chamar atenção da população e do governo atual sobre o que pode ser feito para melhorar a situação e impedir que novos focos de possíveis desastres ambientais se formem em outras regiões.

Concluimos aqui que o processo de construção do desastre ambiental nas colônias no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina foi semelhante nas duas regiões, porém as ações governamentais foram distintas. Essa diferença fica bastante evidente quando observamos a situação atual das duas principais colônias desses Estados, a colônia Blumenau (SC) e a colônia São Leopoldo (RS). No decorrer do século XX, muitos foram os estudos realizados para buscar o fim das enchentes em ambas as regiões, as barragens e a retificação dos rios são dois exemplos dessas propostas, porém a execução desses projetos nas duas cidades é que as diferenciam.

O resultado do planejamento efetuado por pesquisadores sobre o problema das enchentes em São Leopoldo foi a construção de diques em 1974. Muitos acusam a construção de promover a perda da relação da cidade com o rio, discussões a parte, o fato é que a construção de diques minimizou o problema das enchentes na região, que apesar de ainda ocorrerem, não provocam mais os mesmos estragos que provocavam antes e ainda provocam em Blumenau.

Já no caso da colônia catarinense, poucas medidas eficazes foram tomadas ao longo do século passado. No período abordado por este estudo, por exemplo, as discussões sobre a gestão de risco acabou

ficando apenas no campo das idéias, nenhuma mudança foi produzida. Já nas décadas seguintes, iniciaram-se as construções de barragens, sendo finalizadas as barragens de Taió, em 1973, Ituporanga, 1976 e José Boiteux, em 1992. A deficiência do sistema de gestão de risco da região, mesmo com a construção das barragens, fica evidente a cada nova enchente com seus resultados devastadores.

Apesar da persistência dos problemas, através deste trabalho foi possível constatar que houve uma mudança significativa nas percepções que os moradores da região do vale do Itajaí possuíam sobre esse problema ambiental. Se inicialmente se acreditava que a enchente era um fenômeno inevitável, que iria ocorrer independente da ação humana, ao longo das décadas as percepções foram se alterando. Prova disto foram as crescentes discussões geradas a partir da virada do século XIX para o XX, que acarretaram nas medidas citadas acima. A partir do momento que se as pessoas se preocuparam em buscar soluções para o problema, significa que o caráter “inevitável” ou até mesmo “religioso” (no sentido de ver as enchentes como um castigo divino) foi se perdendo.

É importante ressaltar que em momento algum se pretendeu promover um julgamento de valores, tão pouco apontar vilões e vítimas. Seria um anacronismo se quiséssemos que os antigos habitantes do Vale do Itajaí se dessem conta, logo nos primeiros anos da imigração, do problema ambiental que estavam ajudando a gerar. Questionamos em vários momentos ao longo do texto se esses moradores não estavam cientes de que deveriam buscar outros lugares para montar suas casas e plantações, assim como questionamos se o Dr. Blumenau não possuía um conhecimento prévio da situação do vale. Infelizmente, são questões as quais não encontramos respostas, apesar dos indícios logo no início da ocupação, como o caso do engenho construído por Ferdinand Hackradt que foi levado pelas águas ainda nos momentos iniciais do estabelecimento da colônia, bem como as três enchentes ocorridas nos cinco primeiros anos de ocupação. De qualquer forma, não podemos exigir que os recém-chegados em 1850 não tenham cometido equívocos que até hoje ainda são cometidos, como as ocupações irregulares em morros, mangues, etc.

Felizmente, grande parte dos objetivos propostos inicialmente para a realização desta pesquisa foi concretizada. Mas, como qualquer outro trabalho acadêmico alguns problemas dificultaram a realização da pesquisa e no caso deste, há que se ressaltar que a minha dificuldade com a língua alemã acabou me impossibilitando de realizar pesquisas em documentos e jornais que eram publicados em alemão nas regiões

coloniais no sul do Brasil e até mesmo em outras partes do mundo, como na própria Alemanha e em suas colônias localizadas na África, que muitas vezes expôs aos seus leitores os problemas por qual passavam os imigrantes alemães no Brasil.

Por fim, esperamos que este trabalho possa contribuir para os estudos de História Ambiental, que tem crescido no Brasil e, especialmente, que esta pesquisa possa servir de interface para outros historiadores analisarem os problemas das enchentes, não apenas em Blumenau, mas também alhures. Destaca-se ainda a pertinência social desta dissertação que pode contribuir para a elaboração de ações governamentais e civis na busca pela diminuição dos estragos produzidos por esses desastres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referências teóricas

ARITO, Sandra Marcela; JACQUET, María Mónica. Emergencias, catástrofes y desastres: algunos aportes desde el trabajo social. **Savia: Revista del Departamento de Trabajo Social de la Universidad de Sonora**. Hermosillo, n. 7, nov. 2009.

ARRUDA, Gilmar. O chão de nossa história: natureza, patrimônio ambiental e identidade. In: **Patrimônio e Memória**. Unesp – FCLAs – CEDAP, v. 2, n.2, 2006.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II**. São Paulo: Martins Fonte, 1989.

BUTZKE, Ivani Cristina; MATTEDI, Marcos Antônio. A relação entre o social e o natural nas abordagens de Hazards e de desastres. **Ambiente & Sociedade**, ano IV, nº 9, 2º semestre de 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIEGUES, Antônio Carlos. O mito do paraíso desabitado nas florestas tropicais brasileiras. In: CASTRO, Edna; PINTON Florence (orgs). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cejup: UFPA/NAEA, 1997.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991.

ELIAS, Norbert. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

FEBVRE, Lucien. **O Reno: História, mitos e realidades**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

FERREIRA, Leila da Costa; VIOLA, Eduardo (orgs.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

Glossário de defesa civil: estudos de riscos e medicina de desastres. 3ed. Ver./Ministério da Integração Nacional. Brasília: MI, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LARS, Clausen; GEENEN, Elke M.; MACAMO, Elisio (Hgg.), **Entsetzliche soziale Prozesse**. Theorie und Empirie der Katastrophen. LIT-Verlag, Münster 2003.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

MAUAD, Ana Maria. História e Imagem: os exemplos da fotografia e do cinema. In: **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

MOLINA, Manuel González de. La crisis de la modernidad historiográfica y el surgimento de la historia ecológica. In: **História e Meio-ambiente o impacto da expansão européia**. Governo Regional da Madeira, Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretária Regional de Turismo e Cultura, 1999.

PADUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. In: **Revista de Estudos Avançados**. 24 (68), 2010.

PERRY, Ronald W. Disasters, definitions and theory construction. In: PERRY, Ronald W.; QUARANTELLI, Enrico. (org) **What is a**

Disaster? New Answers to Old Questions. Philadelphia: Xlibris Books. 2005.

QUARANTELLI, Enrico, L. **Catastrophes are Different from Disasters**: Some Implications for Crisis Planning and Managing Drawn from Katrina. Publicado em 11 de junho de 2006. Disponível em: <understandingkatrina.ssrc.org/Quarantelli/> Acesso em: 20 de março de 2010.

QUENET, Gregory. La Catastrophe, un objet historique?, **Hypothèses**, 1999/1.

RIBEIRO, Manuel João. Sociologia dos desastres. In: **Sociologia**: problemas e práticas. Nº 18, 1995.

SCHENK, Gerrit Jasper. Historical Disaster Research: State of Research, Concepts, Methods and Case Studies. **Historical Social Research**, Koln, v. 32, n. 3, 2007.

SORIANO, Érico. Os desastres naturais, a cultura de segurança e a gestão de desastres no Brasil. In: **Anais eletrônico do V Seminário Internacional de Defesa Civil – DEFENCIL**.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TURNER, Frederick. **O espírito ocidental contra a natureza**: Mito, História e as Terras Selvagens. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

VALÊNCIO, Norma Felicidade Lopes da Silva, et., al. . A produção social do desastre: dimensões territoriais e político-institucionais da vulnerabilidade das cidades brasileiras frente às chuvas. **Teoria e Pesquisa**, n. 44 e 45, jan-jul de 2004.

VALÊNCIO, Norma. **Defesa Civil**: o contexto brasileiro. In: Saúde Soc. São Paulo, v. 19, n. 4, p. 748 – 762, 2010.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991.

Referências específicas

Aldair Marli; BARROS, Eliane Cruxên. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul**: uma interpretação sociológica. Porto Alegre: Editora Movimento, 1976.

AMSTAD, Theodor (Org). 1924. **Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul –1824-1924**. Trad. de Arthur B. Rambo. São Leopoldo, Unisinos, 1999.

BARRETO, Antonio Bascherotto; NIEMEYER, Alda Schlemm. **S.O.S Enchente**: “um vale pede socorro”. Blumenau: Letra Viva, 1995.

BUBLITZ, Juliana. **Forasteiros na floresta subtropical**: uma história ambiental da colonização européia no Rio Grande do Sul. 2010. 200 f.. Tese (doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciência Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

BUBLITZ, Juliana. **Forasteiros na floresta subtropical**: notas para uma história ambiental da colonização alemã no Rio Grande do Sul. In: Ambiente & Sociedade. Campinas, v. XI, n. 2, jul – dez 2008.

Centenário de Blumenau 2-09-50.. Blumenau: [s.n.], 1950.

CLASEW, Antônio Pedro. **Memórias da colônia São Pedro de Alcântara**. 1979. [s/p]. Arquivo Pessoal.

COLOMBI, Luiz Vendelino. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em História. **Industrialização de Blumenau**: o desenvolvimento da Gebrüder Hering 1880 - 1915. Florianópolis, 1979. 1v. Dissertação (Mestrado) - UFSC, Curso de Pós-Graduação em História.

CUNHA, Jorge Luiz. **Os colonos alemães e a fumicultura**. Santa Cruz: Livraria e Editora da FISC, 1991.

DEEKE, Jose. **O Municipio de Blumenau e a historia de seu desenvolvimento**. Blumenau: Nova Letra, 1995.

DUGGEN, Regiane; FAGUNDES, Themis da Cruz. **A cidade de Blumenau e o Rio Itajaí-Açu**: uma proposta de requalificação da relação da cidade com o rio. Florianópolis, SC: 2007. 1 CD-ROM TCC

(Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

FRAGA, Nilson Cesar. **As Enchentes no Vale do Itajaí-Açu/SC**: das obras de contenção à indústria da enchente - a problemática ambiental e a relação homem/natureza na busca de soluções. RA"E GA, Curitiba v.5 n. 5, p. 125-148.

FRANK, Beate; SEVEGNANI, Lucia.(org) **Desastre de 2008 no Vale do Itajaí**: Água, gente e política. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009.

FRANK, Beate; PINHEIRO, Adilson. **Enchentes na Bacia do Rio Itajaí**: 20 anos de experiências. Blumenau: EDIFURB, 2003.

FROTSCHER, Méri; FLORES, Maria Bernardete Ramos. **Etnicidade e trabalho alemão**: outros usos e outros produtos do labor humano /. Florianópolis, 1998. 191f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

HUNSCHE, Carlos Henrique. **Primórdios da vida judicial de São Leopoldo**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1979.

KLUEGER, Urda Alice. **Verde Vale**. 8. ed Florianópolis, SC: Lunardelli, 1994.

KLUEGER, Urda Alice. **No tempo das tangerinas**. 7.ed. Blumenau: Hemisfério Sul, 2003.

LAUS, Lausimar. **O guarda-roupa alemão: romance**. 3. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1989.

KLUG, João. Imigração no sul do Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org). **O Brasil imperial**. 3v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MACHADO, Ricardo. **De colônia a cidade**: propriedade, mobilidade e ordem pública em Blumenau de fins de século XIX. Florianópolis, 2006. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina,

Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

MATTEDI, Marcos Antônio. **As enchentes como tragédias anunciadas**: impactos da problemática ambiental nas situações de emergência em Santa Catarina. Campinas, 1999. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais.

MATTEDI, Marcos Antônio. A formação de políticas públicas em Blumenau: o caso do problema das enchentes. In: THEIS, Ivo Marcos; TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. (Org.). **Novos olhares sobre Blumenau**: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente. Blumenau: Edifurb, 2000.

MENEZES, Marilda Aparecida de. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. João Pessoa: Relume Dumara, 2002.

OBERACKER, Carlos H. **A contribuição teuta à formação da nação brasileira**. Rio de Janeiro: Presença, 1968.

OLIVEIRA, Guilherme de. (et. al.) Mapeamento e análise da distribuição das áreas inundáveis na bacia do rio dos Sinos/RS. In: **Anais XIV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Natal, Brasil, 25-30 abril 2009, INPE.

PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

PIAZZA, Walter F. Acolônia de São Pedro de Alcântara no contexto da colonização alemã em Santa Catarina. In: JOCHEM, Toni Vidal. (org) **São Pedro de Alcântara 1829 – 1999**: aspectos de sua história. São Pedro de Alcântara: Coordenação dos Festejos, 1999.

PORATH, Soraia Loechelt. **A paisagem de rios urbanos**: A presença do rio Itajaí-Açu na cidade de Blumenau. Florianopolis, SC, 2004. 150 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo.

RAMBO, Balduino. **A Fisionomia do Rio Grande do Sul**: ensino de monografia natural. 3ª ed. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2000.

RAUH, Rachel Cavalcanti; RUIZ, Ernesto Anibal. **Blumenau em imagens**: fotografos e fotografias como fonte do estudo da historia da colônia de Blumenau (1850-1930). 1992. 389f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas.

ROCKENBACK, Sílvio Aloysio; FLORES, Hilda Agnes Hübner. **Imigração Alemã**: 180 anos – história e cultura. Porto Alegre: CORAG, 2004.

ROCHE, Jean. **A colonizacao alema e o Rio Grande do Sul..** Porto Alegre: Globo, 1969.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. **História e memória do ambientalismo no Vale do Rio dos Sinos**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em História. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2007.

SANTOS, Manoel Pereira Rego Teixeira dos. **Vida e trabalho na floresta**: uma análise da interação entre imigrantes e a floresta nas colônias do vale do Itajai e norte de Santa Catarina durante a segunda metade do século XIX. Florianopolis, SC, 2004. 183 f. Dissertação (Mestrado) -. Programa de Pós-Graduação em História. UFSC.

SANTOS, Manoel Pereira Rego Teixeira dos. **O Imigrante e a floresta**: transformações ambientais, das práticas e da produção rural nas colônias do Vale do Itajaí-SC. Florianópolis, SC, 2011. 259 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História. UFSC.

SCHRÖDER, Ferdinand. **A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859**. Porto alegre, São Leopoldo: Editora PUCRS, Editora Unisinos, 2003.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim**. Porto Alegre: Movimento/SAB, 1974.

SEYFERTH, Giralda. **Identidade camponesa e identidade étnica**. Anuário Antropológico, n. 91, 1993.

SILVA, José Bento Rosa. **Enchentes de 1880 e 1911 – Inundações e**

temporais em Itajaí: Passado/presente. In: Blumenau em Cadernos, tomo 50, nº 5, set/out de 2009.

SILVA, Jose Ferreira da. **As enchentes no Vale do Itajaí**. Blumenau: Casa Dr. Blumenau, 1975.

SILVA, Jose Ferreira da. **História de Blumenau**. Florianópolis, SC: EDEME, [1972?].

THEIS, Ivo Marcos; MATTEDI, Marcos Antonio; TOMIO, Fabricio Ricardo de Limas. **Nosso passado (in)comum**: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau. Blumenau: Ed. da FURB, 2000.

VIEIRA, Rafaela. **Um olhar sobre a paisagem e o lugar como expressão do comportamento frente ao risco de deslizamento**. Florianópolis, 2004. 197 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

VOIGT, André Fabiano. **Cartas reveladas**: a troca de correspondências entre Hermann Blumenau e Johann Jacob Sturz. Blumenau (SC): Cultura em Movimento.

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização européia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 2, abr-jun. 1949.

WAIBEL, Leo. As zonas pioneiras do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 4, out-dez. 1955.

WERNER, Dennis; PAZ, Olga. Acesso a recursos durante as enchentes em Itajaí. **Revista de Ciencias Humanas [Florianópolis]**, Florianópolis, v. 3, n. 6, p. 7-18., ago. 1984.

WILLEMS, Emili. **A aculturação dos alemães no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

WOORTMANN, Ellen F.(org). **Significados da terra**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004.

Referências On-line

Bacias Hidrográficas de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.casan.com.br/index.php?sys=216>> (acesso em 13 de julho de 2011).

DAQUI NA REDE. Enchente de 1911, um século depois. Disponível em: <http://daquinarede.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=803:a-enchente-de-1911-em-blumenau&catid=41:memoria&Itemid=5> (Acesso em 10 de janeiro de 2012).

DEFESA CIVIL DE SANTA CATARINA. **Enchentes 2008.** Relação de óbitos. Disponível em: <http://www.desastre.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=91&Itemid=5> (acesso em 12 de agosto de 2010).

Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://www.dicionariodoaurelio.com/>>. Acesso em 02 de junho de 2010.

FRANK, Beate; SOUTO MAIOR FILHO, Joel. **Uma Abordagem para o gerenciamento ambiental da bacia hidrografica do Rio Itajai com enfase no problema das enchentes.** 1995. 326f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Disponível em: <http://www.eps.ufsc.br/teses/beate/capit_2/cp2_bea.htm> (acesso em 02 de janeiro de 2012).

Histórico: Defesa Civil no Brasil. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/historico/brasil.asp>> (acesso em 02 de janeiro de 2012).

Notícias. Disponível em <<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/tres-dias-de-chuvas-no-rio-matam-mais-do-que-um-mes-de-cheias-na-australia-20110114.html>>. (Acesso em 20 de março de 2011).

Região hidrográfica do Guaíba: nove bacias e suas características. Disponível em <<http://www.proguaiba.rs.gov.br/bacias.htm>> (acesso em 13 de julho de 2011).

SECRETÁRIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL. **Rio: dados atualizados.** Disponível em <http://www.defesacivil.gov.br/noticias/noticia.asp?id=5544>.> (Acesso em 25 de fevereiro de 2011).

Tsunami no Pacífico. Disponível em <http://g1.globo.com/tsunami-no-pacifico/noticia/2011/03/numero-de-mortos-por-terremoto-e-tsunami-passa-de-1300-no-japao.html>> (Acesso em 18 de março de 2011).

FONTES

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução de Ivo Storniolo e Euclides Martins Balancin. São Paulo: Sociedade Bíblica Católica Internacional e Paulus, 1991, Gn 7, 19. p. 20. Edição pastoral.

BLUMENAU, Hermman. **Relatório Anual sobre os acontecimentos e progresso da Colônia alemã Blumenau**. Propriedade do Instituto Alemão Estrangeiro de Stuttgart – Hamburgo, 1856. Fotocópia localizada no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva V 325 BLU-JAH.

Blumenauer Zeitung, 14 de outubro de 1911. Arquivo José Ferreira da Silva.

BUENO, José Antônio Pimenta. **Relatório do Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Typographia de F. Pomatelli, 1850, p. 25. Disponível em <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/879/000025.html>> (Acesso em 10 de maio de 2011).

Carta de Dr. Blumenau dirigida ao Imperador D. Pedro II, em 30/04/1856. In: **Revista do Instituto Histórico de Petrópolis**, Rio de Janeiro, vol. I, ano 1950, p. 41 – 48.

Centenário de Blumenau, nº 64, ano VI, [s/p].

Centenário de Blumenau, 1850 – 2 de setembro – 1950. Edição da comissão de festejos.

Correio de São Leopoldo. 17 de maio de 1941. Museu Histórico Visconde de São Leopoldo.

Correio Joinvillense, 11 de março de 1931. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Correspondência Família Muller. **Cartas de Fritz Muller e Charles Darwin**, dia 9 de janeiro de 1881. Carta número 687.

Correspondência Família Muller. **Cartas de Fritz Muller e Charles Darwin**, dia 21 de junho de 1881. Carta número 690.

Departamento Nacional da Produção Mineral. Divisão de Aguas. Frequência das Inundações no Itajaí-assú. (Abel Diniz Mascarenhas), 1939.

FONSECA, Theodomiro Porto de. **Relatório de 1941.** Porto Alegre: Of. Gráfica da Livraria do globo - Barcellos, Bertaso & Cia., 1942.

Então como hoje... In: **Blumenau em Cadernos** – tomo VII, nº 7, 1965. **Gazeta de Joinville**, 19 de outubro de 1881. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Gazeta de Joinville, 17 de maio de 1891. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

HOSANG, Erna Deeke. “ENCHENTES”. In: **Blumenau em Cadernos.** Blumenau, Tomo XXXIV, ago 1993, n. 8.

HUNSCHE, Carlos Henrique. **Primórdios da vida judicial de São Leopoldo.** Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1979.

Jornal O Dia, 11 de outubro de 1911. A inundação de 1880 – Extraído da falla do Presidente dr. João Rodrigues Chaves. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Jornal O Dia, 11 de outubro de 1911. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Jornal O Dia, 12 de outubro de 1911. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Jornal O Dia, 14 de outubro de 1911. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Jornal O Dia, 15 de outubro de 1911. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Jornal O Dia, 7 de outubro de 1911. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Jornal O Dia, 7 de novembro de 1911 – “A inundação – a kermesse de domingo”. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

Jornal O Estado, 11 de novembro de 1927. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

KLEINE, Karl. **O primeiro assalto dos indígenas à colônia Blumenau**. Tradução: José Ferreira da Silva. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

MARTIN, Hardy Elmiro. **Santa Cruz do Sul de colônia a freguesia/ 1849 – 1859**. Santa Cruz do Sul: Associação Pró-Ensino em Santa Cruz, 1979.

ODEBRECHT, Adolf. **O Problema das Enchentes** – estudos preliminares sobre o desvio da ameaça das enchentes no município de Blumenau. Blumenau, 1930.

RAMOS, Vidal José de Oliveira. **Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado**. Florianópolis: Gab. Typ. D’O Dia, 1912, p. 11. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u966/000011.html>> (acesso em 19 de agosto de 2011).

Relatório da celesc. Pormenores da grande enchente do rio Itajaí nos anos de 1880 e 1911. Dados compilados pelos jornais “Novidade” de Itajaí e “Der Urwaldsbote” de Blumenau. Localizado no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Blumenau.

Relatório do Dr. Blumenau – Quarto Relatório da Colônia Blumenau, Ano de 1853. In: **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, Tomo I, abr 1958, n. 6.

Relatório do município de Blumenau – 1911. Blumenau: Typographia do Der Urwaldsbote.

ROESSLER, Henrique Luiz. Corrigir a natureza é uma temeridade. In: **O Rio Grande do Sul e a Ecologia** – Crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul/SEMA/FEPAM, 2005.

ROESSLER, Henrique Luiz. A retificação do rio dos Sinos. In: **O Rio Grande do Sul e a Ecologia** – Crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul/SEMA/FEPAM, 2005.

ROESSLER, Henrique Luiz. O rio das retas. In: **O Rio Grande do Sul e a Ecologia** – Crônicas escolhidas de um naturalista contemporâneo. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul/SEMA/FEPAM, 2005,p. 204.

Tradução de cartas do Dr. Blumenau referente a Ponta Aguda, feitas por Edith Sophia Eimer em 1985. Disponível no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, 3.B.28.1.2 doc-09.